



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024



Relatório da Administração

4º trimestre de 2024 e exercício de 2024

São Paulo, 17 de março de 2025 – Relatório da Administração da Itaúsa S.A. (“Itaúsa” ou “Companhia”) relativo ao quarto trimestre de 2024 (4T24) e ao exercício de 2024. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Sumário Executivo

Lucro Líquido Recorrente¹

R\$ 14,8 bilhões

▲ 22% vs. 2023^{1,2}

Valor de Mercado Portfólio

R\$ 121,5 bilhões

▼ 11% vs. 31.12.2023

ROE Recorrente^{1,2,3}

17,4% a.a.

▲ 1,7 p.p. vs. 2023^{1,2}

Destaques da Itaúsa

- **Lucro Líquido Recorrente:** crescimento de 21,5% em relação a 2023, o maior da série histórica, refletindo o sólido resultado do portfólio e o melhor resultado financeiro da *holding*, em decorrência da bem-sucedida estratégia de *liability management*.
- **Remuneração aos acionistas:** declaração em fev/2025 de R\$ 6,6 bilhões em proventos adicionais, totalizando proventos relativos a 2024 de R\$ 9,6 bilhões líquidos (R\$ 0,88 por ação), aumento de 20% em relação a 2023, *dividend yield*⁴ de 10,8%⁵ e *payout* de 68%.
- **JCPs trimestrais de 2025:** a partir de 2025 os proventos trimestrais fixos de R\$ 0,02 por ação (líquidos) passam a ser pagos no 1º dia útil após o encerramento do respectivo trimestre.
- **Subscrição de Ações (Chamada de Capital):** aumento de até R\$ 1 bilhão no capital total, ao preço de R\$ 6,70/ação, representando deságio de 30% sobre o valor de mercado⁸, considerando posição acionária de 17.02.2025 e adesão entre 10.03.2025 e 10.04.2025.
- **Bonificação de 5% em ações:** concedida aos acionistas com posição acionária final do dia 02.12.2024.

R\$ milhões	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
LUCRATIVIDADE E RETORNO³						
Lucro Líquido ^{1,2}	3.722	2.983	24,8%	14.778	13.466	9,7%
Lucro Líquido Recorrente ^{1,2}	3.679	3.172	16,0%	14.780	12.163	21,5%
ROE sobre PL médio (%) ^{1,2,3}	16,8%	14,7%	2,2 p.p.	17,4%	17,4%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%) ^{1,2,3}	16,6%	15,6%	1,0 p.p.	17,4%	15,8%	1,7 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	99.125	89.898	10,3%	99.125	89.898	10,3%
Endividamento Líquido	1.052	652	61,3%	1.052	652	61,3%
Patrimônio Líquido	90.443	82.952	9,0%	90.443	82.952	9,0%
MERCADO DE CAPITAIS						
Valor de Mercado da Itaúsa ⁶	95.732	107.103	-10,6%	95.732	107.103	-10,6%
Volume Financeiro médio diário ⁷	266	193	37,5%	230	194	18,3%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Para melhor comparabilidade, os resultados da XP Inc. do 4T23 e 2023 foram excluídos do resultado recorrente.

(3) ROE (*Return on Equity*) considerando o Lucro Líquido anualizado.

(4) Conforme convenção de mercado, o *dividend yield* é calculado sobre os proventos brutos ajustados pela subscrição e bonificação em ações.

(5) Considera o valor bruto de proventos de R\$ 10.322,6 milhões relativos a 2024 e a cotação de fechamento da ação preferencial da Companhia (ITSA4) em 28.02.2024 (R\$ 8,79 por ação).

(6) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais em 30.12.2024 e 28.12.2023 e não considera as ações mantidas em tesouraria.

(7) Considera as ações preferenciais da Itaúsa (ITSA4) negociadas na B3.

(8) Com base no preço médio das ações preferenciais entre 09.10.2024 (inclusive) e 06.02.2025 (inclusive).

ITSA
B3 LISTED NI

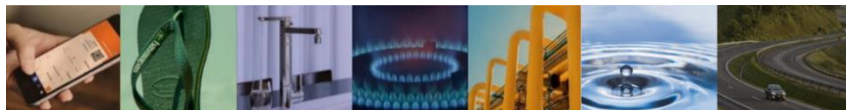
Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

Mensagem da Administração

“O ano de 2024 foi marcado por resultados crescentes do portfólio, além do melhor resultado financeiro da *holding*, em decorrência da sua estratégia de *liability management* iniciada ao final de 2022, que se provou bem-sucedida diante do cenário de juros elevados. Os números apresentados de 2024 refletem a disciplina, solidez e resiliência da Itaúsa e das empresas investidas.”

Alfredo Setubal
Presidente da Itaúsa



Em 2024, a economia global enfrentou cenário desafiador, com crescimento moderado, influenciado por juros elevados nos EUA e na Europa, tensões geopolíticas e a desaceleração da China. Embora a desinflação tenha avançado em boa parte do mundo, alguns países começaram a enfrentar sinais de estagnação, o que levou os bancos centrais a adotarem postura mais cautelosa em relação à flexibilização monetária. Em alguns casos, como no Brasil, foi iniciado um ciclo de alta das taxas de juros. Apesar do crescimento do PIB e da queda na taxa de desemprego no país, a inflação apresentou-se persistente, o que exigiu política monetária mais restritiva.

Mesmo assim, nosso Lucro Líquido Recorrente de 2024 atingiu R\$ 14,8 bilhões, crescimento de 22% sobre 2023, maior lucro anual da série histórica, reflexo de resultados consistentes do portfólio e o melhor resultado financeiro da *holding*.

O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa, foi de R\$ 15,7 bilhões, aumento de 18%, principalmente pelos resultados sólidos do Itaú Unibanco, além dos resultados positivos apresentados pelas empresas do setor não financeiro.

Por mais um ano, o Itaú Unibanco apresentou consistentes índices de rentabilidade, crescimento da carteira de crédito no Brasil e na América Latina, aumento das receitas com prestação de serviços e seguros e da margem financeira com o mercado, além da redução do custo de crédito. A Dexco reportou bom desempenho em sua Divisão de Madeira e avanços na Divisão de Metais e Louças, porém, ainda enfrenta desafios em Revestimentos Cerâmicos. A Alpargatas manteve foco na recuperação da competitividade, com maiores volumes no Brasil, ações para otimizar eficiência operacional, apesar dos desafios para o crescimento internacional. O Grupo CCR novamente apresentou melhor desempenho operacional em todos os modais. A Aegea avançou em seu resultado operacional, embora tenha sido parcialmente compensado pelo maior patamar de despesas financeiras. A Copa Energia continuou demonstrando crescimento operacional, boa rentabilidade e sólida geração de caixa.

O ano também foi marcado por mais um avanço em nossa estratégia de gestão de passivos. Anunciada em julho de 2024, a 7ª emissão de debêntures aprimorou o perfil da dívida, por meio da redução do custo médio e das despesas financeiras, alongamento do prazo médio e manutenção dos níveis de liquidez. Assim, ao longo de 2024, as três principais agências (Fitch, Moody's e S&P) realizaram sua atualização anual dos *ratings* da Itaúsa e mantiveram a classificação em "AAA" com perspectiva "estável", ressaltando, entre outros pontos, o sólido perfil de capitalização e a baixa alavancagem.

Em setembro, a Itaúsa celebrou o primeiro ano de atuação do Instituto Itaúsa que destinou R\$ 36 milhões durante 2024 a projetos que visam contribuir para uma economia mais produtiva e positiva para o clima, a natureza e as pessoas.

Em dezembro, nosso compromisso com a sustentabilidade foi novamente reconhecido, ao integrarmos pelo 21º ano o *Dow Jones Sustainability Index*, que destaca empresas líderes globais no tema. E, pelo 4º ano consecutivo, recebemos a certificação *Great Place to Work*, reflexo do nosso esforço em manter um ambiente de trabalho inclusivo e motivador para nossas pessoas.

Em linha com a nossa prática histórica e com foco na criação de valor aos acionistas, em fevereiro de 2025, anunciamos R\$ 6,6 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio adicionais, totalizando proventos líquidos relativos a 2024 de R\$ 9,6 bilhões (ou R\$ 0,88 por ação), que representam aumento de 20% em relação a 2023, *payout* de 68% e *dividend yield* de 10,8%. Na mesma data, anunciamos o aumento de até R\$ 1 bilhão em nosso capital total, com o intuito de reforçar o caixa e preservar o nível de liquidez. Serão subscritas até 149,2 milhões novas ações, ao preço de R\$ 6,70/ação, representando deságio de aproximadamente 30% sobre o nosso valor de mercado.

Estamos confiantes de que seguimos o caminho certo na condução dos nossos negócios, focados em nosso propósito de ser um agente de transformação para as empresas, promovendo a criação de valor sustentável para a sociedade, investidas e nossos mais de 900 mil acionistas.



1. Desempenho Operacional e Financeiro da Itaúsa

1.1. Resultado individual da Itaúsa

A Itaúsa é uma *holding* de participações que investe em empresas operacionais e tem seu resultado composto, essencialmente, por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, pelo resultado de investimentos em ativos financeiros mensurados a valor justo (como é o caso da NTS) e pelo resultado de eventuais alienações de ativos do seu portfólio. Abaixo estão demonstrados os resultados da *holding* considerando o resultado individual recorrente (os itens não recorrentes encontram-se detalhados na tabela “Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente” na seção 1.6 deste documento).

Resultado Individual Gerencial da Itaúsa ¹						
R\$ milhões	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Recorrente das empresas investidas²	3.984	3.504	14%	15.722	13.327	18%
Setor Financeiro	3.965	3.240	22%	15.126	12.721	19%
Itaú Unibanco	3.965	3.240	22%	15.126	12.721	19%
Setor Não Financeiro	69	306	-77%	796	741	7%
Alpargatas	9	2	309%	48	(14)	n.a.
Dexco	(32)	60	n.a.	75	238	-68%
CCR	37	41	-9%	184	146	26%
Aegea Saneamento	2	30	-93%	40	79	-49%
Copa Energia	80	71	12%	292	275	6%
NTS ³	(34)	102	n.a.	145	16	780%
Outras Empresas	6	(2)	n.a.	11	-	n.a.
Outros resultados⁴	(51)	(42)	21%	(199)	(136)	47%
Resultado Próprio	(209)	(196)	7%	(691)	(683)	1%
Despesas Administrativas	(46)	(50)	-8%	(177)	(177)	0%
Despesas Tributárias ⁵	(128)	(119)	8%	(453)	(470)	-4%
Doações Instituto Itaúsa	(29)	(11)	160%	(51)	(12)	333%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6)	(16)	-64%	(10)	(25)	-58%
Resultado Financeiro	(108)	(107)	1%	(294)	(576)	-49%
Lucro antes do IR/CS	3.667	3.201	15%	14.737	12.068	22%
IR/CS	12	(29)	n.a.	44	95	-54%
Lucro Líquido Recorrente²	3.679	3.172	16%	14.780	12.163	22%
Resultado Desinvestimento (XP)⁶	-	291	n.a.	-	1.965	n.a.
Resultado não recorrente	43	(480)	n.a.	(3)	(663)	n.a.
Próprio	(29)	6	n.a.	(66)	312	n.a.
Setor Financeiro	(49)	(17)	196%	(129)	(582)	-78%
Setor Não Financeiro	121	(469)	n.a.	192	(393)	n.a.
Lucro Líquido	3.722	2.983	25%	14.778	13.466	10%
ROE sobre PL médio (%)	16,8%	14,7%	2,2 p.p.	17,4%	17,4%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%)²	16,6%	15,6%	1,0 p.p.	17,4%	15,8%	1,7 p.p.

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Para melhor comparabilidade, os resultados da XP Inc. do 4T23 e 2023 foram excluídos do resultado recorrente.

(3) Inclui os dividendos/JCP recebidos e o ajuste ao valor justo sobre as ações.

(4) Refere-se, principalmente, à amortização das mais-valias atribuídas nos PPAs (*purchase price allocation* ou alocação de preço de compra) dos investimentos na Alpargatas, Copa Energia, Aegea Saneamento e Grupo CCR.

(5) Considera, essencialmente, PIS e COFINS (conforme notas explicativas nº 23 e nº 24).

(6) Referem-se aos resultados advindos da XP Inc, investida que deixou de fazer parte do portfólio da Itaúsa no final de 2023.

1.2. Resultado Recorrente das empresas investidas registrado pela Itaúsa (2024 vs. 2023)

O **resultado recorrente proveniente das empresas investidas**, refletido na Itaúsa em 2024, foi de **R\$ 15,7 bilhões**, aumento de **18%** em relação ao ano anterior, devido, principalmente, ao sólido desempenho sólido do Itaú Unibanco, somado aos melhores resultados da NTS, Alpargatas, Grupo CCR e Copa Energia.

O **Itaú Unibanco** apresentou resultados robustos, positivamente impactados pelo crescimento da carteira de crédito no Brasil e na América Latina, resultando em melhor margem com clientes, além de melhor margem com mercado e redução no custo do crédito. As receitas com serviços foram impulsionadas por maiores receitas com administração de recursos, maior atividade de banco de investimentos, além do aumento das receitas com cartões. O segmento de seguros, previdência e capitalização tiveram avanços significativos, principalmente em seguros prestamista. Por outro lado, as despesas incluindo os investimentos em tecnologia aumentaram, enquanto os custos-*core* cresceram em ritmo inferior ao IPCA. O índice de eficiência atingiu o menor indicador anual da série histórica.

A **Alpargatas** manteve seu foco em ações para a recuperação da sua competitividade, com melhora da eficiência operacional, redução do nível de estoques e maior disciplina na alocação de capital. Estas ações resultaram em geração recorrente de caixa operacional ao longo do ano, normalização do nível de capital de giro e melhora do resultado financeiro da companhia. No entanto, o resultado foi impactado por maiores despesas relacionadas a baixas de estoques.

A **Dexco** apresentou resultados crescentes na Divisão de Madeira, melhora em *mix* de produtos e volumes das Divisões de Metais e Louças, que foram parcialmente compensados por menores volumes e preços na Divisão de Revestimentos Cerâmicos. O resultado capturado da JV LD Celulose foi impactado negativamente pelos *fees* incorridos com a renegociação do *Project Finance* e pela menor reavaliação de ativo biológico, apesar dos resultados operacionais crescentes.

O **Grupo CCR** apresentou avanços importantes em seu desempenho operacional, devido ao crescimento em todos os modais, além da cobrança dos eixos suspensos, consolidação dos reajustes tarifários e melhor resultado financeiro, em função das ações de *liability management* e queda da Selic média no período. Esses resultados foram parcialmente compensados por maiores custos operacionais, incluindo a desmobilização da Via Oeste e Barcas.

A **Aegea** reportou crescimento no resultado operacional, principalmente, por maior volume faturado em suas concessões com a entrada de novas concessões, novas economias e reajustes tarifários, parcialmente compensados pelo aumento das despesas financeiras.

A **Copa Energia** apresentou expansão em seus resultados como consequência de maiores volumes e margens, em função da sua estratégia comercial no segmento empresarial, e melhor resultado financeiro, que foram parcialmente impactados por maiores despesas operacionais (gastos com abastecimento e iniciativas de marketing).

Os resultados do investimento na **NTS**, registrados pela Itaúsa como "ativo financeiro", foram positivamente impactados em relação ao ano anterior essencialmente pelo menor efeito negativo em 2024 do ajuste no valor justo do ativo.

Mais detalhes sobre a atuação de cada empresa investida e a respectiva participação acionária da Itaúsa estão disponíveis na seção 6.1 deste documento ("Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas").

1.3. Resultado Próprio

As **Despesas Administrativas** totalizaram R\$ 46 milhões no 4T24, redução de 7,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a renegociações contratuais com fornecedores e menores gastos com garantias de processos judiciais, ambos decorrentes de ações de eficiência. No ano, as despesas administrativas totalizaram R\$ 177 milhões, em linha com ano anterior, em função das ações de eficiência citadas, enquanto a inflação (IPCA) do período atingiu 4,83%.

As **Despesas Tributárias** atingiram R\$ 128 milhões no 4T24, aumento de 8,0% sobre o 4T23, devido, principalmente, à maior despesa de PIS/COFINS em função das maiores declarações de JCP pelo Itaú Unibanco em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2024, as despesas tributárias totalizaram R\$ 453 milhões, ligeiramente inferiores a 2023.

As **contribuições ao Instituto Itaúsa** atingiram R\$ 29 milhões no 4T24 (vs. R\$ 11 milhões no 4T23), sendo que R\$ 10 milhões foram destinados pelo Instituto a projetos relacionados a meio ambiente, R\$ 5 milhões para produtividade & sustentabilidade, R\$ 12 milhões para projetos em fase de formalização e R\$ 1 milhão para despesas administrativas e tributárias. Em 2024, as despesas com doações

ao Instituto totalizaram R\$ 51 milhões (vs. R\$ 11 milhões em 2023), sendo que 23 milhões foram destinados a projetos relacionados a meio ambiente, R\$ 13 milhões a produtividade & sustentabilidade, R\$ 12 milhões para projetos em fase de formalização e R\$ 3 milhões para despesas administrativas e tributárias. Vale destacar que o Instituto Itaúsa foi lançado em setembro de 2023, portanto, as doações foram iniciadas a partir do 4T23, tornando os períodos analisados não comparáveis.

1.4. Resultado Financeiro

O **Resultado Financeiro** atingiu -R\$ 108 milhões no 4T24, em linha com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao custo de carregamento da 7ª emissão de debêntures para antecipação do refinanciamento da 3ª emissão, compensado pelo efeito da redução do CDI médio no período. Em 2024, o Resultado Financeiro totalizou -R\$ 294 milhões, redução de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior devido à redução da dívida bruta, em função do pré-pagamento da 5ª emissão, combinado ao efeito da redução do CDI médio no período, parcialmente compensados pela 7ª emissão.

1.5. Lucro Líquido Recorrente

No 4T24, o **Lucro Líquido Recorrente** foi de R\$ 3.679 milhões, crescimento de 16% em relação ao 4T23 devido, principalmente, ao maior resultado recorrente do Itaú Unibanco (+R\$ 725 milhões) e ao menor patamar de despesas administrativas (-R\$ 4 milhões), parcialmente compensado pelo setor não financeiro (-R\$ 236 milhões).

Em 2024, o **Lucro Líquido Recorrente** foi de R\$ 14.780 milhões, crescimento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao maior resultado recorrente do Itaú Unibanco (+R\$ 2.404 milhões) e melhor resultado financeiro da *holding* (+R\$ 282 milhões).

Para melhor comparabilidade, os resultados da XP Inc. do 4T23 e 2023 foram excluídos do resultado recorrente.

1.6. Efeitos Não Recorrentes

O **Lucro Líquido** do 4T24 foi afetado por eventos não recorrentes que totalizaram efeito positivo de R\$ 43 milhões, impactado principalmente pelo reconhecimento de valores a receber vinculados ao processo de crédito do IPI na Itautec (+R\$ 114 milhões), ganho de capital sobre a alienação de floresta e vendas de créditos tributários na Dexco (+R\$ 40 milhões), além de despesas com provisões extraordinárias no Resultado Próprio da Itaúsa (-R\$ 29 milhões).

Em 2024, os eventos não recorrentes totalizaram efeito negativo de R\$ 3 milhões, sendo os principais efeitos o impacto positivo de créditos fiscais na Copa Energia (+R\$ 142 milhões) e negativo no Itaú Unibanco (-R\$ 129 milhões).

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente				
R\$ milhões	4T24	4T23	2024	2023
Lucro Líquido Recorrente	3.679	3.172	14.780	12.163
Total de itens não recorrentes	43	(480)	(3)	(663)
Resultado Próprio¹	(29)	6	(66)	312
Setor Financeiro	(49)	(17)	(129)	(582)
Itaú Unibanco	(49)	(17)	(129)	(582)
Setor Não Financeiro	121	(469)	192	(393)
Alpargatas	(8)	(476)	(15)	(537)
Dexco	40	11	(10)	61
Grupo CCR	(15)	17	(55)	30
Copa Energia	(19)	(21)	142	(19)
Aegea	8	-	8	-
Itautec ²	114	1	122	95
Outros	-	-	(1)	(22)
Resultado Desinvestimento³	-	291	-	1.965
Lucro Líquido	3.722	2.983	14.778	13.466

(1) Referem-se aos efeitos relacionados a eventos de pós-closing das investidas.

(2) Em 2024 refere-se essencialmente reconhecimento de valores a receber vinculados ao processo de crédito do IPI na Itautec (vide Nota Explicativa 11.1).

(3) Referem-se aos resultados advindos da XP Inc, investida que deixou de fazer parte do portfólio da Itaúsa no final de 2023.

2. Estrutura de Capital e Endividamento

2.1. Retrospectiva da Estratégia de *Liability Management*

A seguir, apresentamos a retrospectiva dos nossos movimentos estratégicos de gestão de passivos iniciados no 4T22, após termos atingido o maior patamar de dívida bruta da *holding* em set/22, no montante de R\$ 8,4 bilhões. A execução bem-sucedida desta estratégia conferiu à Itaúsa redução da dívida bruta e da dívida líquida, aumento do prazo médio da dívida, eliminação de amortização de principal até 2028 e redução do serviço da dívida. Estes resultados garantiram a preservação dos níveis de liquidez e mitigaram qualquer risco de refinanciamento.

Estratégia de <i>Liability Management</i>				
2022	2023	2024		
Redução da dívida bruta:	Redução e alongamento da dívida:	Alongamento e redução do custo médio da dívida:		
Pré-pagamento (R\$ 1,8 bi) ¹	Pré-pagamento (R\$ 2,5 bi) ² + Refinanciamento (R\$ 1,25 bi) ³	Refinanciamento (R\$ 1,3 bi) ⁴		
Resultados				
▼45% Dívida Bruta (vs. set/22) ⁶	▼82% Dívida Líquida (vs. set/22) ⁶	▼50% Serviço da Dívida⁵ (vs. set/22) ⁶	▲2,3 anos Prazo Médio (vs. set/22) ⁶	Sem amortização até 2028

(1) Resgate antecipado da 2ª emissão de debêntures (R\$ 800 milhões) e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures (R\$ 1,0 bilhão).

(2) Resgate antecipado dada 1ª série da 5ª emissão de debêntures (R\$ 2,5 bilhões).

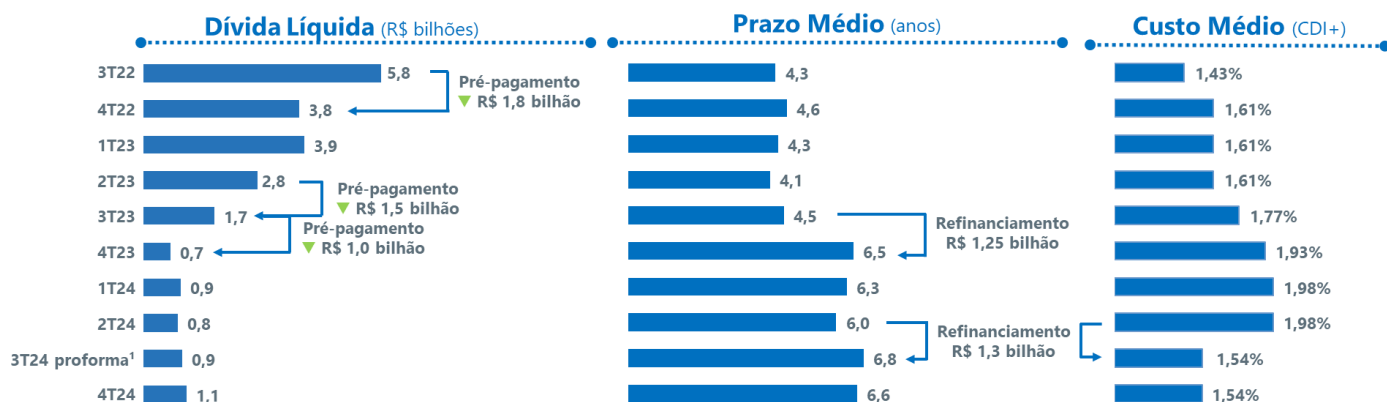
(3) 6ª emissão de debêntures para resgate antecipado da 1ª série da 4ª emissão de debêntures (R\$ 1,25 bilhão).

(4) 7ª emissão de debêntures para resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures (R\$ 1,3 bilhão) concluído no 4T24.

(5) Considera o custo médio do 3T22 (CDI+1,43% a.a.) e do 4T24 (CDI+1,54% a.a.) multiplicado pelo saldo da Dívida Bruta no final dos referidos trimestres.

(6) O período comparativo (3T22) foi escolhido em função de ter sido o intervalo com a maior dívida bruta da Itaúsa.

Histórico e Resultados da Estratégia de *Liability Management*



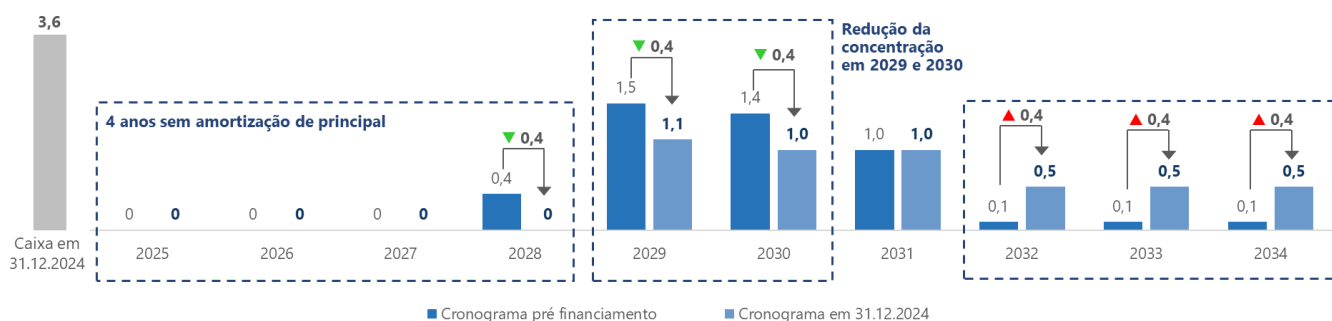
(1) Proforma considerando o pré-pagamento da 3ª Emissão de Debêntures (concluído em dez/24).

2.2. Cronograma de Amortização

Abaixo o cronograma de amortização dos instrumentos de dívida, os quais representam mais de 50% do passivo total da Companhia. Em 31.12.2024, considerando a estratégia de *liability management* executada, o prazo médio da dívida da Companhia era de 6,6 anos e o custo médio era de CDI + 1,54% a.a.

Em linha com essa nossa estratégia, iniciada no 4T22, em julho de 2024 foi anunciada a 7ª emissão de debêntures no montante de R\$ 1,3 bilhão destinada integralmente ao pré-pagamento, em dezembro, da 3ª emissão de debêntures. O refinanciamento conferiu à *holding* redução do custo médio da dívida para CDI+1,54% a.a. (-0,44 p.p. vs. 1T24, pico do custo médio da Companhia), menores despesas financeiras, aumento do prazo médio de 6,0 anos para 6,6 anos, ausência de vencimento de principal até 2028 e redução da concentração de amortização em 2029 e 2030.

Posição de caixa e cronograma de amortização do principal¹ em 31.12.2024 (em R\$ milhões)



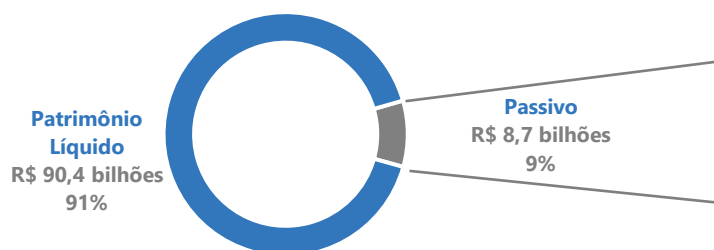
(1) Não considera eventual pagamento de passivos tributários contabilizados.

Para mais informações sobre as emissões de debêntures, vide a Nota Explicativa nº 18 ou acesse www.itausa.com.br/mercado-de-capitais/divida-e-rating/.

2.3. Composição do Capital e Alavancagem

A Itaúsa tem por prática a gestão prudente de caixa e manutenção de patamares saudáveis de alavancagem. Abaixo estão a Composição do Capital, do Passivo e os principais Indicadores de Endividamento da Companhia em 31.12.2024:

Composição do Capital¹ em 31.12.2024



Composição do Passivo¹ (R\$ milhões)

Passivo Total	8.682	8,8%
Debêntures e Notas Comerciais	4.632	4,7%
Provisões ²	1.999	2,0%
Dividendos e JCP a pagar	1.798	1,8%
Demais passivos	253	0,3%

(1) Valores referentes ao balanço individual da Itaúsa.

(2) Conforme nota explicativa 19.1.1, R\$ 1.986 milhões referem-se à provisão do processo tributário de PIS/COFINS.

Indicadores de Endividamento	2024	2023	Δ
Dívida Líquida ¹ (R\$ milhões)	1.052	652	61,3%
Valor de Mercado do Portfólio – NAV (R\$ milhões)	121.544	136.506	-11,0%
Endividamento (Dívida Líquida ¹ /Patrimônio Líquido)	1,2%	0,8%	0,4 p.p.
Alavancagem (Dívida Líquida ¹ /NAV)	0,9%	0,5%	0,4 p.p.
Cobertura de Juros (Proventos/Despesas de Juros)	13,0x	4,7x	8,3x

(1) Dívida Financeira. Não considera eventual pagamento de passivos tributários contabilizados.

2.4. Fluxo de Caixa

A Itaúsa encerrou o 4T24 com **R\$ 3.580 milhões** de saldo de caixa, cuja movimentação desde 31.12.2023 é apresentada abaixo, com destaque para (i) os proventos recebidos do setor financeiro de R\$ 7.762 milhões, (ii) as captações de R\$ 2.031 milhões (R\$ 1,3 bilhão em debêntures e R\$ 731 milhões em Notas Comerciais) e (iii) o pagamento de proventos pela Itaúsa a seus acionistas no montante de R\$ 8.040 milhões.

(R\$ milhões)



(1) Considera receita oriunda da rentabilidade do caixa, as despesas gerais e administrativas, entre outros.

(2) Recompra de ações para utilização no âmbito do Plano de Incentivos de Longo Prazo da Itaúsa, aprovado na Assembleia Geral de 28.04.2023.

2.5. Agências de Rating

Em 2024, as três agências realizaram sua atualização anual do *rating* da Itaúsa, o qual permaneceu em “AAA” com perspectiva “estável”. As agências destacaram o sólido perfil de negócios da *holding*, sua boa governança corporativa, o forte perfil de capitalização, a baixa alavancagem, a robustez do portfólio e do perfil das investidas da Itaúsa, que resultam em adequada previsibilidade de dividendos, mitigando pressões sobre a sua liquidez.

Agência	Rating	Perspectiva	Escala	Última atualização
Fitch Ratings	AAA(bra)	Estável	Nacional	31.10.2024
Moody's	AAA.br	Estável	Nacional	06.09.2024
S&P Global Ratings	brAAA	Estável	Nacional	10.07.2024

3. Remuneração aos acionistas

3.1. Proventos e *dividend yield* (dos últimos 12 meses)

Os investidores que permaneceram como acionistas nos últimos 12 meses findos em 31.12.2024 fizeram jus ao recebimento do montante bruto total de **R\$ 6,9 bilhões** em proventos, equivalente a R\$ 0,63162 (bruto) por ação que, divididos pela cotação da ação preferencial em 30.12.2024, resultou em **7,2 % de *dividend yield***¹.

Exercício Competência	Proventos Declarados	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado ²	Valor bruto por ação	Valor líquido por ação ³
2023	JCP trimestral	29.02.2024	01.04.2024	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	Dividendos	22.02.2024	08.03.2024	R\$ 3.103,2 milhões	R\$ 0,30050	R\$ 0,30050
	JCP	21.03.2024	30.08.2024	R\$ 722,9 milhões	R\$ 0,07000	R\$ 0,05950
	JCP Trimestral	31.05.2024	01.07.2024	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
2024	JCP	20.06.2024	30.08.2024	R\$ 976,9 milhões	R\$ 0,09460	R\$ 0,08041
	JCP Trimestral	30.08.2024	01.10.2024	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	19.09.2024	07.03.2025	R\$ 499,8 milhões	R\$ 0,04840	R\$ 0,04114
	JCP Trimestral	29.11.2024	02.01.2025	R\$ 243,0 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	11.12.2024	07.03.2025	R\$ 629,9 milhões	R\$ 0,05810	R\$ 0,04939
Total de proventos dos últimos 12 meses					R\$ 0,66572	R\$ 0,61094
Total de proventos ajustados pela bonificação e subscrição				R\$ 6.904,6 milhões	R\$ 0,63438	R\$ 0,58199
Valor da ação preferencial (ITSA4) em 30.12.2024					R\$ 8,83	
<i>Dividend Yield</i>¹ em 30.12.2024					7,2%	6,6%

(1) Conforme convenção de mercado, o *Dividend Yield* foi calculado considerando os proventos brutos por ação ajustados pela bonificação de 5% em ações concedida aos acionistas posicionados em 02.12.2024 e pelo direito a subscrição de ações aos acionistas posicionados em 17.02.2025, divididos pelo valor da ação (ITSA4) em 30.12.2024. Fonte: Economática.

(2) O capital social da Itaúsa era composto por 10.328.149.431 ações até 02.12.2024 e por 10.844.556.902 ações após bonificação de 5% em ações.

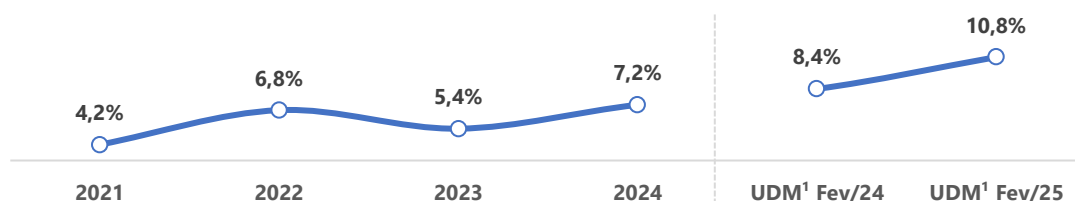
(3) Os juros sobre capital próprio (JCP) estão sujeitos à tributação de 15% de Imposto de Renda, retidos na fonte, conforme legislação vigente.

Adicionalmente aos proventos de 2024 listados acima, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10.02.2025, declarou proventos no valor de R\$ 6,8 bilhões (R\$ 6,6 bilhões líquidos) ou R\$ 0,62502 por ação, com base na posição acionária ao final do dia 17.02.2025 e 28.02.2025, a serem pagos até 22.04.2025.

Exercício Competência	Proventos Declarados	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado ²	Valor bruto por ação	Valor líquido por ação ³
2024	JCP	17.02.2025	07.03.2025	R\$ 1.096,1 milhões	R\$ 0,10110	R\$ 0,08594
	Dividendos	17.02.2025	07.03.2025	R\$ 4.425,0 milhões	R\$ 0,40815	R\$ 0,40815
	Dividendos	17.02.2025	22.04.2025	R\$ 1.000,0 milhões	R\$ 0,09224	R\$ 0,08224
	JCP Trimestral	28.02.2025	01.04.2025	R\$ 255,1 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
Total de proventos dos últimos 12 meses (28.02.2025)					R\$ 0,96671	R\$ 0,89676
Total de proventos ajustados pela bonificação e subscrição				R\$ 10.334,7 milhões	R\$ 0,94969	R\$ 0,88201
Valor da ação preferencial (ITSA4) em 28.02.2025					R\$ 8,79	
<i>Dividend Yield</i>¹ em 28.02.2025					10,8%	10,0%

Dessa forma, os investidores que mantiveram suas ações durante os últimos 12 meses, encerrados em 28.02.2025, tiveram direito ao recebimento de **R\$ 10,3 bilhões em proventos brutos**, referentes ao exercício social de 2024. Esse valor corresponde a R\$ 0,94969 (bruto) por ação, que, quando dividido pelo preço da ação preferencial em 28.02.2025, resulta em um ***dividend yield*¹ de 10,8%**, representando aumento de 2,4 pontos percentuais em relação ao de fevereiro de 2024 (referente ao exercício social de 2023).

Histórico do *Dividend Yield* da Itaúsa

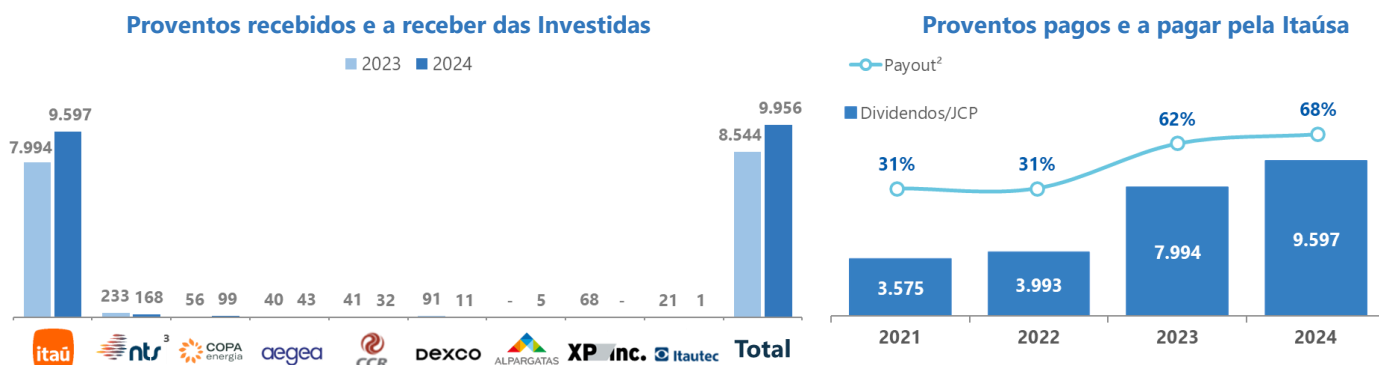


(1) UDM: Últimos doze meses. | (2) Conforme convenção de mercado, o *dividend yield* é calculado sobre os proventos brutos ajustados pela subscrição e bonificação em ações.

Acesse o histórico completo de proventos pagos e a pagar em www.itausa.com.br/mercado-de-capitais/dividendos-e-jcp/.

3.2. Fluxo de Proventos por competência do exercício¹

Apresentamos a seguir os fluxos de proventos (líquidos) recebidos e a receber das investidas e os declarados (líquidos) pela Itaúsa (pagos e a pagar) nos exercícios de 2024 e 2023.

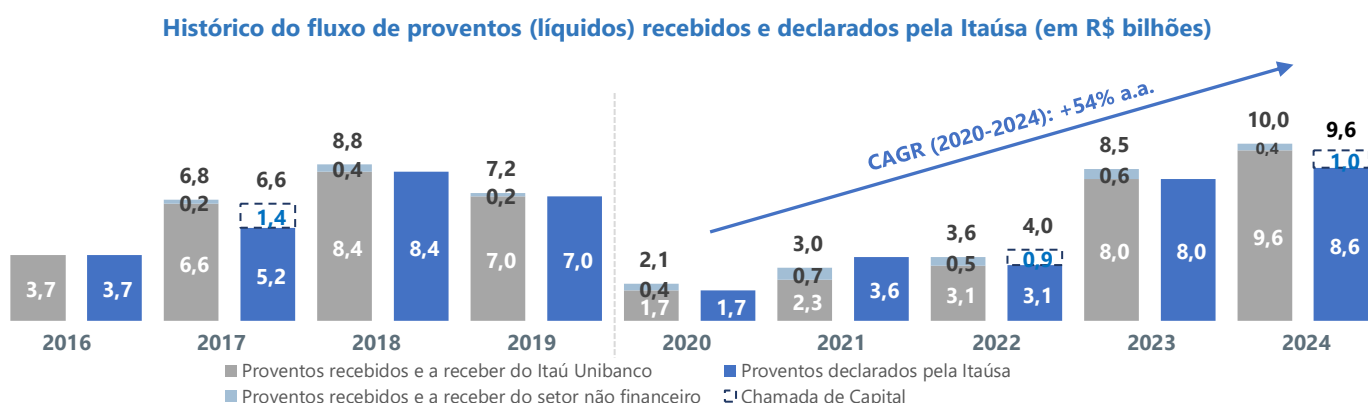


(1) Referente ao Balanço Individual (valores em R\$ milhões).

(2) *Payout* = Dividendos e JCP líquidos declarados / Lucro Líquido deduzido a reserva legal de 5%.

(3) Em 2023 considera a redução de capital da NTS de R\$ 301 milhões que gerou pagamento de restituição aos acionistas no 3T23 (sendo R\$ 26 milhões referente a participação da Itaúsa).

A prática de distribuição de proventos da Itaúsa tem sido, até o momento, repassar integralmente aos seus acionistas os proventos recebidos do Itaú Unibanco relativos aos seus resultados de cada exercício social. Entre 2020 e 2024, os proventos declarados pela Itaúsa apresentaram crescimento médio anual de 54%.



3.3. Aumento de Capital e Subscrição de Ações (Chamada de Capital)

Com o intuito de reforçar o caixa e aumentar os níveis de liquidez, em 10.02.2025 a Itaúsa anunciou aumento de capital por meio da subscrição de novas ações, conforme segue:

- **Montante:** R\$ 1,0 bilhão.
- **Ações a serem emitidas:** até 149.253.731 novas ações.
- **Preço:** R\$ 6,70 por ação.
- **Deságio:** 30% (em relação ao preço médio das ações preferenciais entre 09.10.2024 e 06.02.2025).
- **Posição Acionária:** 17.02.2025.
- **Forma de pagamento:** dinheiro ou dividendos a serem recebidos em 22.04.2025.
- **Período de Adesão:** de 10.03.2025 a 10.04.2025 (para acionistas com posição na B3) ou 11.04.2025 (para acionistas com posição no ambiente escritural).

Para mais informações sobre a subscrição de ações, acesse www.itausa.com.br/servicos-aos-investidores/chamada-de-capital/.

4. Valor de Mercado do Portfólio

O valor de mercado da Itaúsa em 31.12.2024, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de **R\$ 95,7 bilhões**, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valor de mercado totalizava **R\$ 121,5 bilhões**, resultando em desconto da *holding* de **21,2%**, redução de **0,3 p.p.** em relação a 31.12.2023.

Empresas do Portfólio	Cotação da ação mais líquida (R\$) (A)	Total de ações (milhões) (B)	Valor de mercado (R\$ milhões)	Participação da Itaúsa (%) (C)	Valor de mercado das participações (R\$ milhões)
itaú	R\$ 30,73	9.776	300.420	37,34%	112.165
ALPARGATAS	R\$ 6,36	676	4.302	29,47%	1.268
DEXCO	R\$ 5,96	808	4.818	37,84%	1.823
CCR	R\$ 10,17	2.010	20.443	10,38%	2.122
aegea (D)	n.a.	n.a.	n.a.	12,88%	2.394
ntr (E)	n.a.	n.a.	n.a.	8,50%	1.587
COPA energia (D)	n.a.	n.a.	n.a.	48,93%	1.737
Demais Ativos e Passivos (F)					(1.552)
Valor de Mercado da Soma das Partes					121.544
ITAÚSA	R\$ 8,83	10.842	95.732		95.732
Desconto					-21,2%

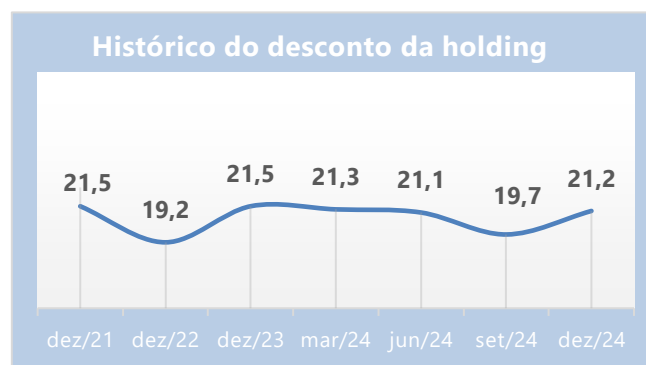
(A) Cotações de fechamento do último dia útil do período das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITUB4), Alpargatas (ALPA4), Dexco (DXCO3), Grupo CCR (CCRO3) e Itaúsa (ITSA4). | (B) Total de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria. | (C) Participação direta e indireta da Itaúsa no capital total das empresas investidas, conforme Nota Explicativa 1 das Demonstrações Contábeis da Itaúsa de 31.12.2024. | (D) Considera o valor do investimento contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2024. | (E) Considera o valor justo do ativo contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2024. | (F) Considera os demais ativos e passivos refletidos no balanço individual de 31.12.2024.

O desconto é um indicador resultante da diferença entre o valor de mercado da Itaúsa e a somatória dos investimentos da Companhia a valores de mercado (para empresas listadas) ou a valor justo/investido (para as empresas não listadas) (“soma das partes”).

Parte do desconto é justificável pelas despesas gerais, administrativas e financeiras da *holding*, despesas tributárias relativas aos impostos (PIS/COFINS) incidentes sobre juros sobre capital próprio (JCP) recebidos (ineficiência fiscal), pela avaliação de risco, dentre outros fatores. Em janeiro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar 214/25 que trata da reforma tributária sobre bens e serviços e, conforme artigos 6 e 542, a partir de 1º de janeiro de 2027 o PIS/COFINS deixará de existir e não haverá a incidência de IBS e/ou CBS sobre receitas financeiras (incluindo JCP), pois tais tributos somente incidirão sobre operações onerosas com bens e serviços. Dessa forma, a partir de 2027 (inclusive), tais despesas tributárias da Itaúsa deixarão de existir. Nesse contexto, a Administração da Companhia reforça que o atual patamar de desconto está acima do que considera adequado para o indicador.

Adicionalmente, a Aegea e a Copa Energia estão consideradas no valor de mercado do portfólio pelos seus valores contábeis. Entretanto, conforme consta na seção 6.1 (“Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas”), tais empresas têm apresentado resultados operacionais acima do esperado, o que, na avaliação da Administração da Itaúsa, justificaria avaliação superior, indicando patamar de desconto da *holding* ainda maior se o cálculo acima considerasse o valor justo desses ativos.

A Itaúsa divulga mensalmente um informativo de desconto, disponível em www.itausa.com.br/mercado-de-capitais/valor-do-portfolio-e-desconto/.



5. Mercado de Capitais

5.1. Desempenho da Ação

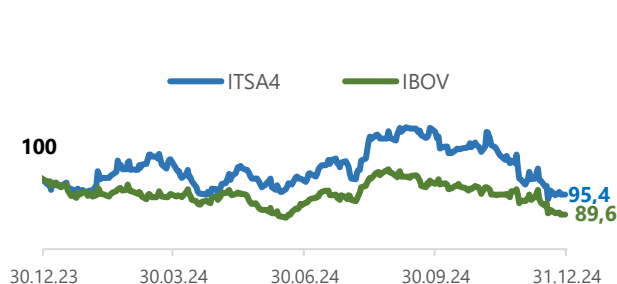
As **ações preferenciais da Itaúsa** (B3: ITSA4) eram cotadas a **R\$ 8,83** ao final do 4T24 apresentando, nos últimos 12 meses, desvalorização de **4,6%** quando ajustadas pelo pagamento de proventos, ao passo que o principal índice da B3, o **Ibovespa**, apresentou desvalorização de **10,4%** no mesmo período.

Desempenho das ações da Itaúsa e Investidas¹

Companhia	Fechamento	Δ 4T24	Δ 2024
ITSA4	R\$ 8,83	▼ -15,5%	▼ -4,6%
ITSA3	R\$ 8,99	▼ -14,1%	▼ -2,7%
ITUB4	R\$ 30,73	▼ -14,0%	▼ -2,9%
ALPA4	R\$ 6,36	▼ -8,5%	▼ -37,2%
DXCO3	R\$ 5,96	▼ -29,8%	▼ -24,9%
CCRO3	R\$ 10,17	▼ -14,9%	▼ -25,8%
IBOV	120.283	▼ -8,7%	▼ -10,4%

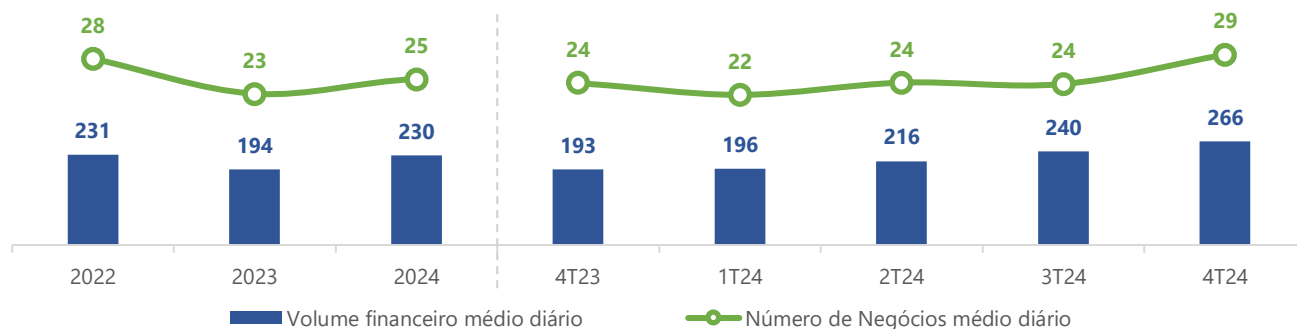
(1) Ajustado por proventos.

TSR ITSA4 vs. Ibovespa (últimos 12 meses)¹



O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais da Itaúsa no 4T24 foi de R\$ 266 milhões ante R\$ 193 milhões no 4T23, com média diária de 29 mil negócios ante 24 mil no 4T23, aumento de 37,5% e de 17,9%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2023. No mesmo período, o volume médio diário negociado do Ibovespa apresentou queda de 2,6%.

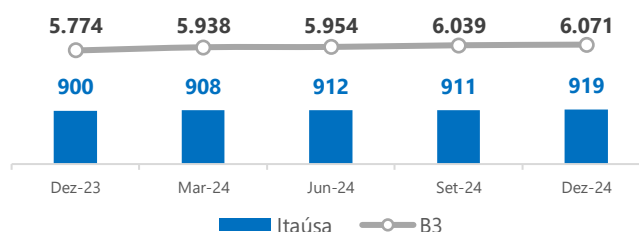
ITSA4 - Volume (R\$ milhões) e número médio de negócios diário (quantidade em milhares)



5.2. Evolução da base acionária

Em 31.12.2024, a Itaúsa detinha **919 mil acionistas** (sendo 99,6% pessoas físicas) em sua base, o que a posiciona dentre as empresas que detêm uma das maiores bases de acionistas da B3. Um em cada 6 acionistas da B3 possui ações da Itaúsa em sua carteira.

Evolução da quantidade de acionistas (em milhares)



6. Anexos

6.1. Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas

Apresentamos abaixo os principais destaques dos resultados do 4T24 das empresas investidas que compõem o portfólio da Itaúsa.

Empresas Investidas	Atividade	Participação ¹ no capital total	Listagem
Itaú Unibanco Holding S.A. ²	Instituição Financeira (Banco)	37,34%	B3: ITUB4
Alpargatas S.A.	Calçados e Vestuários	29,47%	B3: ALPA4
Dexco S.A.	Madeira, Metais, Louças, Revestimentos e Celulose Solúvel	37,84%	B3: DXCO3
CCR S.A.	Infraestrutura e Mobilidade	10,38%	B3: CCRO3
Aegea Saneamento e Participações S.A. ³	Saneamento	12,88%	n.a.
Copa Energia S.A.	Distribuição de Gás (GLP)	48,93%	n.a.
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS	Transporte de Gás Natural	8,50%	n.a.

(1) Considera o percentual de participação direta e indireta detida pela Itaúsa em 31.12.2024 e desconsidera as ações em tesouraria, conforme Nota Explicativa nº 1 (Contexto Operacional). | (2) A Itaúsa detém participação indireta no Itaú Unibanco Holding por intermédio da participação de 66,53% do capital da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A., cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco. | (3) A Itaúsa detém participação acionária de 10,20% do capital votante e 12,88% do capital total da Aegea Saneamento. Adicionalmente, possui 3,10% do capital da Águas do Rio Investimentos.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Eventos recentes:

- **Retorno aos acionistas:** no 4T24, o banco anunciou a distribuição adicional aos acionistas no montante total de R\$ 18,0 bilhões, sendo: (i) R\$ 15,0 bilhões de dividendos e juros sobre o capital próprio líquidos; e (ii) R\$ 3,0 bilhões de recompra e cancelamento de ações.
- **Bonificação em ações:** anunciada em fevereiro, à razão de 10%, as ações serão atribuídas de forma gratuita, conforme posição acionária final do dia 17.03.2025.
- **Investimento social privado:** em 2024, foram investidos R\$ 826 milhões em projetos sociais voltados para educação, cultura, mobilidade, diversidade, dentre outros.
- **Estratégia ESG:** em novembro, o banco atualizou sua estratégia ESG, estruturada nos pilares de Diversidade e Desenvolvimento, Transição Climática e Finanças Sustentáveis. O Itaú também atingiu, um ano antes do previsto, a meta de R\$ 400 bilhões para o desenvolvimento sustentável e ampliou esse compromisso para R\$ 1 trilhão até 2030*.

* O objetivo estratégico contempla o horizonte de tempo de jan/2020 a dez/2030, considera o antigo compromisso de R\$ 400 bilhões e projeta mais novos R\$ 600 bilhões. A partir de jan/2025, serão considerados novos critérios de contabilização alinhados aos avanços da taxonomia de finanças sustentáveis, a serem divulgados no site de sustentabilidade do banco.

Dados Financeiros e Operacionais (em IFRS) (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Produto Bancário ¹	44.712	40.049	11,6%	174.744	159.962	9,2%
Receita Financeira Líquida ^{1,2}	29.898	25.696	16,4%	110.542	102.703	7,6%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	12.265	11.895	3,1%	47.071	45.731	2,9%
Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada ³	1.824	1.465	24,5%	6.982	6.613	5,6%
Perda Esperada de Ativos Financeiros	(10.470)	(6.422)	63,0%	(32.311)	(30.445)	6,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.174)	(19.522)	-12,0%	(79.416)	(75.759)	4,8%
Lucro Líquido ⁴	10.835	8.773	23,5%	41.085	33.105	24,1%
Lucro Líquido Recorrente ⁴	10.967	8.818	24,4%	41.431	34.664	19,5%
ROE (anualizado)	21,0%	18,8%	2,2 p.p.	20,9%	18,6%	2,4 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	21,3%	18,9%	2,4 p.p.	21,1%	19,4%	1,7 p.p.
Patrimônio Líquido ⁴	211.090	190.177	11,0%	211.090	190.177	11,0%
Carteira de Crédito ⁵	1.362.473	1.179.681	15,5%	1.362.473	1.179.681	15,5%
Índice de Capital Nível I	15,0%	15,2%	-0,2 p.p.	15,0%	15,2%	-0,2 p.p.

(1) Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais dos ajustes gerenciais. | (2) Soma das (i) Receitas de Juros e Similares, (ii) Despesas de Juros e Similares, (iii) Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, e (iv) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior. | (3) Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada, líquidos de Resseguros. | (4) Atribuível aos Acionistas Controladores. | (5) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Carteira de Crédito:** aumento de 15,5%, impulsionado pelo crescimento em todos os segmentos no Brasil (7,0% em pessoas físicas, 20,9% em grandes empresas e 17,7% em micro, pequenas e médias empresas) e na América Latina (21,1%).

- **Receita Financeira Líquida:** aumento de 16,4%, devido a alta de R\$ 16,5 bilhões nas receitas de juros e similares, principalmente com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aplicações em mercado aberto e operações de crédito.
- **Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias:** crescimento de 3,1% principalmente em função do aumento das receitas relacionadas com administração de recursos, pelo maior saldo e melhor performance dos fundos, aumento de receitas com operações de crédito e garantias financeiras prestadas, e a maior atividade de banco de investimentos, que foram parcialmente compensadas pela redução das receitas com cartões de crédito e débito.
- **Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada:** aumento de 24,5% em função do maior resultado financeiro e operacional, principalmente relacionado ao seguro prestamista.
- **Perda Esperada de Ativos Financeiros:** aumento de 63,0%, devido a maior perda com demais ativos financeiros, em função da reclassificação de outros ativos para títulos e valores mobiliários, sem impacto relevante em nosso lucro por conta da reversão desta provisão em outras despesas.
- **Índice de Capital Nível I:** ao final de dezembro, estava em 15,0%, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,6%).
- **Índice de Eficiência:** no acumulado de 12 meses atingiu 39,5% no consolidado e 37,7% no Brasil, com base no modelo gerencial em BRGAAP.

i Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse: www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores



Evento recente:

- **Resgate antecipado da 1ª série da 2ª emissão de debêntures:** com desembolso total de R\$ 566 milhões e cuja conclusão ocorreu em 30.01.2025.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Volume (mil pares/peças) ¹	65.352	62.864	4,0%	226.558	206.854	9,5%
Brasil	62.223	59.372	4,8%	204.352	183.928	11,1%
Internacional	3.129	3.492	-10,4%	22.206	22.925	-3,1%
Receita Líquida	1.122	1.009	11,2%	4.108	3.734	10,0%
EBITDA Recorrente	36	67	-46,5%	353	215	64,1%
Margem EBITDA Recorrente	3,2%	6,7%	-3,5 p.p.	8,6%	5,8%	2,8 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido ²	2	(1.606)	n.a.	107	(1.867)	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido Recorrente ³	29	5	496,7%	158	(49)	n.a.
ROE (anualizado) ²	0,2%	-140,9%	141,1 p.p.	3,3%	-36,3%	39,6 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) ³	2,9%	0,5%	2,4 p.p.	4,1%	-0,9%	5,0 p.p.
CAPEX	77	57	35,4%	159	332	-52,1%
Dívida Líquida/EBITDA UDM	-0,3x	2,6x	-2,9x	-0,3x	2,6x	-2,9x

(1) Considera somente operações Havaianas. Houve reclassificação do volume de vendas na operação do Brasil em 2023 e 2024 em função de problemas sistêmicos que geraram erro de contagem do indicador de volume de vendas, sem impacto no resultado. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Atribuível aos acionistas controladores e de operações continuadas.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Receita Líquida:** aumento de 11,2%, em função de maior volume de pares vendidos. No Brasil, houve crescimento de 4,8% e em linha com a quantidade de pares vendidos em *sell-out* esperado para o trimestre. No mercado internacional, houve redução de 10,4%, impulsionado pelo processo de padronização das políticas comerciais e precificação.
- **EBITDA Recorrente:** apesar do maior volume de vendas no período, ganho de eficiência fabril e disciplina nas despesas, a redução de R\$ 31 milhões do EBITDA Recorrente refletiu, principalmente, a baixa de estoques realizada no período.
- **Lucro Líquido:** o resultado reverteu o prejuízo do ano anterior dado o menor volume de despesas não recorrentes em 2024.
- **CAPEX:** aumento de 35,4% em função do faseamento dos investimentos. Por outro lado, no ano, houve redução de 52,1% em decorrência da maior governança no processo de aprovação de investimentos da Alpargatas.
- **Posição de Caixa:** caixa líquido positivo em R\$ 122 milhões, sendo a geração de caixa operacional decisiva para a construção da posição líquida de caixa. Adicionalmente, a Alpargatas recebeu a última parcela referente a venda da Osklen, no valor de R\$ 52 milhões.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** reversão da posição de 2,6x Dívida Líquida sobre EBITDA ao final de 2023 para Caixa Líquido em 2024, principalmente, pela retomada de geração de caixa operacional, redução dos níveis de *capex* e liberação de capital de giro.

i Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: <https://ri.alpargatas.com.br>

DEXCO

Eventos recentes:

- **Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JCP):** (i) em dezembro, foram anunciados JCP (líquidos) de R\$ 32,3 milhões (ou R\$ 0,039 por ação) que serão pagos até 31.12.2025; (ii) no mesmo mês, foi realizado o pagamento R\$ 174,0 milhões de JCP (líquidos) e R\$ 57,7 milhões de Dividendos, considerando as posições acionárias de 19.12.2023 e 12.03.2024, respectivamente.
- **Celebração de contrato com ativos florestais:** em dezembro, a Dexco anunciou contrato para venda de participação de 8 mil hectares de florestas plantadas. A transação de R\$ 200 milhões fortalece a posição financeira da companhia e visa otimizar a exploração sustentável desses ativos.
- **Rating:** em fevereiro de 2025, a Moody's atribuiu à companhia a classificação Ba2 na escala global, com perspectiva estável. No mesmo período, a Fitch Ratings reafirmou os ratings de longo prazo em moeda estrangeira e em moeda local da Dexco em 'BB' e o rating de escala nacional de longo prazo em 'AAA(bra)', com perspectiva estável.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Líquida	2.064	1.949	5,9%	8.235	7.383	11,5%
Divisão Madeira	1.326	1.298	2,2%	5.351	4.831	10,8%
Divisão Metais Sanitários e Louças	518	444	16,7%	1.991	1.683	18,3%
Divisão Revestimentos	220	206	6,8%	893	869	2,8%
EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	372	404	-7,9%	1.650	1.393	18,4%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	18,0%	20,8%	-2,8 p.p.	20,0%	18,9%	1,1 p.p.
Lucro Líquido ²	23	187	-88,0%	172	790	-78,2%
Lucro Líquido Recorrente ²	(83)	160	n.a.	199	629	-68,4%
ROE ²	1,3%	11,7%	-10,4 p.p.	2,6%	12,9%	-10,3 p.p.
ROE Recorrente ²	-4,9%	10,0%	-14,9 p.p.	3,0%	10,3%	-7,3 p.p.
CAPEX ³	375	436	-14,0%	1.578	1.404	12,4%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ¹	3,0x	3,1x	-0,1x	3,0x	3,1x	-0,1x

(1) Não considera LD Celulose. | (2) Atribuível aos acionistas controladores e incluindo efeitos da operação de celulose solúvel (LD Celulose). | (3) Considera capex de manutenção, expansão e projetos.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Receita Líquida:** aumento de 5,9% atribuído ao desempenho positivo em todas as divisões, principalmente pelos resultados da Divisão Madeira, com altos níveis de demanda e boa dinâmica de preço de painéis de madeira, além da recuperação das Divisões de Metais e Louças, que apresentaram maior volume de produtos vendidos, ganhos de *market share* e melhor *mix* de produtos.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** redução de 7,9% em função da menor diluição de custos fixos em relação aos níveis de produção das fábricas, que foram impactados por paradas de manutenção programadas e período de férias coletivas, que afetaram todas as divisões, além de maiores custos de insumos dolarizados.
- **Lucro Líquido:** redução de 88,0%, impactada pelo resultado negativo da equivalência patrimonial da LD Celulose, que, no final do ano, apropriou os encargos da renegociação do *Project Finance* em seus resultados, afetando pontualmente o Lucro Líquido no 4T24. Além disso, ajustes contábeis no imposto de renda diferido também influenciaram negativamente o resultado.
- **Lucro Líquido Recorrente:** redução em função dos mesmos fatores mencionados anteriormente, além do impacto de *impairments* financeiros relativos à venda da operação de chuveiros e torneiras elétricas (finalizada em dezembro de 2024) e dos custos relativos ao início das operações da nova fábrica de Revestimentos em Botucatu (SP).
- **Celulose Solúvel (DWP):** resultados operacionais recordes, tanto em receita quanto em EBITDA Ajustado e Recorrente, somados ao processo de diligência em custos, minimizando impactos da alta do dólar sobre os insumos, considerando a exposição da operação a moeda estrangeira. Por outro lado, houve impacto negativo da equivalência patrimonial da LD Celulose, conforme explicado acima.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** redução de 0,1x justificada pela melhora no resultado dos períodos, além de ações de geração de caixa e ajustes contábeis que favoreceram o Endividamento Líquido da companhia no período.

i Para mais informações sobre os resultados da Dexco, acesse: <https://ri.dex.co/>



Eventos recentes:

- **Novas concessões:** conquista da Rota Sorocabana (São Paulo) e do Lote 3 (Paraná), que adicionam quase 900 quilômetros de vias ao portfólio de ativos.
- **Repactuação MSVia:** assinatura, em novembro, de termo consensual para resolução do desequilíbrio contratual da MSVia.
- **Encerramento de Barcas:** em fevereiro, foi encerrado o contrato de concessão e a operação foi finalizada, em linha com a estratégia de otimização do portfólio.
- **Aquisição VLT Carioca S.A.:** em dezembro, foi assinado instrumento para aumento de participação acionária da CCR na Concessionária, que passará a deter 99,90% do seu capital social.
- **15ª emissões de debêntures:** em outubro, aprovou a 15ª emissão pela AutoBAN, no valor de R\$ 2 bilhões, para o resgate antecipado das 10ª, 12ª e 13ª emissões de debêntures.
- **Recuperação de ações:** anunciado em dezembro para atender as obrigações do seu Plano de Incentivo de Longo Prazo, poderão ser adquiridas até 3,5 milhões de ações ordinárias (ou 0,1733% do total de ações) no prazo máximo de 18 meses.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Líquida ajustada Consolidada (sem construção) ¹	3.790	3.469	9,3%	14.538	13.214	10,0%
Receita Líquida (sem construção)	3.790	4.478	-15,4%	14.538	14.985	-3,0%
Rodovias	2.153	2.055	4,8%	8.352	7.758	7,7%
Aeroportos	570	486	17,3%	2.127	1.995	6,6%
Mobilidade	1.066	1.939	-45,0%	4.063	5.245	-22,5%
Outros ²	0	(2)	n.a.	(4)	(14)	-71,2%
EBITDA Ajustado e Recorrente ³	2.017	1.917	5,2%	8.281	7.771	6,6%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente ³	53%	55%	-2,1 p.p.	57%	59%	-1,8 p.p.
Lucro Líquido ⁴	218	554	-60,7%	1.249	1.705	-26,8%
Lucro Líquido Recorrente ^{3,4}	360	394	-8,6%	1.780	1.416	25,7%
CAPEX	2.360	2.054	14,9%	7.342	6.244	17,6%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado UDM	3,3x	3,0x	0,3x	3,3x	3,0x	0,3x

(1) Desconsidera os efeitos dos reequilíbrios econômicos. | (2) Inclui holdings e CSC. | (3) Equivalente aos números "Ajustados e Recorrentes" reportados pela Itaúsa no mesmo período do ano anterior. | (4) Atribuível aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Receita Líquida Ajustada (sem construção):** aumento de 9,3% devido ao melhor desempenho operacional em todos os modais, além de correções tarifárias.
- **Desempenho do tráfego:** Boa performance operacional em todas as plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos).
 - **Rodovias:** aumento de 1,1% no tráfego de veículos equivalentes, sendo que veículos leves cresceram 2,2%, devido às concessões do Sul (ViaSul e ViaCosteira) e veículos pesados cresceram 0,2%, em função de menor escoamento de grãos e açúcar.
 - **Mobilidade urbana:** crescimento de 7,6%, devido a maior demanda na Via Quatro e Via Mobilidade, às novas estações do MetrôBahia e à inauguração do Terminal Intermodal Gentileza (TIG) no VLT (Veículo Leve sobre Trilhos).
 - **Aeroportos:** crescimento de 9,1% devido à consolidação das rotas internacionais em Curaçao e Aeris e maior oferta de voos no BH Airport, em função de incentivos e descontos do estado de Minas Gerais sobre o Querosene de Aviação (QAV), estimulando a ampliação das ofertas de voos.
- **EBITDA Ajustado:** aumento de 5,2% devido a maior margem em todos os modais, sobretudo em função do melhor desempenho operacional e correções tarifárias.
- **Lucro Líquido Ajustado:** queda de 8,6% principalmente em função da variação negativa do resultado financeiro, devido ao aumento de 10,5% no endividamento bruto, ao efeito negativo de correção monetária (IPCA) sobre empréstimos e a outorga de BH Airport., que foram parcialmente compensados pela maior capitalização de custos sobre empréstimos (RioSP, Blocos Sul e Central e ViaSul).
- **CAPEX:** aumento de 14,9% devido a maiores investimentos na: (i) RioSP (ampliações), (ii) ViaSul (duplicações na BR-386 e reconstruções após catástrofe climática), (iii) Linhas 8 e 9 (material rodante e melhorias na rede elétrica), e (iv) Bloco Sul e Central (melhorias previstas no plano de investimentos).
- **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (UDM):** aumento em função do crescimento de 6,0% da dívida líquida compensado pelo aumento de 6,6% no EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

i Para mais informações sobre os resultados do Grupo CCR, acesse: <https://ri.ccr.com.br/>



Eventos recentes:

- **Águas do Piauí:** em janeiro de 2025, foi realizada a assinatura do contrato de concessão de água e esgoto nos 224 municípios do Estado, com uma população de, aproximadamente, 1,9 milhão de pessoas.
- **PPP Ambiental Paraná 2:** em janeiro de 2025, foi realizada a assinatura do contrato de esgotamento sanitário do Lote 1 da Sanepar (PR), com 36 municípios e uma população de cerca de 190 mil pessoas.
- **Financiamento BNDES:** celebração, em dezembro de 2024, do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES para a Águas do Manaus, no montante de R\$ 1,5 bilhão e prazo de 19 anos.
- **Diversificação de fontes de acesso a capital:** em fevereiro de 2025, foi aprovada a captação de US\$ 600 milhões de empréstimos com liquidação financeira em março e prazo de 5 anos, que será destinada à conservação e recuperação de recursos hídricos e ecossistemas marinhos.
- **Ratings:** a Fitch Ratings e a Moody's reafirmaram os ratings da Aegea (BB e AA-, respectivamente), ambas com perspectiva estável, refletindo a expectativa de melhora gradual das métricas de crédito à medida que os ativos se tornem maduros, tenham maior geração de caixa e distribuição de dividendos para a holding.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Volume faturado ¹ (m ³ milhões)	295	265	11,5%	1.117	752	48,5%
Receita Líquida ^{1,2}	2.635	2.552	3,3%	10.007	6.856	46,0%
EBITDA Ajustado (Consolidado) ^{2,3}	1.956	1.715	14,0%	6.361	4.507	41,1%
Margem EBITDA Ajustada ^{2,3}	74,2%	67,2%	7,0 p.p.	63,6%	65,7%	-2,2 p.p.
Lucro Líquido (Controlador) ^{3,4}	194	229	-15,1%	483	582	-16,9%
Lucro Líquido (Consolidado)	754	672	12,3%	2.049	1.351	51,6%
CAPEX	1.813	1.069	69,6%	4.996	2.344	113,1%
Dívida Líquida/EBITDA <i>Covenant</i> UDM ⁵	2,8x	2,3x	0,5x	2,8x	2,3x	0,5x

(1) O volume faturado da Aegea no 4T23 e em 2023 foram reapresentados para contemplarem os dados operacionais da Ambiental Ceará. | (2) Receita operacional líquida deduzida das receitas de construção com margem próxima a zero (ICPC 01) e sem efeito-caixa. | (3) Exclui a receita e o custo de construção com margem próxima a zero (ICPC 01). | (4) Atribuível aos acionistas controladores. | (5) O indicador refere-se a alavancagem societária. O EBITDA utilizado para medição de *covenants* e para o índice de alavancagem incorpora os resultados dos últimos 12 meses de Corsan, sendo que a incorporação da Corsan nos resultados da Aegea ocorreu a partir de julho de 2023.

Nota: A tabela acima apresenta as informações da Aegea Saneamento em base societária, ou seja, com os resultados da Águas do Rio reconhecidos por equivalência patrimonial.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Receita Líquida:** crescimento de 3,3% devido, principalmente, ao aumento do volume faturado na Corsan e aos reajustes tarifários.
- **EBITDA Ajustado:** crescimento de 14,0% devido, principalmente, ao aumento do volume faturado, aos reajustes tarifários e às medidas de eficiência operacional e financeira implementadas, sobretudo, na Corsan.
- **Lucro Líquido:** redução de 15,1% no lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, refletindo o aumento das despesas financeiras decorrente da elevação do endividamento.
- **CAPEX:** aumento de R\$ 744 milhões, com destaque para a ampliação da cobertura de esgoto em todas as concessões e PPPs. No período, foram pagos R\$ 384 milhões em outorgas.
- **Águas do Rio:** no 4T24, registrou um EBITDA ajustado de R\$ 651,3 milhões e Receita Líquida de R\$ 1,7 bilhão. O Lucro Líquido atingiu R\$ 113,2 milhões, representando uma queda de 36,4%, impactada principalmente pelo aumento das despesas financeiras, decorrente das captações e desembolsos em linhas de longo prazo destinadas à execução do *capex*. A Dívida Líquida totalizou R\$ 13,2 bilhões. Em outubro de 2024, foi paga a última parcela da outorga, no valor de R\$ 3,8 bilhões.

i Para mais informações sobre os resultados da Aegea Saneamento, acesse: <https://ri.aegea.com.br/>



Evento recente:

- **6ª emissão de debêntures:** em dezembro, a Copa Energia anunciou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 1,38 bilhão, para o resgate antecipado da 2ª emissão de debêntures.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Volume ('000 tons)	455	445	2,4%	1.851	1.798	2,9%
Receita Líquida ¹	2.838	2.470	14,9%	10.945	10.294	6,3%
EBITDA Recorrente ²	305	221	37,5%	1.114	1.111	0,2%
Lucro Líquido Recorrente ²	164	146	12,3%	597	562	6,2%
CAPEX	91	119	-23,6%	315	279	12,7%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ²	1,0x	1,2x	-0,2x	1,0x	1,2x	-0,2x

(1) Considera venda de ativos. | (2) Os números de 2023 foram reapresentados para melhor comparabilidade dos eventos recorrentes. | Nota: Números não auditados.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Receita Líquida:** crescimento de 2,4% devido, principalmente, ao maior volume vendido no segmento empresarial, em função da estratégia de aumento de participação de mercado.
- **EBITDA Recorrente:** aumento de 37,5% principalmente devido ao maior volume de vendas no segmento empresarial e maior preço de venda no canal, parcialmente compensados por maiores despesas operacionais (abastecimento, logísticas e marketing).
- **Lucro Líquido Recorrente:** aumento de 12,3% devido ao melhor resultado financeiro, impactado, principalmente, pela redução da dívida bruta.
- **CAPEX:** redução de 23,6% devido a menores gastos nas linhas de TI, automóveis, utilitários, caminhões e botijões.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** diminuição de 0,2x devido à redução da Dívida Líquida.

i Para mais informações sobre a Copa Energia, acesse: <https://www.copaenergia.com.br/relacao-com-investidores/>



Eventos recentes:

- **Liability Management e Ratings:** em dezembro, a NTS anunciou a 8ª emissão de debêntures no total de R\$ 1,75 bilhão para resgate antecipado das debêntures da 1ª série da 5ª emissão no total de R\$ 1 bilhão, que conferiu redução do custo médio da sua dívida e aumento do prazo médio. No mesmo mês, a Fitch atribuiu rating "AAA (nacional)" à 8ª emissão de debêntures da companhia e manteve o rating de longo prazo da NTS em "AAA(bra)" com perspectiva estável.
- **Empréstimo:** em fevereiro, foi contratado junto ao Scotia Bank um empréstimo no valor de US\$ 170 milhões, com vencimento de 3 anos, para fins de pré-pagamento total de empréstimo anterior.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Líquida	1.867	1.840	1,5%	7.256	7.353	-1,3%
EBITDA	1.617	1.629	-0,7%	6.562	6.801	-3,5%
Lucro Líquido	887	788	12,6%	3.279	3.252	0,8%
Proventos ¹ - Total	-	-	n.a.	3.224	3.114	3,5%
Proventos ¹ - % Itaúsa	-	-	n.a.	274	305	-10,0%
CAPEX	94	68	37,8%	176	210	-16,3%
Dívida Líquida ²	9.257	9.603	-3,6%	9.257	9.603	-3,6%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ³	1,4x	1,4x	0,0x	1,4x	1,4x	0,0x

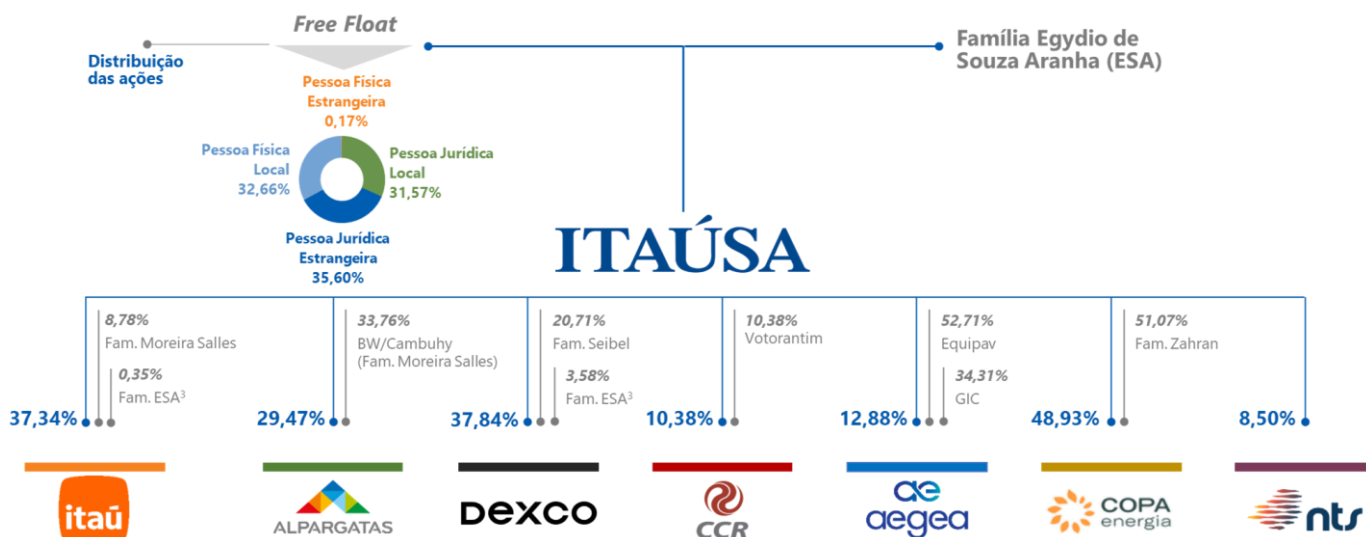
(1) Considera dividendos, correção monetária sobre dividendos declarados, JCP bruto e redução de capital social distribuído pela NTS aos acionistas. Os proventos são com base caixa. | (2) Dívida Líquida considera o impacto dos instrumentos de derivativos. A NTS possui uma exposição final 100% indexada à taxa de juros atreladas ao CDI e moeda local. | (3) Considera valores reportados de covenants com EBITDA dos últimos 12 meses e Dívida Líquida na data de fechamento do período.

Desempenho Financeiro (4T24 vs. 4T23):

- **Receita Líquida:** aumento de 1,5% devido ao crescimento de receitas provenientes de contratos de curto prazo oferecidos a novos clientes, relacionados a disponibilização de capacidade ociosa de transporte.
- **EBITDA:** redução de 0,7%, principalmente, devido a reajuste anual de folha e de contratos de serviços.
- **Lucro Líquido:** crescimento de 12,6%, devido principalmente ao aumento de receita financeira, em função da rentabilidade de investimentos e menor Selic média no período.
- **CAPEX:** aumento de 37,8% devido a despesas relacionadas a manutenção de dutos, no âmbito do programa de verificação contínua da integridade.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** estável em 1,4x, devido à redução de 3,5% do EBITDA acompanhada pela redução de 3,6% da dívida líquida oriunda da estratégia de *liability management* e redução do EBITDA, mantendo o *ratio* inalterado.

i Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: <https://www.ntsbrasil.com/home-ri/>

6.2. Estrutura Acionária em 31.12.2024^{1,2}



(1) As participações apresentadas são referentes ao total de ações excetuadas as existentes em tesouraria.
(2) Corresponde a participação direta e indireta nas empresas investidas.
(3) Ações detidas diretamente por pessoas físicas ou entidades da Família ESA (Eglydio de Souza Aranha).

6.3. Balanço Patrimonial (individual e gerencial)¹

(R\$ milhões)

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE	7.423	6.944	CIRCULANTE	2.132	1.255
Ativos Financeiros	7.090	6.781	Empréstimos, financiamentos e debêntures	109	17
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.580	3.156	Dividendos/JCP a Pagar	1.798	1.073
Ativos Financeiros (VJR)	1.587	1.716	Fornecedores	43	11
Dividendos/JCP a Receber	1.923	1.909	Tributos a Recolher	112	97
Ativos Fiscais	321	134	Obrigações com Pessoal	45	53
Tributos a Compensar	321	134	Passivos de Arrendamentos	-	2
Outros Ativos	12	29	Outros Passivos	25	2
Despesas Antecipadas	11	3			
Outros Ativos	1	26			
NÃO CIRCULANTE	91.702	82.954	NÃO CIRCULANTE	6.550	5.691
Investimentos	90.660	81.957	Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.523	3.791
Investimentos em participações societárias	90.653	81.953	Fornecedores	25	-
Outros Investimentos	7	4	Provisões	1.999	1.898
Ativos Fiscais	858	810	Outros tributos diferidos	2	2
Tributos a Compensar	13	9	Outros Passivos	1	-
Imp. Renda/Contrib. Social Diferidos	845	801			
Imobilizado e Intangível	110	111	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.443	82.952
Outros Ativos	74	76	Capital Social	80.189	73.189
Ativos de Direito de Uso	-	1	Reservas de capital	700	656
Despesas Antecipadas	29	1	Reservas de lucros	10.945	12.582
Depósitos Judiciais	29	34	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.361)	(3.475)
Outros Ativos	16	40	Ações em Tesouraria	(30)	-
TOTAL DO ATIVO	99.125	89.898	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.125	89.898

(1) Balanço Patrimonial atribuível aos acionistas controladores.

6.4. Apuração do Resultado de Equivalência Patrimonial

A Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Visão do 4º trimestre de 2024 e de 2023

(R\$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro								Setor não Financeiro								Holding			
	itaú		XP inc.		ALPARGATAS		DEXCO		CCR		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23	4T24	4T23
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	10.967	8.818	-	-	29	5	(83)	160	360	394	194	229	164	146	-	-	7	(2)	-	-
(x) Participação Direta / Indireta	37,29%	37,23%	0,00%	0,00%	29,47%	29,53%	37,84%	37,85%	10,37%	10,35%	Vide nota.	Vide nota.	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%	-	-
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	4.092	3.283	-	-	9	2	(32)	60	37	41	2	30	80	71	-	-	6	(2)	4.194	3.485
(+/-) Outros Resultados	(126)	(45)	-	-	(5)	(6)	-	-	(29)	(18)	(15)	(15)	(1)	(3)	-	-	-	-	(176)	(87)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	3.966	3.238	-	-	4	(4)	(32)	60	8	23	(13)	15	79	68	-	-	6	(2)	4.018	3.398
(+/-) Resultado não Recorrente	(49)	(15)	-	-	(8)	(47)	40	11	(15)	17	8	-	(19)	(20)	-	-	114	1	71	(482)
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	3.917	3.223	-	-	(4)	(480)	8	71	(7)	40	(5)	15	60	48	-	-	120	(1)	4.089	2.916
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	102	-	-	(34)	120
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	3.917	3.223	-	18	(4)	(480)	8	71	(7)	40	(5)	15	60	48	(34)	102	120	(1)	4.055	3.036
Contribuição	96,6%	106,2%	0,0%	0,6%	-0,1%	-15,8%	0,2%	2,3%	-0,2%	1,3%	-0,1%	0,5%	1,5%	1,6%	-0,8%	3,4%	3,0%	0,0%	100,0%	100,0%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio Investimentos, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).
- Para CCR, Aegea e Copa Energia os "Outros Resultados" referem-se substancialmente a amortização de mais valias.

Visão acumulada de 2024 e de 2023

(R\$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro								Setor não Financeiro								Holding			
	itaú		XP inc.		ALPARGATAS		DEXCO		CCR		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	41.431	34.664	-	1.770	158	(48)	199	629	1.780	1.416	483	582	597	562	-	-	11	-	-	-
(x) Participação Direta / Indireta	37,29%	37,25%	0,00%	6,30%	29,49%	29,54%	37,84%	37,86%	10,36%	10,34%	Vide nota.	Vide nota.	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%	-	-
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	15.449	12.913	-	108	48	(14)	75	238	184	146	40	79	292	275	-	-	11	-	16.099	13.745
(+/-) Outros Resultados	(325)	(194)	-	-	(21)	(23)	-	-	(111)	(68)	(58)	(33)	(6)	(10)	-	-	-	-	(521)	(328)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	15.124	12.719	-	108	27	(37)	75	238	73	78	(18)	46	286	265	-	-	11	-	15.578	13.417
(+/-) Resultado não Recorrente	(129)	(580)	-	-	(15)	(539)	(10)	61	(55)	9	8	-	141	(19)	-	-	123	95	63	(973)
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	14.995	12.139	-	108	12	(576)	65	299	18	87	(10)	46	427	246	-	-	134	95	15.641	12.444
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145	16	-	-	145	84
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	14.995	12.139	-	176	12	(576)	65	299	18	87	(10)	46	427	246	145	16	134	95	15.786	12.528
Contribuição	95,0%	96,9%	0,0%	1,4%	0,1%	-4,6%	0,4%	2,4%	0,1%	0,7%	-0,1%	0,4%	2,7%	2,0%	0,9%	0,1%	0,8%	0,8%	100,0%	100,0%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio Investimentos, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).
- Para CCR, Aegea e Copa Energia os "Outros Resultados" referem-se substancialmente a amortização de mais valias.

ITAÚSA S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Raul Calfat (*)

Vice-Presidentes

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Edson Carlos De Marchi (*)

Patrícia de Moraes (*)

Rodolfo Villela Marino

Vicente Furletti Assis (*)

Conselheiros Suplentes

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

(*) *Conselheiros Independentes*

CONSELHO FISCAL

Presidente

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Conselheiros

Elaine Maria de Souza Funo

Gustavo Amaral de Lucena

Marco Tulio Leite Rodrigues

Maurício Nogueira

Conselheiros Suplentes

Felício Cintra do Prado Junior

José Carlos de Brito e Cunha

Luiz Alberto de Castro Falleiros

Olivier Michel Colas

COMITÊ DE AUDITORIA

Coordenador

Raul Calfat

Membros

Isabel Cristina Lopes (especialista)

Marco Antonio Antunes

DIRETORIA

Diretor Presidente

Alfredo Egydio Setubal (**)

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Ricardo Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes

Frederico de Souza Queiroz Pascowitch

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Priscila Grecco Toledo

(**) *Diretor de Relações com Investidores*

Contadora

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO - ATIVO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de caixa	5	3.580	3.156	4.852	5.977
Aplicações financeiras	5	-	-	523	-
Títulos e valores mobiliários	6	1.587	1.716	1.587	1.716
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.220	1.160
Estoques	8	-	-	1.642	1.541
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.923	1.909	1.911	1.819
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		319	132	403	265
Outros tributos a compensar	10	2	2	185	122
Derivativos	4.1.3	-	-	53	-
Outros ativos	11	12	29	143	191
Total Circulante		7.423	6.944	12.519	12.791
Não circulante					
Realizável a longo prazo		932	886	6.369	5.979
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	161	138
Ativos biológicos	12	-	-	2.790	2.365
Depósitos judiciais	19.1.2	29	34	171	153
Benefícios a empregados	26	16	16	106	128
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	845	801	1.342	1.396
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		8	9	149	103
Outros tributos a compensar	10	5	-	416	645
Direito de uso	14	-	1	694	690
Derivativos	4.1.3	-	-	153	106
Outros ativos	11	29	25	387	255
Investimentos	15	90.660	81.957	90.171	81.297
Imobilizado e Intangível	16	110	111	5.566	5.281
Total Não circulante		91.702	82.954	102.106	92.557
TOTAL DO ATIVO		99.125	89.898	114.625	105.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	43	11	1.306	1.187
Obrigações com pessoal		45	53	273	276
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	109	17	1.373	1.109
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	-	35	16
Outros tributos a recolher	10	112	97	290	248
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	1.798	1.073	1.828	1.218
Arrendamentos	14	-	2	54	53
Derivativos	4.1.3	-	-	121	136
Outros passivos	11	25	2	496	555
Total Circulante		2.132	1.255	5.776	4.798
Não circulante					
Fornecedores	17	25	-	25	-
Obrigações com pessoal		1	-	1	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.523	3.791	9.739	9.663
Arrendamentos	14	-	-	719	698
Provisões	19	1.999	1.898	2.320	2.252
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	-	-	357	425
Outros tributos diferidos		2	2	2	2
Outros tributos a recolher	10	-	-	33	45
Benefícios a empregados	26	-	-	32	37
Derivativos	4.1.3	-	-	331	127
Outros passivos	11	-	-	293	251
Total Não circulante		6.550	5.691	13.852	13.500
TOTAL DO PASSIVO		8.682	6.946	19.628	18.298
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20.1	80.189	73.189	80.189	73.189
Reservas de capital	20.2	700	656	700	656
Reservas de lucros	20.3	10.945	12.582	10.945	12.582
Ajustes de avaliação patrimonial	20.4	(1.361)	(3.475)	(1.361)	(3.475)
Ações em tesouraria	20.5	(30)	-	(30)	-
Total do Patrimônio líquido dos acionistas controladores		90.443	82.952	90.443	82.952
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.554	4.098
Total do Patrimônio líquido		90.443	82.952	94.997	87.050
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.125	89.898	114.625	105.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida	21	-	-	8.235	7.383
Custos dos produtos e serviços	22	-	-	(5.783)	(5.006)
Lucro bruto		-	-	2.452	2.377
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	-	-	(1.225)	(1.042)
Despesas gerais e administrativas	22	(178)	(177)	(542)	(582)
Resultado de participações societárias	15	15.641	12.444	15.369	12.330
Outras receitas	23	132	988	334	1.027
Total das receitas e despesas operacionais		15.595	13.255	13.936	11.733
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		15.595	13.255	16.388	14.110
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	459	1.563	980	2.188
Despesas financeiras	24	(1.320)	(1.447)	(2.343)	(2.523)
Total do Resultado Financeiro		(861)	116	(1.363)	(335)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		14.734	13.371	15.025	13.775
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	1	(130)	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	44	94	(8)	243
Total dos Tributos sobre o Lucro		44	95	(138)	203
Lucro líquido do exercício		14.778	13.466	14.887	13.978
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		14.778	13.466	14.778	13.466
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	109	512
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	25	1,36291	1,25474	1,36291	1,25474
Preferenciais	25	1,36291	1,25474	1,36291	1,25474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.778	13.466	14.887	13.978
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	2.163	1.515	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	(752)	1.738
Hedge	-	-	(825)	282
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	3.844	(242)
Contratos de seguro	-	-	175	(264)
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(49)	(126)	-	-
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	-	-	(46)	(127)
Total de Outros resultados abrangentes	2.114	1.389	2.396	1.387
Total do Resultado abrangente	16.892	14.855	17.283	15.365
Atribuível aos acionistas controladores	16.892	14.855	16.892	14.855
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	391	510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhões de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos não controladores	Total Consolidado	
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022		63.500	563	13.598	-	(4.864)	-	72.797	3.738	76.535
Transações com os acionistas										
Subscrição e integralização de capital		877	-	-	-	-	-	877	-	877
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros		8.812	-	(8.812)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio prescritos		-	-	3	-	-	-	3	-	3
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores		-	-	(877)	-	-	-	(877)	-	(877)
Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP		-	3	-	-	-	-	3	-	3
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas		-	90	(1.034)	-	-	-	(944)	6	(938)
Total do resultado abrangente										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.466	13.466	512	13.978
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	1.389	-	1.389	(2)	1.387
Destinação do lucro										
Reserva legal		-	-	673	-	-	(673)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício		-	-	-	-	-	(3.762)	(3.762)	(156)	(3.918)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio propostos		-	-	5.093	-	-	(5.093)	-	-	-
Reservas estatutárias		-	-	3.938	-	-	(3.938)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.189	656	12.582	-	(3.475)	-	82.952	4.098	87.050
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.189	656	12.582	-	(3.475)	-	82.952	4.098	87.050
Transações com os acionistas										
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aquisição de ações em tesouraria	20.5	-	-	-	(33)	-	-	(33)	-	(33)
Entrega de ações em tesouraria - Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP	20.5	-	-	-	3	-	-	3	-	3
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	20.1	7.000	-	(7.000)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio prescritos		-	-	2	-	-	-	2	-	2
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores		-	-	(5.093)	-	-	-	(5.093)	(16)	(5.109)
Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP		-	6	-	-	-	-	6	-	6
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas		-	38	(195)	-	-	-	(157)	100	(57)
Total do resultado abrangente										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.778	14.778	109	14.887
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	2.114	-	2.114	282	2.396
Destinação do lucro										
Reserva legal	20.3	-	-	739	-	-	(739)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício	20.6.1	-	-	-	-	-	(4.129)	(4.129)	(25)	(4.154)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio propostos	20.6.1	-	-	6.206	-	-	(6.206)	-	-	-
Reservas estatutárias	20.3	-	-	3.704	-	-	(3.704)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		80.189	700	10.945	(30)	(1.361)	-	90.443	4.554	94.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Ajustes para reconciliação do lucro líquido					
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		14.734	13.371	15.025	13.775
Resultado de participações societárias	15.2	(15.641)	(12.444)	(15.369)	(12.330)
Provisões		32	2	181	281
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		713	953	1.520	1.703
Depreciação, amortização e exaustão		10	11	1.231	1.176
Varição do valor justo dos Ativos biológicos	22	-	-	(520)	(769)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		-	-	8	25
Resultado na venda de Investimentos	15.2.1	-	(409)	(121)	(409)
Varição do valor justo dos Títulos e valores mobiliários	6.1	129	(1.117)	129	(1.117)
Exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS		-	-	(4)	(116)
Outros		37	3	(9)	25
		14	370	2.071	2.244
Variações nos Ativos e Passivos					
(Aumento) Redução de Clientes		-	-	(147)	259
(Aumento) Redução em Estoques		-	-	(74)	112
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		511	755	690	677
(Aumento) Redução em Outros ativos		(283)	(357)	(238)	(254)
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(435)	(768)	(425)	(766)
Aumento (Redução) em Fornecedores		57	6	127	(58)
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		(7)	-	(30)	16
Aumento (Redução) em Outros passivos		18	(24)	(96)	(96)
		(139)	(388)	(193)	(110)
Caixa proveniente das operações					
		(125)	(18)	1.878	2.134
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		(4)	(4)	(115)	(89)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	18.2.1 e 18.3.1	(553)	(1.007)	(1.150)	(1.747)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais					
		(682)	(1.029)	613	298
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de Investimentos		(2)	-	(2)	-
Alienação de Investimentos	15.2.6	35	1.112	45	1.112
Alienação de Títulos e valores mobiliários	6.1	-	2.705	-	2.705
Investimentos em Fundo de Corporate Venture Capital		-	-	(7)	(84)
(Aumento) Redução de capital social em investidas	15.2	-	26	(189)	26
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		(8)	(14)	(1.355)	(1.263)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		-	5	50	34
Juros sobre capital próprio e Dividendos recebidos	9	8.429	4.178	8.344	4.098
(Aplicação) Resgates de aplicações financeiras		-	-	(497)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos					
		8.454	8.012	6.389	6.628
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de Capital social		-	426	-	433
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	20.5	(33)	-	(33)	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	20.6.2	(8.039)	(4.390)	(8.196)	(4.561)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.2.1 e 18.3.1	2.026	1.248	2.439	3.703
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.2.1 e 18.3.1	(1.300)	(3.750)	(2.293)	(4.692)
Amortização de passivos de arrendamento	14.2	(2)	(3)	(142)	(132)
Amortização de derivativos		-	-	(128)	(182)
Recebimento na venda parcial de controlada a não controladores		-	-	200	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos					
		(7.348)	(6.469)	(8.153)	(5.431)
Varição cambial sobre Caixa e Equivalentes de caixa		-	-	26	10
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa					
		424	514	(1.125)	1.505
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		3.156	2.642	5.977	4.472
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		3.580	3.156	4.852	5.977
		424	514	(1.125)	1.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	(29)	-	10.795	9.983
Vendas de produtos e serviços	-	-	10.134	9.081
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	520	769
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(8)	(25)
Outras receitas	(29)	-	149	158
Insumos adquiridos de terceiros	(250)	(845)	(5.949)	(6.810)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(4.575)	(4.927)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(250)	(845)	(1.374)	(1.883)
Valor adicionado bruto	(279)	(845)	4.846	3.173
Depreciação, amortização e exaustão	(10)	(11)	(1.231)	(1.176)
Valor adicionado líquido produzido	(289)	(856)	3.615	1.997
Valor adicionado recebido em transferência	16.317	15.781	16.623	16.324
Resultado de participações societárias	15.641	12.444	15.369	12.330
Receitas financeiras	330	1.563	851	2.188
Outras receitas	346	1.774	403	1.806
Valor adicionado total a distribuir	16.028	14.925	20.238	18.321
Distribuição do valor adicionado	16.028	14.925	20.238	18.321
Pessoal	85	80	1.337	1.248
Remuneração direta	76	72	1.027	971
Benefícios	8	7	228	206
FGTS	2	2	63	60
Outros	(1)	(1)	19	11
Impostos, taxas e contribuições	423	386	2.254	1.031
Federais	422	385	1.584	857
Estaduais	-	-	654	146
Municipais	1	1	16	28
Remuneração de capital de terceiros	742	993	1.760	2.064
Juros	742	993	1.760	2.064
Remuneração de capital próprio	14.778	13.466	14.887	13.978
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	10.335	8.855	10.360	9.011
Lucros retidos	4.443	4.611	4.443	4.611
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	84	356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa - Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3 com características ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), destacando a participação pelo 24º ano no Índice de Governança Corporativa - IGC, pelo 21º ano no Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado - ITAG, pelo 17º ano no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, pelo 2º ano no Índice Great Place to Work - IGPTW e 2º ano no Índice de Diversidade - IDIVERSA. Adicionalmente, a ITAÚSA integra, pela 21ª vez, o principal índice de alcance global Dow Jones Sustainability World Index - DJSI e é classificada como uma empresa de baixo risco sob a ótica ASG pela Sustainalytics, além de participar de iniciativas como o Carbon Disclosure Project - CDP.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma *holding* controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,52% das ações ordinárias e 17,86% das ações preferenciais, resultando em 33,55% do capital total.

1.1. Portfólio de investimentos

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta) ⁽¹⁾	
			31/12/2024	31/12/2023
Controladas				
Dexco S.A. ("Dexco")	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários e Celulose solúvel	37,84%	37,85%
Itautec S.A. ("Itautec")	Brasil	<i> Holding </i>	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman Ltd. ("ITH Zux Cayman")	Ilhas Cayman	<i> Holding </i>	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto				
Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Instituição Financeira	37,34%	37,23%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	<i> Holding </i>	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados e Vestuários	29,47%	29,53%
Coligadas				
CCR S.A. ("CCR")	Brasil	Infraestrutura e mobilidade	10,38%	10,35%
Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea")	Brasil	Saneamento	12,88%	12,88%
Águas do Rio Investimentos S.A. ("Águas do Rio Investimentos")	Brasil	Saneamento	2,67%	4,08%
Copa Energia S.A. ("Copa Energia")	Brasil	Distribuição de GLP	48,93%	48,93%
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	8,50%	8,50%

⁽¹⁾ Desconsidera as ações em tesouraria.

Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2025.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Novas captações de recursos

Empresa	Tipo de emissão	Valor	Objetivo	Nota
Empréstimos e financiamentos				
ITAÚSA	Notas comerciais	731	Propósitos corporativos gerais	18.2
Dexco	Nota comercial - Lastro do CRA (com <i>swap</i>)	363	Reforço do capital	18.2
Dexco	Cédula de Produto Rural - CPR	50	Reforço do capital	18.2
Total		1.144		
Debêntures				
ITAÚSA	7ª Emissão de debêntures	1.300	Resgate antecipado facultativo da 3ª emissão de debêntures	18.3.1.2
Total		1.300		

1.2.2. Resgates antecipado de debêntures

Em dezembro de 2024 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade da 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$1.300 (Nota 18.3.1.1).

1.2.3. Deliberação e pagamento de proventos aos acionistas

O Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$10.335 (R\$9.597 líquido), dos quais foram pagos, durante o exercício, o montante de R\$1.858 (Nota 20.6).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 4.1.1); (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo (Nota 26); e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 12).

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço Patrimonial;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas para os próximos exercícios, são os seguintes:

Descrição	Nota
Reconhecimento dos tributos diferidos	13
Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos	4.1.2
Provisões e Ativos e Passivos contingentes	19
Determinação do valor justo para ativos biológicos	12
Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência	26
Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	15.5

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacados no Balanço Patrimonial na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", na Demonstração do Resultado na rubrica "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica "Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores".

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade da Fundação IFRS e, conseqüentemente, o CPC, emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024

No exercício de 2024 a ITAÚSA e suas controladas adotaram as normas e/ou revisões relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis, exceto pelo CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que contemplou alterações vinculadas a passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback", não aplicáveis a ITAÚSA e suas controladas.

Norma	Descrição
CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros	Contemplam divulgações adicionais que permitem a avaliação dos efeitos de acordos de financiamento com fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	(i) Esclarece que a classificação dos passivos como circulante ou não circulante se baseia em direitos existentes no final do período de reporte e especifica que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se a entidade exercerá seu direito de diferir a liquidação do passivo; e (ii) Especifica que somente <i>covenants</i> cuja obrigação é existente ao final do período de relatório afetará a classificação do passivo e introduz requisitos de divulgação sobre o risco do passivo se tornar exigível nos próximos 12 meses.

2.6.2. Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2024.

A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção, exceto: (i) por alterações no CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que definiu o conceito de "moeda conversível", não aplicáveis a ITAÚSA e suas controladas; e (ii) pela emissão da IFRS 18.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	Contempla ajustes de redação relacionadas a aplicação do método da equivalência patrimonial.	1º janeiro de 2025

Norma	Descrição	Vigência
ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Contempla ajustes de redação e atualização de referências às normas posteriores a sua emissão.	1º janeiro de 2025
CPC 32 (R1) / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	O Pilar Dois é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") para garantir que grandes grupos multinacionais, com receitas anuais superiores a 750 milhões de euros, paguem um nível mínimo de tributos em cada jurisdição que atuam. Grupos multinacionais devem coletar informações de suas controladas para aferir a necessidade de pagamento de um tributo adicional caso essas entidades possuam uma alíquota tributária efetiva inferior a 15% sobre os lucros.	1º janeiro de 2025
CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Contempla: (i) esclarecimento sobre a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos; (ii) orientações adicionais para avaliação se um ativo financeiro atende ao critério "de somente pagamento de principal e juros"; (iii) novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (Ex. instrumentos vinculados à metas ASG); e (iv) atualizações sobre as divulgações de instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	1º janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Substitui o CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras por similaridade. Alterações no CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o "lucro ou prejuízo operacional" como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicada de forma retrospectiva e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.	1º janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. Para ser elegível, uma entidade deve ser uma controlada, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare e divulgue Demonstrações Contábeis que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º janeiro de 2027

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis da ITAÚSA e suas controladas foram adotadas de forma consistente nos exercícios e estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas, exceto pela política abaixo que está relacionada a mais de uma nota explicativa.

3.1. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros – Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo está representado pelo seu valor em uso e é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa) e estão agrupados:

(i) Vida útil definida: são avaliados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

(ii) Vida útil indefinida: são avaliados no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida, com exceção da perda por redução ao valor recuperável do ágio (*goodwill*), caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política Contábil

Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data da contratação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

Custo amortizado: *São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.*

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): *São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.*

Valor justo por meio do resultado (VJR): *São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.*

*Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores.*

Uma perda por impairment anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.

Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Adicionalmente, também poderão ser classificados como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração ou do reconhecimento de ganhos e perdas em bases diferentes; ou (ii) o desempenho é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

Derivativos

São mensurados pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação reconhecidos no Resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido, e a parcela não efetiva reconhecida no Resultado.

O valor justo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A classificação das mensurações de valor justo é realizada utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;

Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Administração entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

4.1. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Controladora					
		Custo amortizado		VJR		Total	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	-	-	3.580	3.156	3.580	3.156
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.587	1.716	1.587	1.716
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.923	1.909	-	-	1.923	1.909
Depósitos judiciais	19.1.2	29	34	-	-	29	34
Outros ativos	11	41	54	-	-	41	54
Total		1.993	1.997	5.167	4.872	7.160	6.869
Passivos financeiros							
Fornecedores	17	68	11	-	-	68	11
Obrigações com pessoal		46	53	-	-	46	53
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.632	3.808	-	-	4.632	3.808
Arrendamentos	14	-	2	-	-	-	2
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	1.798	1.073	-	-	1.798	1.073
Outros passivos	11	25	2	-	-	25	2
Total		6.569	4.949	-	-	6.569	4.949

	Nota	Consolidado							
		Custo amortizado		VJR		VJORA		Total	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros									
Caixa e Equivalentes de caixa	5	294	297	4.558	5.680	-	-	4.852	5.977
Aplicações financeiras	5	523	-	-	-	-	-	523	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.748	1.854	-	-	1.748	1.854
Contas a receber de clientes	7	1.220	1.160	-	-	-	-	1.220	1.160
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.911	1.819	-	-	-	-	1.911	1.819
Depósitos judiciais	19.1.2	171	153	-	-	-	-	171	153
Derivativos	4.1.3	-	-	206	106	-	-	206	106
Outros ativos	11	530	446	-	-	-	-	530	446
Total		4.649	3.875	6.512	7.640	-	-	11.161	11.515
Passivos financeiros									
Fornecedores	17	1.331	1.187	-	-	-	-	1.331	1.187
Obrigações com pessoal		274	276	-	-	-	-	274	276
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	8.215	10.772	2.897	-	-	-	11.112	10.772
Arrendamentos	14	773	751	-	-	-	-	773	751
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	1.828	1.218	-	-	-	-	1.828	1.218
Derivativos	4.1.3	-	-	378	220	74	43	452	263
Outros passivos	11	785	804	4	2	-	-	789	806
Total		13.206	15.008	3.279	222	74	43	16.559	15.273

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

	Nota	Controladora					
		31/12/2024			31/12/2023		
		Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	3.580	-	3.580	3.156	-	3.156
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.587	1.587	-	1.716	1.716
Total		3.580	1.587	5.167	3.156	1.716	4.872

	Nota	Consolidado					
		31/12/2024			31/12/2023		
		Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	4.558	-	4.558	5.680	-	5.680
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.748	1.748	-	1.854	1.854
Derivativos	4.1.3	206	-	206	106	-	106
Total		4.764	1.748	6.512	5.786	1.854	7.640
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos (Moeda nacional - com <i>swap</i>)	18	2.897	-	2.897	-	-	-
Derivativos	4.1.3	452	-	452	263	-	263
Outros passivos	11	4	-	4	2	-	2
Total		3.353	-	3.353	265	-	265

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, são divulgadas a seguir:

(i) Títulos e valores mobiliários

- **Controladora:** Participação societária na NTS (Nota 6.1) cujo valor justo é calculado com base no fluxo de caixa futuro para a ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2024 é de 12,3% (13,5% em 31 de dezembro de 2023). As premissas consideradas para o cálculo do custo do capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.
- **Controlada Dexco:** (i) Substancialmente composto pela participação em fundo de *corporate venture capital*, denominado "DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior" cujo valor justo é calculado com base na análise econômico-financeira realizada pelos gestores do fundo.

(ii) Empréstimos e financiamentos: São mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iii) Instrumentos derivativos: (i) os valores justos dos contratos de taxas de juros são calculados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) os valores justos dos contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Com exceção às Debêntures, os demais ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil		Valor justo		Saldo contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	18	3.865	3.919	3.808	3.922	4.472	4.526	5.024	5.138

Segue as premissas utilizadas na apuração dos valores justos:

(i) Debêntures: São mensuradas com base na cotação do mercado secundário de debêntures divulgadas pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

4.1.3. Derivativos

Os derivativos têm como finalidade mitigar a exposição a indexadores de taxas juros e/ou a exposição cambial. A contratação de derivativos deverá ser utilizada somente como instrumento de proteção (*hedge*), sendo vedada operações com caráter especulativo. A gestão dos riscos financeiros e derivativos é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 31 de dezembro de 2023 apenas a controlada Dexco apresentava operações com derivativos.

Foram realizados testes de efetividade que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é efetivo. Os testes consideraram a relação econômica a partir da análise do *hedge ratio*, o efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de *hedge* e a avaliação dos termos críticos.

Segue abaixo os contratos vigentes, cujo objetos de proteção são Empréstimos e financiamentos com a finalidade de mitigar o risco das taxas de juros:

Instrumento derivativo	Taxas		Vencimento	Valor de referência (Nocional em R\$)	Consolidado							
	Ponta ativa	Ponta passiva			31/12/2024				31/12/2023			
					Valor justo		Ganhos (Perdas)		Valor justo		Ganhos (Perdas)	
Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido					
Hedge - Valor justo												
Swap	IPCA+3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out-35	2.857	2	283	(7)	-	-	-	-	-
Swap	Pré 11,0%	108,5% CDI	dez-33	375	-	80	-	-	-	-	-	-
Total					2	363	(7)	-	-	-	-	-
Hedge - Fluxo de caixa												
Swap	IPCA+3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out-35	2.857	-	-	-	-	106	48	15	43
Swap ME	USD+ 2,3% a 6,0%	CDI+ 1,7% e 110,9% a 115,0% CDI	mai-27	1.336	204	89	189	74	-	215	(157)	(58)
Total					204	89	189	74	106	263	(142)	(15)
Total derivativos					206	452	182	74	106	263	(142)	(15)
				Circulante	53	121			-	136		
				Não circulante	153	331			106	127		

(a) Hedge - Valor justo

- (i) 1 contrato com valor nocional de R\$697, trocando taxas em IPCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 96,3% do CDI;
- (ii) 2 contratos com valor nocional agregado de R\$942, trocando taxa prefixada + atualização monetária em IPCA (ponta ativa) por uma posição passiva média em 104,1% do CDI;
- (iii) 2 contratos com valor nocional agregado de R\$1.218, trocando taxas em IPCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva em 106,7% do CDI; e
- (iv) 1 contrato com valor nocional de R\$375, trocando taxa prefixada por uma posição passiva em 108,5% do CDI.

(b) Hedge - Fluxo de caixa

- (i) 1 contrato com valor nocional de US\$75.000 (setenta e cinco milhões de dólares), trocando dólar + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva em reais de CDI + 1,7%; e

(ii) 4 contratos com valor nominal agregado de US\$175.000 (cento e setenta e cinco milhões de dólares), trocando dólar + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em reais de 112,2% do CDI.

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração, a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, sempre estimulando boas práticas de gerenciamento de riscos e compliance, incluindo, a integridade. Como exemplos dessa atuação, os membros da ITAÚSA participam: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas; (iii) no Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegea; e (iv) no Comitê de Auditoria da Copa Energia.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) as metodologias do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.

A ITAÚSA possui Comitê de Auditoria que tem como principais objetivos: (i) assessorar na gestão de riscos, incluindo proposta de apetite e tolerância; (ii) rever e propor priorização de riscos e planos de resposta; e (iii) manifestar-se sobre a avaliação da aderência normativa, do Programa de Integridade e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Para gestão de riscos financeiros, são adotadas diretrizes estabelecidas em políticas financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, com foco no monitoramento e mitigação de eventos adversos de mercado e/ou de crédito que podem impactar negativamente o fluxo de caixa.

4.2.1. Riscos de mercado

Envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio, podendo resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Dexo possui política financeira que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de *hedge* que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI: (i) com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's; ou (ii) pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Tem como objetivo mensurar os impactos oriundos das mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2024, os possíveis impactos no Resultado e no Patrimônio líquido, em função da variação de cada risco, para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. O cenário base representa a taxas atuais e o cenário possível representa as taxas projetadas disponíveis no mercado (B3):

Controladora					
	Indexador	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2024	Ganho (Perda)	
				Cenário base	Cenário possível
Equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	CDI	15,8%	3.580	448	568
Total Ativos financeiros			3.580	448	568
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	CDI	17,9%	767	(112)	(138)
Debêntures	CDI	De 16,4% até 17,7%	3.865	(532)	(660)
Total Passivos financeiros			4.632	(644)	(798)
Efeito no Resultado				(196)	(230)

Consolidado					
	Indexador	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2024	Ganho (Perda)	
				Cenário base	Cenário possível
Aplicações financeiras	CDI	De 14,6% a 15,8%	5.081	623	787
Total Ativos financeiros			5.081	623	787
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	CDI	16,0% a 17,9%	2.182	(266)	(327)
Moeda nacional	IPCA	16,2%	2.612	(348)	(436)
Moeda nacional	Pré	17,4%	285	(48)	(60)
Moeda estrangeira	USD	16,8%	1.561	(180)	(223)
Debêntures	CDI	De 16,4% até 17,7%	4.472	(608)	(756)
Total Passivos financeiros			11.112	(1.450)	(1.802)
Efeito no Resultado				(479)	(579)
Efeito no Patrimônio líquido				(348)	(436)

4.2.2. Riscos de crédito

Compreendem a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Contas a receber de clientes

A controlada Dexco possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Para gestão do risco de crédito são estabelecidos na política financeira das companhias limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (*rating*). A Administração entende que as operações de aplicações financeiras e/ou derivativos contratados não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

Correspondem a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não honrarem seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante a capacidade de pagamento das companhias.

A ITAÚSA e a controlada Dexco adotam diretrizes e medidas de monitoramento de liquidez para mitigação de risco, incluindo a projeção de fluxo de caixa e cálculo do caixa mínimo, de acordo com os critérios previstos em suas políticas financeiras.

Adicionalmente a controlada Dexco dispõe de uma linha de crédito rotativo ("*revolving credit facility*"), no valor de até R\$750, disponível para saque até setembro de 2025, que poderá ser utilizada em eventuais momentos de restrição de liquidez.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				
	Em anos				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	606	1.234	5.630	1.223	8.693
Fornecedores	43	25	-	-	68
Obrigações com pessoal	45	1	-	-	46
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.798	-	-	-	1.798
Outros passivos	25	-	-	-	25
Total	2.517	1.260	5.630	1.223	10.630

	Consolidado				
	Em anos				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.215	4.366	11.428	2.858	20.867
Derivativos	121	331	-	-	452
Fornecedores	1.306	25	-	-	1.331
Obrigações com pessoal	273	1	-	-	274
Arrendamentos	54	85	65	569	773
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.828	-	-	-	1.828
Outros passivos	496	293	-	-	789
Total	6.293	5.101	11.493	3.427	26.314

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A controlada Dexco possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures (Nota 18) que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Dexco e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar “*waiver*” dos credores. Em 31 de dezembro de 2024 todas as obrigações contratuais acima foram cumpridas.

4.3. Gestão de capital

A gestão de capital é realizada de forma a garantir a continuidade das operações, bem como oferecer retorno aos acionistas, por meio da otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	4.632	3.808	11.112	10.772
(-) Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	5	(3.580)	(3.156)	(5.375)	(5.977)
Dívida líquida		1.052	652	5.737	4.795
Patrimônio líquido	20	90.443	82.952	94.997	87.050
Índice de alavancagem financeira		1,2%	0,8%	6,0%	5,5%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil

O caixa e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensurados a valor justo.

5.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	-	-	294	297
Equivalentes de caixa (i)	3.580	3.156	4.558	5.680
Operações compromissadas e aplicações financeiras no exterior	-	-	10	60
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	929	2.431
Fundos de investimento	3.580	3.156	3.619	3.189
Total	3.580	3.156	4.852	5.977

(i) Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média anual das aplicações financeiras equivale na Controladora e no Consolidado a 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5.2. Aplicações financeiras

	Consolidado
	31/12/2024
Letras Financeiras (LF)	130
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	393
Total	523

Referem-se às aplicações financeiras da controlada Dexco em fundo de investimento exclusivo, o qual a Dexco detém 100% das cotas e cuja rentabilidade média foi de 108% do CDI para as LFs e de 100% do CDI para as LFTs.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a participações societárias nas quais não é exercida influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais e, como consequência, sendo classificadas como um ativo financeiro e mensurada a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro.

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em ações	6.1	1.587	1.716	1.587	1.716	-	-
Fundo de Corporate Venture Capital		-	-	-	-	161	138
Total		1.587	1.716	1.587	1.716	161	138

6.1. Investimentos em ações

	Nota	Controladora e Consolidado		
		NTS (a)	XP (b)	Total
Saldo em 31/12/2022		2.005	-	2.005
Reconhecimento inicial				
Transferência do Investimento		-	1.325	1.325
Valor justo	24	-	1.384	1.384
Alienação de ações		-	(2.705)	(2.705)
Variação no valor justo	24	(263)	(4)	(267)
Redução de capital social		(26)	-	(26)
Saldo em 31/12/2023		1.716	-	1.716
Variação no valor justo	24	(129)	-	(129)
Saldo em 31/12/2024		1.587	-	1.587

(a) NTS

Refere-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no capital social da NTS. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

No exercício de 2024 a ITAÚSA registrou dividendos e JCP da NTS, em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R\$271 (R\$278 em 2023) (Nota 23).

(b) XP

Em 10 de julho de 2023 a ITAÚSA passou a mensurar sua participação na XP pelo valor justo por meio do resultado (Nota 15.2.2). Sendo assim, o saldo do Investimento na data da perda da influência de R\$1.325 (líquido da realização dos Outros Resultados Abrangentes de R\$14) foi transferido para a rubrica de "Títulos e Valores Mobiliários", sendo também reconhecido em contrapartida do resultado financeiro o efeito inicial de valor justo no montante de R\$1.384.

No exercício de 2023 a ITAÚSA registrou dividendos da XP, em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R\$68 (Nota 23).

Durante o 3º e 4º trimestres de 2023 a ITAÚSA alienou a totalidade das ações remanescentes da XP (23,5 milhões de ações) pelo valor de R\$2.705, concluindo o plano de desinvestimento da XP por não se tratar de ativo estratégico. Os recursos obtidos foram destinados ao resgate antecipado das debêntures (Nota 18.3.1.1), ao reforço de caixa e à ampliação do nível de liquidez.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil

Registradas inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescida, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Por contemplar operações de curto prazo não são ajustadas a valor presente e estima-se que o valor justo seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

7.1. Composição

Consolidado								
31/12/2024								
A vencer	Vencidos (em dias)					(-) PECLD	Saldo líquido	
	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	Acima de 180			
Cientes no país	960	17	6	3	9	33	(44)	984
Cientes no exterior	180	15	5	-	1	4	(5)	200
Partes relacionadas	35	1	-	-	-	-	-	36
Total	1.175	33	11	3	10	37	(49)	1.220

31/12/2023								
A vencer	Vencidos (em dias)					(-) PECLD	Saldo líquido	
	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	Acima de 180			
Cientes no país	879	23	7	4	6	39	(51)	907
Cientes no exterior	151	16	8	2	2	4	(5)	178
Partes relacionadas	74	1	-	-	-	-	-	75
Total	1.104	40	15	6	8	43	(56)	1.160

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes.

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota 4.2.2.

7.2. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Política Contábil

Com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é estimada e revisada anualmente, podendo ser reavaliada caso se comporte diferente do resultado esperado. É realizada a análise individual de risco dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. O montante da PECLD é considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

7.2.1. Classificação de risco

A classificação de risco acontece com base em modelos de agentes externos, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, e estão classificados entre "A" e "D", no qual "A" indica os clientes de baixo risco e "D" os clientes de alto risco, sendo a parcela de clientes com PECLD classificada separadamente.

Classificação	31/12/2024	31/12/2023
A	37%	40%
B	27%	19%
C	28%	35%
D	5%	2%
Clientes com PECLD	3%	4%

7.2.2. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(56)	(64)
Constituições	(14)	(12)
Baixas	21	20
Saldo final	(49)	(56)

8. ESTOQUES

Política Contábil

Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

8.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	748	688
Matérias-prima	565	543
Produtos em elaboração	247	243
Almoxarifado geral	132	122
Adiantamento a fornecedores	9	3
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(59)	(58)
Total	1.642	1.541

A totalidade dos Estoques é proveniente da controlada Dexco. As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(58)	(76)
Constituições	(112)	(73)
Reversões	61	12
Baixas	49	80
Variação cambial	1	(1)
Saldo final	(59)	(58)

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO ("JCP") A RECEBER

Política Contábil

São reconhecidos na sua deliberação: (i) nas controladas, controladas em conjunto e coligadas em contrapartida da rubrica "Investimentos"; e (ii) nas investidas classificadas como "Títulos e Valores Mobiliários" em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas".

9.1. Movimentação

	Controladora													Total
	Investimentos											Títulos e valores mobiliários		
	Controladas		Controladas em conjunto			Coligadas						XP	NTS	
	Dexco	Itautec	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Aegea	Águas do Rio 1	Águas do Rio 4	Águas do Rio Investimentos	Copa Energia			
Saldo em 31/12/2022	63	-	833	757	-	8	1	-	-	-	32	-	-	1.694
Dividendos	12	21	-	-	-	41	34	2	4	-	-	68	207	389
JCP	57	-	2.077	1.659	-	-	-	-	-	-	56	-	-	3.849
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	17	-	-	-	-	33	24	2	8	-	-	-	71	155
Recebimentos	(80)	-	(2.026)	(1.596)	-	(40)	(58)	-	-	-	(32)	(68)	(278)	(4.178)
Saldo em 31/12/2023	69	21	884	820	-	42	1	4	12	-	56	-	-	1.909
Dividendos	-	1	-	-	5	32	38	-	-	5	17	-	168	266
JCP	11	-	2.129	1.702	-	-	-	-	-	-	82	-	-	3.924
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	10	-	2.187	1.825	-	13	100	-	-	-	27	-	106	4.268
Aumento de capital com integralização de dividendos	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Recebimentos	(79)	(6)	(4.206)	(3.556)	-	(87)	(138)	-	-	-	(83)	-	(274)	(8.429)
Saldo em 31/12/2024	11	1	994	791	5	-	1	4	12	5	99	-	-	1.923

	Consolidado											Total
	Investimentos									Títulos e valores mobiliários		
	Controladas em conjunto			Coligadas						XP	NTS	
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Aegea	Águas do Rio 1	Águas do Rio 4	Águas do Rio Investimentos	Copa Energia			
Saldo em 31/12/2022	833	757	-	8	1	-	-	-	32	-	-	1.631
Dividendos	-	-	-	41	34	2	4	-	-	68	207	356
JCP	2.077	1.659	-	-	-	-	-	-	56	-	-	3.792
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	-	-	-	33	24	2	8	-	-	-	71	138
Recebimentos	(2.026)	(1.596)	-	(40)	(58)	-	-	-	(32)	(68)	(278)	(4.098)
Saldo em 31/12/2023	884	820	-	42	1	4	12	-	56	-	-	1.819
Dividendos	-	-	5	32	38	-	-	5	17	-	168	265
JCP	2.129	1.702	-	-	-	-	-	-	82	-	-	3.913
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	2.187	1.825	-	13	100	-	-	-	27	-	106	4.258
Recebimentos	(4.206)	(3.556)	-	(87)	(138)	-	-	-	(83)	-	(274)	(8.344)
Saldo em 31/12/2024	994	791	5	-	1	4	12	5	99	-	-	1.911

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora			Consolidado			
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros tributos a compensar							
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	-	-	-	64	25	44	46
PIS e COFINS ⁽²⁾	2	2	-	4	4	379	610
ICMS e IPI	-	-	-	115	93	-	-
Outros	-	-	5	5	5	6	1
Subtotal	2	2	5	188	127	429	657
(-) Perda estimada na realização de créditos	-	-	-	(3)	(5)	(13)	(12)
Total	2	2	5	185	122	416	645
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	112	97	-	121	107	-	-
ICMS e IPI	-	-	-	133	102	-	-
Parcelamento de impostos	-	-	-	13	15	33	45
INSS	-	-	-	12	7	-	-
Outros	-	-	-	11	17	-	-
Total	112	97	-	290	248	33	45

⁽¹⁾ Refere-se à controlada Dexco, sendo que as compensações se darão no prazo de 48 meses para o ICMS e 12 e 24 meses para o PIS e COFINS, conforme legislações vigentes.

⁽²⁾ O saldo é representado substancialmente pela controlada Dexco, referente aos créditos extemporâneos efetuados em 2021 e 2023, relativos à exclusão do ICMS na base do PIS e da Cofins.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros ativos									
Despesas antecipadas		11	3	29	1	38	32	29	1
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BD)	26.1.2	-	-	-	-	-	2	-	-
Alienação de Imobilizados		-	-	-	-	33	40	14	30
Alienação de Investimentos e Segmentos de negócio		-	-	-	-	16	-	-	13
Fomento nas operações florestais		-	-	-	-	-	-	8	7
Adiantamento a funcionários		1	1	-	-	9	12	-	-
Ativos indenizáveis		-	16	-	24	-	16	18	42
Retenção de valores na aquisição de empresas		-	-	-	-	2	2	54	53
Venda de energia elétrica		-	-	-	-	-	11	-	-
Ativos Não circulante mantidos para venda		-	-	-	-	34	56	-	-
Créditos com precatórios	11.1	-	-	-	-	-	-	236	98
Demais ativos		-	9	-	-	11	20	28	11
Total		12	29	29	25	143	191	387	255
Outros passivos									
Adiantamento de clientes		-	-	-	-	77	114	2	13
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs ^(*)		-	-	-	-	-	19	-	-
Aquisição de áreas para reflorestamento		-	-	-	-	124	68	-	-
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's ^(*)		-	-	-	-	-	85	-	-
Aquisições de empresas		-	-	-	-	33	41	243	188
Fretes e seguros a pagar		-	-	-	-	39	50	-	-
Comissões a pagar		-	-	-	-	25	19	-	-
Bônus, garantias, assistência técnica e manutenção		-	-	-	-	88	93	6	5
Vendas para entrega futura		-	-	-	-	31	16	-	-
Aquisição de fazendas		-	-	-	-	-	-	20	19
Outros acordos	11.2	24	-	-	-	24	-	-	-
Demais passivos		1	2	-	-	55	50	22	26
Total		25	2	-	-	496	555	293	251

^(*) SCP – Sociedade em Conta de Participação

11.1. Créditos com precatórios

Do montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$236 (R\$98 em 31 de dezembro de 2023), R\$134 refere-se a reconhecimento, pela controlada Itaotec, de valores a receber vinculados ao processo de crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus (Nota 19.3.1).

11.2. Outros acordos

No âmbito da alienação da participação societária na Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz"), a ITAÚSA firmou acordos junto aos compradores que preveem determinados direitos e obrigações, cujo reconhecimento ocorre quando da realização das condições pré-estabelecidas.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

Política Contábil

Correspondem às reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo.

As estimativas para avaliar o valor justo são baseadas em referências de mercado, sujeitas a mudanças de cenário, que poderão impactar as Demonstrações Contábeis, e são realizadas trimestralmente, ou na medida em que são realizados os inventários rotativos

São reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços": (i) os ganhos ou perdas decorrentes da variação do valor justo; e (ii) a exaustão proveniente dos ativos colhidos, composta pelo custo de formação e diferencial do valor justo.

12.1. Composição

As controladas indiretas Dexco Colômbia S.A., Duratex Florestal Ltda., Caetex Florestal S.A. e Duratex SPE I S.A. detêm reservas florestais de eucalipto que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2024 as empresas possuíam, aproximadamente, 112,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (109,1 mil hectares em 31 de dezembro de 2023) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo de formação dos ativos biológicos	1.504	1.222
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	1.286	1.143
Total	2.790	2.365

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		2.365	1.917
Varição no valor justo			
Preço/Volume	22	520	769
Exaustão		(377)	(384)
Varição no custo de formação			
Custos com o plantio		724	478
Exaustão		(387)	(277)
Transferência para Estoques		(55)	(138)
Saldo final		2.790	2.365

12.2. Valor justo

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é classificado na hierarquia de valor justo, prevista no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, como nível 3, devido a sua complexidade e estrutura. É determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas com até um ano de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo considera a valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2024 de 8,5% a.a. (8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2023) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Dexco, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.
- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Dexco, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto; (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira que são estimados por meio de inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas.

12.2.1. Análise de sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. Segue abaixo o impacto no ativo biológico se consideradas essas possíveis variáveis:

	2024	2023
Preço médio (R\$/m ³)	127,01	116,75
Taxa de desconto (% a.a)	8,5%	8,5%
Impacto no valor justo		
Queda de preço (5%)	130	113
Aumento taxa de desconto (0,5%)	33	28

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo registrados na Demonstração do Resultado, na rubrica "Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente:

- (i) Correntes, apurados conforme a legislação tributária vigente; e
- (ii) Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

Os tributos correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, e os tributos diferidos estão apresentados no Não circulante, pelo seu montante líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração. Novas informações podem ser disponibilizadas, podendo alterar o julgamento com relação aos tributos já registrados, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

13.1. Conciliação da despesa de Imposto de renda e Contribuição social

Os valores registrados como despesas de IRPJ e CSLL nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	14.734	13.371	15.025	13.775
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(5.010)	(4.546)	(5.109)	(4.683)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	5.318	4.231	5.225	4.192
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	92	117	92	117
Juros sobre Capital Próprio	(279)	401	(264)	460
Lucros do Exterior	-	(37)	-	(37)
Créditos tributários	(72)	(61)	(106)	(19)
Incentivos fiscais	-	-	4	47
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	36	39
Atualização Selic sobre ICMS na base do PIS/COFINS	-	-	37	95
Reversão de Prejuízo Fiscal ^(*)	-	-	(36)	-
Outros ajustes não dedutíveis	(5)	(10)	(17)	(8)
Total de Imposto de renda e Contribuição social	44	95	(138)	203
Correntes	-	1	(130)	(40)
Diferidos	44	94	(8)	243
Alíquota efetiva	-0,3%	-0,7%	0,9%	-1,5%

(*) Na controlada Dexco, pela incorporação da Dexco Revestimentos.

13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora				
	31/12/2022	Resultado	31/12/2023	Resultado	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	643	-	643	-	643
Contingências	602	-	602	-	602
Outros	20	(9)	11	(1)	10
Total do ativo	1.265	(9)	1.256	(1)	1.255
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de instrumentos financeiros	(533)	89	(444)	44	(400)
Outros	(25)	14	(11)	1	(10)
Total do passivo	(558)	103	(455)	45	(410)
Total líquido	707	94	801	44	845

	Consolidado						
	31/12/2022	Resultado	Resultado Abrangente	31/12/2023	Resultado	Resultado Abrangente	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	877	165	-	1.042	(49)	-	993
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	11	(5)	-	6	(1)	-	5
Contingências	724	-	-	724	(6)	-	718
Perdas nos estoques	24	(6)	-	18	4	-	22
Lucros no exterior	64	(54)	-	10	52	-	62
<i>Impairment</i> de imobilizado	62	(2)	-	60	(20)	-	40
Hedge Accounting	42	-	(27)	15	-	11	26
Benefício Pós-emprego	7	6	(1)	12	-	(1)	11
Outros	103	26	-	129	(18)	-	111
Total do ativo	1.914	130	(28)	2.016	(38)	10	1.988
Passivos fiscais diferidos							
Reserva de reavaliação	(53)	3	-	(50)	5	-	(45)
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	(533)	89	-	(444)	45	-	(399)
Depreciação	(42)	16	-	(26)	-	-	(26)
Ativos biológicos	(258)	(131)	-	(389)	(25)	-	(414)
Carteira de clientes	(14)	7	-	(7)	5	-	(2)
Planos de Pensão	(42)	(2)	-	(44)	8	-	(36)
Mais valia de ativos	(23)	-	-	(23)	-	-	(23)
Hedge Accounting	-	-	(9)	(9)	-	9	-
Outros	(72)	22	(3)	(53)	(7)	2	(58)
Total do passivo	(1.037)	4	(12)	(1.045)	31	11	(1.003)
Total líquido	877	134	(40)	971	(7)	21	985

O Imposto de renda e Contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	845	801	1.342	1.396
Passivo	-	-	(357)	(425)
Total líquido	845	801	985	971

13.3. Ativos diferidos

A Administração da ITAÚSA avaliou a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos e concluiu que a sua realização é provável.

13.4. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2024, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R\$133 (R\$61 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado no montante de R\$277 (R\$171 em 31 de dezembro de 2023). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Política Contábil

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. São mensurados pelo custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear, com base no menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil do ativo.

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Inclui pagamentos fixos, pagamentos variáveis (que dependem de um índice ou taxa), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Pagamentos variáveis não dependentes de índices são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem, exceto se forem relacionados à produção de estoques.

De modo substancial, devido às características de longo prazo dos contratos, a mensuração não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado					Total
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	
Saldo em 31/12/2022	5	498	6	5	4	52	565
Novos contratos / atualizações	-	209	33	7	-	11	260
Depreciação no exercício (Resultado)	(4)	-	(7)	(7)	(3)	(17)	(34)
Depreciação no exercício (*)	-	(37)	-	-	-	-	(37)
Variação cambial	-	1	-	-	-	-	1
Baixa de contratos	-	(64)	-	-	-	(1)	(65)
Saldo em 31/12/2023	1	607	32	5	1	45	690
Novos contratos / atualizações	-	52	5	6	-	2	65
Depreciação no exercício (Resultado)	(1)	14	3	-	(1)	3	19
Depreciação no exercício (*)	-	-	(9)	(6)	-	(16)	(31)
Aquisição de empresas	-	(45)	-	-	-	-	(45)
Variação cambial	-	1	-	-	-	-	1
Baixa de contratos	-	(1)	(4)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2024	-	628	27	5	-	34	694

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado					Total
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	
Saldo em 31/12/2022	5	535	9	5	5	53	607
Novos contratos / atualizações	-	209	33	7	-	11	260
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	3	1	-	7	11
Juros apropriados no exercício (*)	-	69	-	-	-	-	69
Pagamentos	(3)	(89)	(10)	(8)	(3)	(22)	(132)
Baixa de contratos	-	(65)	-	-	-	(1)	(66)
Variação cambial	-	1	-	-	-	1	2
Saldo em 31/12/2023	2	660	35	5	2	49	751
Novos contratos / atualizações	-	66	8	6	-	5	85
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	3	1	-	5	9
Juros apropriados no exercício (*)	-	75	-	-	-	-	75
Pagamentos	(2)	(102)	(12)	(6)	(2)	(20)	(142)
Baixa de contratos	-	(1)	(4)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2024	-	698	30	6	-	39	773
Circulante	-	-	-	-	-	-	54
Não circulante	-	-	-	-	-	-	719

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado
Prazos dos contratos	
Até 5 anos	11,50% a.a.
De 6 a 10 anos	11,67% a.a.
Acima de 10 anos	11,88% a.a.

Os vencimentos dos passivos não circulantes de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Consolidado
	31/12/2024
Circulante	
2025	54
Total	54
Não circulante	
2026	48
2027	37
2028	33
2029	32
2030 em diante	569
Total	719

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis, considerando a inflação futura projetada de 1,3091% a.a. nos fluxos a serem descontados:

	Controladora	
	31/12/2023	
	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	10	9
Depreciação	(9)	(8)
Total	1	1

Passivos de arrendamento	2	2
Juros a apropriar	-	(1)
Total	2	1

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	934	1.552	876	1.678
Depreciação	(240)	(256)	(186)	(266)
Total	694	1.296	690	1.412
Passivos de arrendamento	1.826	3.612	1.802	3.929
Juros a apropriar	(1.053)	(1.881)	(1.051)	(2.214)
Total	773	1.731	751	1.715

15. INVESTIMENTOS

Política Contábil

São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos podem incluir o montante de ágio (goodwill) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

São avaliados, no mínimo anualmente, se há evidência objetiva de que sofreram perda por desvalorização e, caso identificada uma perda, reconhece a mesma em contrapartida do Resultado, não sendo reconhecidas perdas adicionais em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

- **Investimentos em controladas**

São aqueles em que estamos expostos ou possuímos direito a retornos variáveis com base no envolvimento com a investida, além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido, sendo consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- **Investimentos em controladas em conjunto e coligadas**

Controladas em conjunto são investidas onde o controle das atividades operacionais e financeiras da entidade são compartilhados entre dois ou mais investidores.

Coligadas são investidas onde exercemos influência significativa e não detemos o controle.

Ambos os investimentos não são consolidados nas Demonstrações Contábeis e a participação: (i) nos lucros ou prejuízos é reconhecida na rubrica "Resultado de participações societárias" na Demonstração do Resultado; (ii) nas movimentações do Patrimônio Líquido são reconhecidas em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido.

- **Combinação de negócios**

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.

Na combinação de negócios de empresas controladas, os ágios (goodwill) são classificados na rubrica de "Investimentos" nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas no "Intangível" nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ganho na compra vantajosa), a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

15.1. Saldos dos investimentos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas					
Controladas		2.886	2.522	-	-
Controladas em conjunto					
Controladas em conjunto		80.861	72.693	80.861	72.693
Controladas em conjunto indiretas		-	-	93	98
Coligadas					
Coligadas		6.906	6.738	6.906	6.738
Coligadas Indiretas		-	-	2.301	1.761
Total de investimentos em participações societárias	15.2	90.653	81.953	90.161	81.290
Outros investimentos		7	4	10	7
Total dos investimentos		90.660	81.957	90.171	81.297

15.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora													Total
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligadas							
	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	Itaú Unibanco (**)	IUPAR	Alpargatas (Nota 15.2.4)	XP (Notas 15.2.1 e 15.2.2)	CCR (Nota 15.2.5)	AEGEA	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio Investimentos (Notas 15.2.3 e 15.2.6)	Copa Energia	
Saldo em 31/12/2022	2.224	21	3	33.773	28.476	2.816	1.901	2.784	2.463	53	57	-	1.286	75.857
Resultado de participação societária	299	95	-	6.567	5.572	(576)	108	87	37	2	4	3	246	12.444
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(96)	(21)	-	(2.443)	(1.953)	-	-	(75)	(57)	(3)	(11)	(3)	(70)	(4.732)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	(669)	-	-	-	-	-	-	(669)
Outros resultados abrangentes	(6)	-	-	793	696	(45)	23	(10)	(27)	-	-	-	(6)	1.418
Transferência para Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(1.339)	-	-	-	-	-	-	(1.339)
Reorganização societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52)	(50)	102	-	-
Outros	3	-	-	(521)	(457)	(5)	(24)	(21)	(1)	-	-	-	-	(1.026)
Saldo em 31/12/2023	2.424	95	3	38.169	32.334	2.190	-	2.765	2.415	-	-	102	1.456	81.953
Resultado de participação societária	65	134	-	8.090	6.905	12	-	18	(15)	-	-	5	427	15.641
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(23)	(2)	-	(4.692)	(3.828)	(5)	-	(45)	(138)	-	-	(5)	(140)	(8.878)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Aumento de capital com integralização de dividendos	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Outros resultados abrangentes	171	-	-	941	825	54	-	40	89	-	-	-	(6)	2.114
Outros	4	-	-	(75)	(65)	6	-	(3)	(24)	-	-	-	-	(157)
Saldo em 31/12/2024	2.641	242	3	42.433	36.171	2.257	-	2.775	2.327	-	-	67	1.737	90.653
Valor de mercado em 31/12/2023 (*)	2.469	-	-	66.040	-	2.017	-	2.959	-	-	-	-	-	
Valor de mercado em 31/12/2024 (*)	1.823	-	-	59.741	-	1.268	-	2.122	-	-	-	-	-	

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$112.165 (R\$123.991 em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado													Total
	Controladas em conjunto			Controlada em conjunto indireta	Coligadas							Coligadas Indiretas		
	Itaú Unibanco (**)	IUPAR	Alpargatas (Nota 15.2.4)		LD Florestal	XP (Notas 15.2.1 e 15.2.2)	CCR (Nota 15.2.5)	AEGEA	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.3)	Águas do Rio Investimentos (Notas 15.2.3 e 15.2.6)	Copa Energia	LD Celulose	
Saldo em 31/12/2022	33.773	28.476	2.816	83	1.901	2.784	2.463	53	57	-	1.286	1.563	102	75.357
Resultado de participação societária	6.567	5.572	(576)	15	108	87	37	2	4	3	246	265	-	12.330
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(2.443)	(1.953)	-	-	-	(75)	(57)	(3)	(11)	(3)	(70)	-	-	(4.615)
Alienação de ações	-	-	-	-	(669)	-	-	-	-	-	-	-	-	(669)
Outros resultados abrangentes	793	696	(45)	-	23	(10)	(27)	-	-	-	(6)	(155)	-	1.269
Transferência para Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.339)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.339)
Reorganização societária	-	-	-	-	-	-	-	(52)	(50)	102	-	-	-	-
Outros	(521)	(457)	(5)	-	(24)	(21)	(1)	-	-	-	-	(14)	-	(1.043)
Saldo em 31/12/2023	38.169	32.334	2.190	98	-	2.765	2.415	-	-	102	1.456	1.659	102	81.290
Resultado de participação societária	8.090	6.905	12	(5)	-	18	(15)	-	-	5	427	(66)	(2)	15.369
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(4.692)	(3.828)	(5)	-	-	(45)	(138)	-	-	(5)	(140)	-	-	(8.853)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-	(35)
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189	-	189
Outros resultados abrangentes	941	825	54	-	-	40	89	-	-	-	(6)	487	-	2.430
Outros	(75)	(65)	6	-	-	(3)	(24)	-	-	-	-	(68)	-	(229)
Saldo em 31/12/2024	42.433	36.171	2.257	93	-	2.775	2.327	-	-	67	1.737	2.201	100	90.161
Valor de mercado em 31/12/2023 (*)	66.040	-	2.017	-	-	2.959	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de mercado em 31/12/2024 (*)	59.741	-	1.268	-	-	2.122	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$ 112.165 (R\$ 123.991 em 31 de dezembro de 2023).

(***) Atual denominação da ABC Atacado Brasileiro da Construção S.A. ("ABC da Construção").

15.2.1. Alienações das ações da XP

No exercício de 2023, a ITAÚSA realizou diversas alienações de ações da XP, conforme demonstrado abaixo:

	2023
Qtde. de ações	12,0 milhões
% vendido do capital social da XP	2,27%
Valor da venda (bruto)	1.112
Custo do investimento	(669)
Outros resultados abrangentes	(34)
Resultado da venda	409

15.2.2. Rescisão de Acordo de Acionistas da XP

Em 10 de julho de 2023, por meio de Fato Relevante, a ITAÚSA comunicou que rescindiu o Acordo de Acionistas da XP em comum acordo com os demais signatários.

Com essa rescisão, os membros indicados pela ITAÚSA no Conselho de Administração e no Comitê de Auditoria da XP renunciaram aos seus cargos e, como consequência da perda da influência significativa, a ITAÚSA deixou de mensurar a participação societária na XP pelo método de equivalência patrimonial na rubrica "Investimentos" e passou a tratá-la como ativo financeiro mensurado a valor justo na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" (Nota 6.1 item (b)).

15.2.3. Reorganização societária – Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4

Em julho de 2023, em decorrência da estruturação de financiamento de longo prazo nas Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, os acionistas decidiram pela criação de uma *holding* para a centralização dos investimentos. Desta forma, foi constituída a empresa Águas do Rio Investimentos cujo aporte de Capital social correspondeu ao valor contábil do investimento detido pelos acionistas nas empresas Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4.

A reorganização não resultou em impactos no resultado da ITAÚSA e o Acordo de Acionistas permanece com as mesmas condições estabelecidas anteriormente.

15.2.4. Conclusão da alocação do preço de compra da Alpargatas

No 1º trimestre de 2023, a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), vinculado às Ofertas Prioritária e Institucional da controlada em conjunto Alpargatas ocorrida em fevereiro de 2022.

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da Alpargatas, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adicional adquirida na data da transação:

	Alpargatas (100%)	Itaúsa
Mais (Menos) valias atribuídas		
Intangíveis	6.016	25
<i>Benefícios fiscais</i>	2.450	10
<i>Marcas</i>	2.981	12
<i>Relacionamento com clientes</i>	639	3
<i>Outros intangíveis</i>	(54)	-
Imobilizado	302	1
Demais ativos e passivos	129	-
[a] Total	6.447	26
[b] Patrimônio líquido - Alpargatas	5.917	23
[c] Ágio (Goodwill)	-	21
[d]=[a]+[b]+[c] Contraprestação transferida (Oferta Institucional)	-	70
[e] Contraprestação transferida (Oferta Prioritária)	-	729
[f]=[d]+[e] Total da contraprestação transferida	-	799

15.2.5. Conclusão da alocação do preço de compra da CCR

No 2º trimestre de 2023, a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da CCR, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adicional adquirida na data da transação:

	CCR (100%)	Itaúsa (10,33%)
Mais (Menos) valias atribuídas		
Intangível (Contratos de concessão)	14.670	1.515
Imobilizado	(31)	(3)
[a] Total	14.639	1.512
[b] Patrimônio líquido - CCR	12.276	1.268
[c] Ágio (Goodwill)	-	53
[d]=[a]+[b]+[c] Total da contraprestação transferida	-	2.833

15.2.6. Alienação de ações da coligada Águas do Rio Investimentos

Em janeiro e outubro de 2024 a ITAÚSA alienou 19.206 mil ações, correspondente à 1,41% de participação societária, da coligada Águas do Rio Investimentos para a coligada Aegea pelo montante de R\$35.

As transações não resultaram em impactos no resultado da ITAÚSA e o Acordo de Acionistas permanece com as mesmas condições estabelecidas anteriormente.

15.3. Reconciliação dos investimentos

Controladora								
31/12/2024								
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligadas	
	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	6.977	242	3	211.090	54.367	4.036	13.609	2.884
% de participação	37,84%	100,00%	100,00%	19,89%	66,53%	29,47%	10,38%	48,93%
Participação no Investimento	2.641	242	3	41.976	36.171	1.190	1.412	1.412
Resultados não realizados	-	-	-	(10)	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios								
Mais valia	-	-	-	38	-	372	1.310	121
Ágio (<i>Goodwill</i>)	-	-	-	429	-	695	53	204
Saldo contábil do Investimento na controladora	2.641	242	3	42.433	36.171	2.257	2.775	1.737

Controladora								
31/12/2023								
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligadas	
	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	6.404	95	3	190.177	48.599	3.727	12.462	2.298
% de participação	37,85%	100,00%	100,00%	19,83%	66,53%	29,53%	10,35%	48,93%
Participação no Investimento	2.424	95	3	37.712	32.334	1.101	1.289	1.125
Resultados não realizados	-	-	-	(11)	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios								
Mais valia	-	-	-	39	-	394	1.423	127
Ágio (<i>Goodwill</i>)	-	-	-	429	-	695	53	204
Saldo contábil do Investimento na controladora	2.424	95	3	38.169	32.334	2.190	2.765	1.456

As ações preferenciais detidas pela ITAÚSA, tanto na Aegea quanto na Águas do Rio Investimentos, possuem características específicas previstas no acordo de acionistas e, desta forma, a equivalência patrimonial não reflete o percentual de participação total em relação a sua remuneração.

As ações preferenciais de classe D da Aegea possuem direito a dividendos de 17,5% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 5,75% para as ações detidas pela ITAÚSA), não participando de distribuições remanescentes e dos prejuízos acumulados (até 31 de dezembro de 2023 representavam 12,5% do lucro líquido ajustado, equivalente a 4,11% para as ações detidas pela ITAÚSA).

Já as ações preferenciais de classe A da Águas do Rio Investimentos, em caso de lucro, possuem direito a dividendo de 15% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 0,95% para as ações detidas pela ITAÚSA) e, em caso de prejuízo, participam com 5,33% que corresponde ao percentual de participação do capital votante (até 31 de dezembro de 2023 representavam 1,45% do lucro líquido ajustado e 8,16% em caso de prejuízo).

15.4. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

Setor financeiro	Controladas em conjunto			
	Itaú Unibanco		IUPAR	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	9.776.105	9.803.698	1.061.396	1.061.396
ON	4.958.290	4.958.290	710.454	710.454
PN	4.817.814	4.845.408	350.942	350.942
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	1.944.076	1.944.076	706.169	706.169
ON	1.943.907	1.943.907	355.227	355.227
PN	169	169	350.942	350.942
% de participação ⁽¹⁾	19,89%	19,83%	66,53%	66,53%
% de participação no capital votante ⁽²⁾	39,21%	39,21%	50,00%	50,00%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	36.127	32.001	74	109
Ativos financeiros	2.673.301	2.384.618	1.310	1.164
Ativos não financeiros	145.047	126.481	55.398	49.771
Passivos financeiros	2.239.979	2.001.691	1.189	1.234
Passivos não financeiros	393.212	342.359	1.226	1.211
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	211.090	190.177	54.367	48.599
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2024	2023	2024	2023
Resultado de produtos bancários	168.050	154.971	-	-
Tributos sobre o lucro	(5.428)	(5.823)	-	-
Lucro líquido atribuível aos controladores	41.085	33.105	10.378	8.375
Outros resultados abrangentes	4.736	4.004	1.240	1.046
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2024	2023	2024	2023
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7.661)	23.815	(35)	(37)

⁽¹⁾ A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,89% (19,83% em 31 de dezembro de 2023) e indireta de 17,45% (17,40% em 31 de dezembro de 2023), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 26,23% (26,15% em 31 de dezembro de 2023) de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,34% (37,23% em 31 de dezembro de 2023) de participação no capital social.

⁽²⁾ A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% (39,21% em 31 de dezembro de 2023) e indireta de 25,86% (25,86% em 31 de dezembro de 2023), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 51,71% (51,71% em 31 de dezembro de 2023) de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% (65,06% em 31 de dezembro de 2023) de participação no capital votante.

Setor não financeiro	Controlada		Controlada em conjunto		Coligadas					
	Dexco		Alpargatas		CCR		AEGEA		Copa Energia	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	808.365	808.142	676.433	675.137	2.010.116	2.016.918	1.020.256	1.020.256	564.296	352.430
ON	808.365	808.142	339.511	339.511	2.010.116	2.016.918	709.956	709.956	564.296	352.430
PN	-	-	336.922	335.626	-	-	310.300	310.300	-	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	305.897	305.897	199.356	199.356	208.670	208.670	131.417	131.417	276.088	172.430
ON	305.897	305.897	148.275	148.275	208.670	208.670	72.416	72.416	276.088	172.430
PN	-	-	51.081	51.081	-	-	59.001	59.001	-	-
% de participação	37,84%	37,85%	29,47%	29,53%	10,38%	10,35%	12,88%	12,88%	48,93%	48,93%
% de participação no capital votante	37,84%	37,85%	43,67%	43,67%	10,38%	10,35%	10,20%	10,20%	48,93%	48,93%
Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos circulantes	5.066	5.900	3.459	3.200	10.441	10.995	8.195	7.779	1.646	1.287
Ativos não circulantes	13.078	12.071	3.381	3.128	48.656	43.648	35.602	26.390	4.262	4.133
Passivos circulantes	3.642	3.609	1.350	985	6.132	8.482	4.733	4.020	1.001	981
Passivos não circulantes	7.307	7.840	1.454	1.615	38.963	33.083	28.194	19.510	2.023	2.141
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.977	6.404	4.036	3.727	13.609	12.462	6.050	5.305	2.884	2.298
Caixa e equivalentes de caixa	1.231	2.785	1.489	923	4.188	4.549	183	139	588	523
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	6.480	6.965	1.424	1.486	33.879	30.654	24.781	17.080	1.557	1.832
Informações sobre a Demonstração do Resultado	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receitas líquidas	8.235	7.383	4.108	3.734	21.784	18.933	13.899	8.563	10.910	10.275
Receita financeira	425	543	141	98	1.587	2.328	2.737	1.534	64	76
Despesa financeira	(1.017)	(1.061)	(129)	(194)	(4.679)	(5.540)	(5.011)	(3.279)	(260)	(340)
Tributos sobre o lucro	(170)	60	44	217	(1.025)	(1.157)	(1.194)	(724)	(290)	(170)
Lucro líquido atribuível aos controladores	172	790	108	(1.867)	1.249	1.705	483	582	886	523
Outros resultados abrangentes	454	(16)	183	(153)	404	(103)	(48)	223	(13)	(13)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.554)	1.014	566	275	(361)	(680)	44	65	65	248

15.5. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável e não identificou a necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos mesmos.

Para as investidas Itaú Unibanco, Alpargatas, Dexco e CCR, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para a Alpargatas, Dexco e CCR a ITAÚSA procedeu avaliação, com base no valor em uso do ativo, considerando o fluxo de caixa descontado.

Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento de avaliação da investida Itaú Unibanco.

Para as investidas Copa Energia e Aegea, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

Para as investidas Itautec, ITH Zux Cayman e Águas do Rio Investimento, que não possuem ágio na composição do investimento, a ITAÚSA não identificou qualquer evidência de que o valor contábil pode não ser recuperável.

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Política Contábil

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada item, revisadas ao final de cada exercício e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas".

16.1. Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado	16.2	109	108	4.731	4.415
Intangível	16.3	1	3	835	866
Total		110	111	5.566	5.281

16.2. Imobilizado

16.2.1. Movimentação

	Controladora					
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2022	18	68	14	2	2	104
Aquisições	-	3	3	-	8	14
Baixas	-	-	-	-	(4)	(4)
Depreciação	-	(3)	(3)	-	-	(6)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-
Saldo em 31/12/2023	18	70	14	2	4	108
Custo	18	93	24	5	4	144
Depreciação acumulada	-	(23)	(10)	(3)	-	(36)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,5%	15,0%	10,0%	-	-
Saldo em 31/12/2023	18	70	14	2	4	108
Aquisições	-	1	1	-	6	8
Depreciação	-	(4)	(2)	(1)	-	(7)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-
Saldo em 31/12/2024	18	69	13	1	8	109
Custo	18	96	25	5	8	152
Depreciação acumulada	-	(27)	(12)	(4)	-	(43)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,5%	15,0%	10,0%	-	-

	Consolidado							Total
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	
Saldo em 31/12/2022	719	721	1.846	23	12	80	654	4.055
Aquisições	16	8	60	1	2	9	728	824
Baixas	(17)	(4)	(15)	(1)	-	-	(4)	(41)
Depreciação	-	(43)	(315)	(4)	(4)	(27)	-	(393)
Transferências	-	19	189	2	11	34	(255)	-
Redução ao valor recuperável	-	(16)	(33)	-	-	-	-	(49)
Amortização de mais valia	(18)	(6)	(7)	-	-	-	-	(31)
Mais valia - transferida de intangível	-	-	14	-	-	-	-	14
Outros	3	8	19	-	-	1	5	36
Saldo em 31/12/2023	703	687	1.758	21	21	97	1.128	4.415
Custo	703	1.278	5.442	74	55	325	1.128	9.005
Depreciação acumulada	-	(591)	(3.684)	(53)	(34)	(228)	-	(4.590)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	4,0%	7,0%	10,0%	De 20,0% a 25,0%	De 10,0% a 20,0%	-	-

Saldo em 31/12/2023	703	687	1.758	21	21	97	1.128	4.415
Aquisições	1	23	90	2	-	41	588	745
Baixas	(1)	-	(24)	-	-	(15)	-	(40)
Depreciação	-	(45)	(306)	(4)	(4)	(28)	-	(387)
Transferências	-	179	690	4	2	50	(925)	-
Redução ao valor recuperável - Provisão	-	-	(23)	-	-	-	-	(23)
Redução ao valor recuperável - Reversão	-	-	28	-	-	-	-	28
Transferência para Ativos mantidos para venda	-	(4)	(31)	(3)	-	(4)	-	(42)
Outros	4	6	17	-	-	-	8	35
Saldo em 31/12/2024	707	846	2.199	20	19	141	799	4.731
Custo	707	1.441	6.061	69	55	369	799	9.501
Depreciação acumulada	-	(596)	(3.862)	(49)	(36)	(227)	-	(4.770)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,8%	4,2%	4,4%	8,9%	De 10,0% a 20,0%	-	-

16.2.2. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Dexco possuía, em seu ativo imobilizado, ativos dados como garantia, totalizando R\$2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2023).

16.2.3. Avaliação do valor recuperável

Para o exercício de 2024, não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

Para o exercício de 2023, a controlada Dexco constituiu provisão para redução ao valor recuperável, no montante de R\$49, em decorrência do encerramento das atividades nas unidades de louças em Queimados – RJ e de painéis em Manizales na Colômbia.

16.3. Intangível

Política Contábil

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

- **Ativos de vida útil definida**

Estão deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada item, revisadas ao final de cada exercício e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Ativos de vida útil indefinida**

Não são amortizados mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

16.3.1. Movimentação

	Controladora
	Software
Saldo em 31/12/2022	4
Amortizações	(1)
Saldo em 31/12/2023	3
Custo	10
Amortização acumulada	(7)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	20,0%
Saldo em 31/12/2023	3
Amortizações	(2)
Saldo em 31/12/2024	1
Custo	10
Amortização acumulada	(9)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	20,0%

	Consolidado						Total
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura (Nota 16.3.2)	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	Direito contratual	
Saldo em 31/12/2022	98	209	432	53	90	-	882
Aquisições	5	-	3	-	62	10	80
Amortizações	(47)	-	-	(26)	-	(4)	(77)
Transferências	114	32	(33)	1	(114)	-	-
Transferência para investimentos	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Transferência para imobilizado (Mais valia)	-	-	(14)	-	-	-	(14)
Outros	-	-	-	1	-	-	1
Saldo em 31/12/2023	170	241	382	29	38	6	866
Custo	301	241	382	405	38	10	1.377
Amortização acumulada	(131)	-	-	(376)	-	(4)	(511)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	24,5%	-	-	6,1%	-	10,0%	
Saldo em 31/12/2023	170	241	382	29	38	6	866
Aquisições	2	-	-	-	17	-	19
Amortizações	(24)	-	-	(19)	-	(1)	(44)
Transferências	43	-	-	-	(43)	-	-
Transferência para imobilizado	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2024	185	241	382	10	12	5	835
Custo	334	241	382	405	12	10	1.384
Amortização acumulada	(149)	-	-	(395)	-	(5)	(549)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	6,8%	-	-	5,6%	-	10,0%	

16.3.2. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A controlada Dexco reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Satipel	46	46
Metalúrgica Jacareí	2	2
Caetex Florestal	20	20
Cerâmica Urussanga	93	93
Massima	6	6
Cecrisa	168	168
Castelatto	47	47
Total	382	382

16.3.3. Teste de avaliação do valor recuperável

A controlada Dexco realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros (2023) e Revestimentos cerâmicos e cimentícios. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.

As projeções utilizadas pela controlada Dexco na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais.

As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos (todas as áreas de negócios)	5 anos (todas as áreas de negócios)
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>) (*)	14,27% a.a. (todas as áreas de negócios) (*)	15,44% a.a. (todas as áreas de negócios) (*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 0,5 % a.a. Louças: 2,1% a.a. Metais: 1,5% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,6% a.a.	Painéis: 0,5 % a.a. Louças: 2,1% a.a. Metais: 1,5% a.a. Chuveiros: 1,2% a.a. Revestimentos cerâmicos: 0,6% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	5,6% a.a.	5,6% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda em 2024 de 19,5% (23,4% em 2023).

17. FORNECEDORES

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Nacionais		43	10	25	903	853	25
Estrangeiros		-	-	-	126	113	-
Partes relacionadas		-	1	-	4	33	-
Risco sacado	17.1	-	-	-	273	188	-
Total		43	11	25	1.306	1.187	25

17.1. Risco sacado

A controlada Dexco firmou convênios junto aos bancos Santander e Itaú com o objetivo de permitir aos fornecedores do mercado interno a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das suas mercadorias para as instituições financeiras e, em troca, recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira descontado por um deságio, cobrado diretamente pelas instituições financeiras no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação. Vale destacar que, independentemente dos convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Dexco e os fornecedores.

A Administração avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, foi avaliado que estas transações não geraram modificações substanciais nos passivos originais com fornecedores, sendo os pagamentos desses títulos apresentados como saídas de caixa das atividades operacionais, na Demonstração do Fluxo de Caixa, de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7, conjuntamente com os demais pagamentos com fornecedores.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política Contábil

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Determinados empréstimos, que possuem instrumentos derivativos de proteção, poderão ser avaliados ao seu valor justo.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for: (i) provável que irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade; e (ii) mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

18.1. Composição

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	18.2	36	-	731	-	1.293	475	5.347	5.273
Debêntures	18.3	73	17	3.792	3.791	80	634	4.392	4.390
Total		109	17	4.523	3.791	1.373	1.109	9.739	9.663

18.2. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Data da contratação	Vencimento	Indicador financeiro	Garantias	Encargos (% a.a.)	Amortização	31/12/2024		31/12/2023	
							Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora										
Moeda nacional										
Notas comerciais privadas	fev-24	1ª série - fev/29	--	--	CDI+2,0%	Parcela única no vencimento	36	731	-	-
		2ª série - fev/31	--	--	CDI+2,2%	2 parcelas anuais (fev/30 e fev/31)				
		3ª série - fev/34	--	--	CDI+2,5%	3 parcelas anuais (fev/32, fev/33 e fev/34)				
Total Controladora							36	731	-	-
Controladas										
Moeda nacional										
FINAME DIRETO (com swap)	mar-21	fev-38	--	(i) Hipoteca (ii) Aval - 67% ITAÚSA e 33% pessoas físicas	IPCA+ 3,82% até 4,42% a.a.	Anual após período de carência de acordo com cada tranche	127	500	60	657
Nota de crédito de exportação	out-22	abr-25	--	--	CDI + 0,91% a.a.	No vencimento	410	-	9	400
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	dez-23	dez-33	--	--	Pré 11,01% a.a.	8º,9º e 10º ano	36	250	-	-
Nota comercial	mar-22	mar-28	--	--	CDI + 1,71% a.a.	No vencimento	9	299	9	298
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	jun/22 e out/23	jun/32 e out/33	Divida líquida / EBITDA(*) ≤ a 4,0	--	IPCA + 6,2% até 6,44% a.a.	8º,9º e 10º ano	53	808	3	896
Nota comercial - Lastro do CRA	jun/22	jun-28	--	--	CDI + 0,6% a.a.	No vencimento	1	200	1	200
FINEX - Resolução nº 4.131	nov-21	ago-27	--	--	CDI + 0,42% até 1,14% a.a.	No vencimento	14	399	115	399
Cédula de crédito bancário - GIRO	abr-20	out-24	--	--	CDI + 1,45% a.a.	No vencimento	-	-	257	-
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	jun/22 e out/23	jun/32 e out/33	--	Aval Dexco	IPCA + 6,2% até 6,44% a.a.	8º,9º e 10º ano	73	1.050	7	1.185
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	dez-22	dez-32	--	Fiança Duratex Florestal e Imobilizados	Pré 4,71% até 7,53% a.a.	Anual	3	26	4	27
Cédula de Produto Rural - CPR	abr-24	abr-25	--	--	CDI + 0,80% a.a.	No vencimento	54	-	-	-
Total controladas							780	3.532	465	4.062
Total moeda nacional							816	4.263	465	4.062
Controladas										
Moeda estrangeira										
Leasing	set-22	nov-27	--	Nota promissória	IBR + 2%	Anual	-	1	-	1
Resolução nº 4.131 (com swap)	jan-22	jan-27	Divida líquida / EBITDA(*) ≤ a 4,0	--	US\$ + 2,26% até 4,66% a.a.	No vencimento	475	898	9	1.065
Nota de crédito exportação (com swap)	mai-23	mai-27	--	--	US\$ + 5,98% a.a.	No vencimento	2	185	1	145
Total moeda estrangeira							477	1.084	10	1.211
Total Consolidado							1.293	5.347	475	5.273

(*) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

18.2.1. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	-	4.381
Captações	-	2.455
Juros e atualização monetária	-	422
Amortização de principal	-	(942)
Pagamentos de juros e atualização monetária	-	(572)
Apropriação de custo de transação	-	4
Saldo em 31/12/2023	-	5.748
Captações	731	1.144
Juros e atualização monetária	78	1.022
Variação no valor justo	-	(355)
Amortização de principal	-	(393)
Pagamentos de juros e atualização monetária	(42)	(535)
Apropriação de custo de transação	-	9
Saldo em 31/12/2024	767	6.640
Circulante	36	1.293
Não circulante	731	5.347

18.2.2. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Não circulante				
2026	-	81	433	514
2027	-	479	651	1.130
2028	-	580	-	580
2029	244	284	-	284
2030	122	295	-	295
2031 em diante	365	2.544	-	2.544
Total	731	4.263	1.084	5.347

18.3. Debêntures

Modalidade	Emissor	Data da contratação	Vencimento	Valor da captação (R\$ milhões)	Indicador financeiro	Encargos (% a.a.)	Amortização	31/12/2024		31/12/2023	
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora											
3ª emissão	ITAÚSA	dez-20	dez-30	1.300	-	CDI + 2,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2028 a 2030)	-	-	6	1.300
4ª emissão	ITAÚSA	jun-21	jun-31	1.250	-	CDI + 2,00%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2029 a 2031)	7	1.250	7	1.250
6ª emissão	ITAÚSA	dez-23	dez-31	1.250	-	CDI + 1,37%	Juros anuais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2029 a 2031)	7	1.250	7	1.250
7ª emissão	ITAÚSA	jul-24	jul-34	1.300	-	CDI + 0,88%	Juros anuais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2032 a 2034)	60	1.300	-	-
Custos de transação	ITAÚSA	-	-	(24)	-	-	Mensal	(1)	(8)	(3)	(9)
Total Controladora								73	3.792	17	3.791
Controladas											
2ª emissão	Dexco	mai-19	mai-26	1.200	Dívida líquida / EBITDA ≤ 4,0	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (2024 e 2026)	8	600	617	600
Custos de transação	Dexco	-	-	-	-	-	Mensal	(1)	-	-	(1)
Total Consolidado								80	4.392	634	4.390

18.3.1. Movimentação

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022		6.447	7.666
Captações	18.3.1.2	1.250	1.250
Custo de transação		(2)	(2)
Juros e atualização monetária		863	1.028
Apropriação do custo de transação		7	7
Amortização de principal	18.3.1.1	(3.750)	(3.750)
Pagamentos de juros e atualização monetária		(1.007)	(1.175)
Saldo em 31/12/2023		3.808	5.024
Captações	18.3.1.2	1.300	1.300
Custo de transação		(5)	(5)
Juros e atualização monetária		566	661
Apropriação do custo de transação		7	7
Amortização de principal	18.3.1.1	(1.300)	(1.900)
Pagamentos de juros e atualização monetária		(511)	(615)
Saldo em 31/12/2024		3.865	4.472
Circulante		73	80
Não circulante		3.792	4.392

18.3.1.1. Resgates antecipados de debêntures

Em setembro de 2023 a ITAÚSA realizou a amortização antecipada e facultativa de 60% das debêntures da 1ª série da 5ª emissão no valor de R\$1.500. O montante dos juros antecipados foi de R\$55, já considerando o prêmio por resgate antecipado, alinhado a estratégia de desalavancagem da ITAÚSA, com utilização dos recursos provenientes das transações de venda de ações da XP.

Em dezembro de 2023 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade das seguintes debêntures: (i) da 1ª série da 5ª emissão no valor de R\$1.000; e (ii) da 1ª série da 4ª emissão no valor de R\$1.250. O montante dos juros antecipados foi de R\$37, já considerando o prêmio por resgate antecipado.

Em dezembro de 2024 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade da 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.300, cujo prêmio de resgate foi de R\$29.

Os demais resgates fazem parte da estratégia de gestão de passivos da ITAÚSA para reduzir o custo com despesas financeiras e alongar o prazo médio de vencimento da dívida.

18.3.1.2. Emissão de debêntures

Em dezembro de 2023 a ITAÚSA realizou a 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$1.250. Os recursos captados foram integralmente utilizados para realizar o pagamento do resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 1ª série da 4ª emissão.

Em julho de 2024 a ITAÚSA realizou a 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$1.300. Os recursos captados foram integralmente utilizados para realizar o resgate antecipado facultativo da 3ª emissão de debêntures, realizado em dezembro de 2024, após a liberação do período de *lock-up*.

18.3.2. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Não circulante		
2026	-	600
2029	833	833
2030	833	833
2031 em diante	2.134	2.134
Custos de transação	(8)	(8)
Total	3.792	4.392

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Política Contábil

- **Provisões**

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As obrigações legais, independente da avaliação da probabilidade de perda, são provisionadas.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As atualizações das provisões e dos depósitos judiciais em garantia são reconhecidas no Resultado financeiro.

- **Passivos contingentes**

Não são provisionados, aqueles avaliados como risco de perda possível ou remoto, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

- **Ativos contingentes**

São divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos no período em que a sua realização é praticamente certa.

19.1. Provisões e Garantias

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

No curso dos processos, a ITAÚSA e suas controladas utilizam algumas modalidades de garantias, entre elas depósitos judiciais, seguro garantia e fiança bancária, com a finalidade de seguir com as discussões.

19.1.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2022	1.799	1.998	147	156	2.301
Provisões					
Constituição	21	39	55	5	99
Atualização monetária	106	116	13	7	136
Reversão	(2)	(6)	(47)	(7)	(60)
Pagamentos	-	-	(26)	(52)	(78)
Programa Litígio Zero	-	(21)	-	-	(21)
Conversão em Renda	(2)	(5)	-	-	(5)
Combinação de negócios	-	-	(8)	(26)	(34)
Subtotal	1.922	2.121	134	83	2.338
(-) Depósitos judiciais (*)	(24)	(69)	(16)	(1)	(86)
Saldo em 31/12/2023 líquido de Depósitos Judiciais	1.898	2.052	118	82	2.252

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.922	2.121	134	83	2.338
Provisões					
Constituição	13	33	26	17	76
Atualização monetária	90	103	10	2	115
Reversão	-	(36)	(20)	(3)	(59)
Pagamentos	-	(1)	(26)	(3)	(30)
Conversão em Renda	-	(10)	-	-	(10)
Combinação de negócios	-	(57)	-	5	(52)
Subtotal	2.025	2.153	124	101	2.378
(-) Depósitos judiciais (*)	(26)	(47)	(11)	-	(58)
Saldo em 31/12/2024 líquido de Depósitos Judiciais	1.999	2.106	113	101	2.320

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

(a) Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

(b) Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

(c) Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

19.1.1.1. Principais processos

Tributários	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<p>PIS/COFINS - Mandado de Segurança ajuizado pela ITAÚSA no qual discutia a inconstitucionalidade e ilegalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo. A diferença contestada (período de abril de 04/2011 a 10/2017), foi cobrada em Execução Fiscal, garantida por meio de seguro garantia. A discussão nesse processo encerrou de forma desfavorável em abril de 2022. Nos autos da Execução Fiscal foi proferida sentença desfavorável em 06/2024, a qual foi objeto de recurso de apelação e aguarda o julgamento pelo TRF da 3ª Região.</p>	1.987	1.886
<p>PIS/COFINS – Discussões via processo judicial (exercício 2011) e processo administrativa (exercício 2017), para anular as autuações com a exigência do recolhimento de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas, na controlada Dexco.</p>	24	22
<p>IR/CS – Auto de infração lavrado para anular crédito tributário decorrente da desconsideração da dedutibilidade sobre a base do IR/CS realizada no ano de 2017, decorrente do pagamento de multas e encargos de débitos da atual Dexco Revestimentos, reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016 e quitados em parcelamentos especiais no ano de 2017, na controlada Dexco.</p>	22	21

19.1.2. Garantias

(a) Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	55	58	208	211
Trabalhistas	-	-	18	25
Cíveis	-	-	3	3
(-) Depósitos judiciais vinculados	(26)	(24)	(58)	(86)
Total líquido (*)	29	34	171	153

(*) Corresponde aos valores depositados pela Itaúsa e suas controladas, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram classificados como perda possível e remota, não havendo, assim, a respectiva provisão.

(b) Demais garantias

Além dos depósitos judiciais, a ITAÚSA e suas controladas contrataram outras garantias, para alguns processos judiciais, como seguro garantia e fiança bancária. Na ITAÚSA, essas garantias equivalem a R\$4.521 em processos tributários. No Consolidado, o total de garantias contratadas é de R\$4.718, sendo R\$4.635 para processos tributários, R\$81 para processos trabalhistas e R\$2 para processos cíveis.

19.2. Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos em discussão de natureza tributária, trabalhista e cível, avaliados pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributários	19.2.1	247	256	1.022	1.027
Trabalhistas		-	-	13	13
Cíveis		-	-	120	63
Total		247	256	1.155	1.103

19.2.1. Tributários

Abaixo destacamos as principais discussões referentes aos passivos contingentes:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL: Discussões judiciais sobre autuações pelo não oferecimento à tributação de suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, contabilizadas em 2006 e 2009, na controlada Dexco.	359	339
IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza de créditos gerados na apuração desses tributos e utilizados em pedidos de compensação não homologadas ^(*) .	349	334
PIS/COFINS (glosa de créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições, nas controladas Dexco e Itaotec.	60	56
ICMS: Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos ao ICMS, na controlada Dexco.	110	94
IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC: Afastar a incidência incorrida na restituição do indébito tributário, na controlada Dexco.	-	34

(*) Na ITAÚSA, corresponde a R\$233 (R\$242 em 31 de dezembro de 2023).

19.2.2. Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) – “Programa Litígio Zero”

Diante da publicação da Portaria Conjunta RFB/PGFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que estabeleceu a possibilidade de transação tributária de débitos fiscais federais em discussão na esfera administrativa com descontos de até 65% dos débitos, e a possibilidade de liquidação mediante a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, a controlada Itaotec avaliou a oportunidade de redução de seus débitos fiscais com os benefícios previstos no PRLF e optou pela liquidação, em 30 de junho de 2023, de 34 processos tributários, com impacto líquido no resultado de R\$1.

19.3. Ativos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, estes processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Tributários e Cíveis			
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)		115	173
Correção monetária de créditos com a Eletrobras		10	135
Crédito IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	19.3.1	-	129
INSS - Contribuições previdenciárias		38	22
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)		14	13
PIS e COFINS		11	11
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais		2	7
Outros		15	21
Total		205	511

19.3.1. Crédito de IPI – Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022, a controlada Itaotec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, sendo também definido o critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008), decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP).

Em dezembro de 2024, com o reconhecimento pela Fazenda Nacional do valor devido, a Itaotec registrou o ativo no valor atualizado de R\$134, dos quais R\$58 correspondem ao principal, reconhecido em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas" (Nota 23) e R\$76, correspondem a atualização monetária, reconhecido no "Resultado financeiro" (Nota 24). Atualmente, aguarda-se a expedição de precatório pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

19.3.2. Bônus do Tesouro Nacional – ("BTN")

No exercício de 2020, a ITAÚSA e a controlada Itaotec obtiveram decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito é discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será pago mediante expedição de precatório judicial.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$80.189 (R\$73.189 em 31 de dezembro de 2023), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal.

Em 11 de novembro de 2024, o Conselho de Administração deliberou o aumento do Capital social, no montante de R\$7.000, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 5 novas ações para cada 100 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 177.465.112 ações ordinárias e 338.942.359 ações preferenciais.

A composição do capital social está apresentada conforme a seguir:

	31/12/2024					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	2.367.061.654	63,52	1.270.968.273	17,86	3.638.029.927	33,55
Demais acionistas	1.359.705.701	36,48	5.843.930.822	82,10	7.203.636.523	66,42
Ações em tesouraria	-	-	2.890.452	0,04	2.890.452	0,03
Total	3.726.767.355	100,00	7.117.789.547	100,00	10.844.556.902	100,00

Residente no país	3.725.718.191	99,97	4.542.151.940	63,81	8.267.870.131	76,24
Residente no exterior	1.049.164	0,03	2.575.637.607	36,19	2.576.686.771	23,76

	31/12/2023					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	2.254.344.447	63,52	1.210.281.991	17,85	3.464.626.438	33,55
Demais acionistas	1.294.957.796	36,48	5.568.565.197	82,15	6.863.522.993	66,45
Total	3.549.302.243	100,00	6.778.847.188	100,00	10.328.149.431	100,00

Residente no país	3.546.635.652	99,92	4.246.746.575	62,65	7.793.382.227	75,46
Residente no exterior	2.666.591	0,08	2.532.100.613	37,35	2.534.767.204	24,54

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo, assegurado dividendo, pelo menos, igual ao das ações ordinárias; e
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

O capital social, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

20.2. Reservas de capital

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Planos de outorga e opções de ações	769	699
Ágio na emissão de ações	4	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	(81)	(55)
Total	700	656

20.3. Reservas de lucros

	Nota	Controladora						Total
		Reserva legal	Reservas estatutárias			Reservas reflexas	Dividendos/JCP propostos	
			Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas			
Saldo em 31/12/2022		3.909	8.068	3.043	4.541	(6.840)	877	13.598
Constituição		673	1.969	788	1.181	-	-	4.611
Capitalização de reservas (Bonificação de ações)		-	(4.542)	(1.713)	(2.557)	-	-	(8.812)
Dividendos e JCP		-	-	-	-	-	(877)	(877)
Dividendos e JCP propostos		-	-	-	-	-	5.093	5.093
Dividendos e JCP prescritos		-	3	-	-	-	-	3
Equivalência patrimonial reflexa		-	-	-	-	(1.034)	-	(1.034)
Saldo em 31/12/2023		4.582	5.498	2.118	3.165	(7.874)	5.093	12.582
Constituição		739	1.852	741	1.111	-	-	4.443
Capitalização de reservas (Bonificação de ações)	20.1	(4.582)	(1.233)	(475)	(710)	-	-	(7.000)
Dividendos e JCP		-	-	-	-	-	(5.093)	(5.093)
Dividendos e JCP propostos		-	-	-	-	-	6.206	6.206
Dividendos e JCP prescritos		-	2	-	-	-	-	2
Equivalência patrimonial reflexa		-	-	-	-	(195)	-	(195)
Saldo em 31/12/2024		739	6.119	2.384	3.566	(8.069)	6.206	10.945

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias

- **Reserva para equalização de dividendos:** tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada à 40% do Capital social;
- **Reserva para reforço do capital de giro:** tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada à 30% do Capital social; e
- **Reserva para aumento de capital de empresas participadas:** tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, limitada à 30% do Capital social.

O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Reservas reflexas

Corresponde ao efeito reflexo na ITAÚSA das movimentações das reservas de lucro das coligadas, controladas e controladas em conjunto.

(d) Dividendos propostos

Referem-se aos Dividendos e Juros sobre capital próprio do exercício, deliberados pelo Conselho de Administração no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis (Nota 31.4).

20.4. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefício pós emprego	(734)	(685)
Valor justo de ativos financeiros	(1.104)	(352)
Ajuste de conversão / hiperinflação	4.303	806
<i>Hedge accounting</i>	(3.737)	(2.980)
Contratos de seguro	(89)	(264)
Total	(1.361)	(3.475)

O saldo refere-se, substancialmente, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas, controladas e controladas em conjunto.

20.5. Ações em tesouraria

Em fevereiro e outubro de 2024 a ITAÚSA adquiriu o total de 3.000.000 ações preferenciais, de sua emissão, para utilização no âmbito do Plano de Incentivos a Longo Prazo (Plano ILP), aprovado em Assembleia Geral de 28 de abril de 2023.

Em junho de 2024, foi realizada a entrega de ações relativas ao 1º aniversário do primeiro programa.

	Controladora	
	Quantidade de ações	Valor
	Preferenciais	
Saldo em 31/12/2023	-	-
Aquisição de ações	3.000.000	(33)
Entrega de ações - Plano ILP	(247.188)	3
Bonificação de ações	137.640	-
Saldo em 31/12/2024	2.890.452	(30)

20.6. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

20.6.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido	14.778	13.466
(-) Reserva legal	(739)	(673)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	14.039	12.793
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.510	3.198
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
JCP	4.129	3.762
Dividendos e JCP propostos	6.206	5.093
Total de distribuição aos acionistas	10.335	8.855
Reservas de lucros	3.704	3.938
Total	14.039	12.793
% bruto pertencente aos acionistas	73,61%	69,22%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio, para o exercício de 2024, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Deliberados					
JCP	01/07/2024	0,02353	0,02000	243	207
JCP	30/08/2024	0,07000	0,05950	723	614
JCP	30/08/2024	0,09460	0,08041	977	830
JCP	01/10/2024	0,02353	0,02000	243	207
JCP	02/01/2025	0,02353	0,02000	243	207
JCP	07/03/2025	0,04840	0,04114	500	425
JCP	07/03/2025	0,05810	0,04938	630	535
		0,34169	0,29043	3.559	3.025
Provisionados					
JCP	07/03/2025	0,02911	0,02474	315	268
JCP	01/04/2025	0,02353	0,02000	255	216
		0,05264	0,04474	570	484
Propostos					
JCP	07/03/2025	0,07199	0,06119	781	663
Dividendos	07/03/2025	0,40815	0,40815	4.425	4.425
Dividendos	22/04/2025	0,09224	0,09224	1.000	1.000
		0,57238	0,56158	6.206	6.088
Total		0,96671	0,89675	10.335	9.597

20.6.2. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

Política Contábil

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, podendo ser imputado ao mínimo obrigatório a modalidade JCP. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos e JCP adicionais ao mínimo obrigatório.

Os dividendos e o JCP são reconhecidos como passivo quando da sua deliberação em contrapartida do patrimônio líquido.

20.6.2.1. Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2022	4	1.964	1.968	5	2.106	2.111
Chamada de capital	-	(451)	(451)	-	(451)	(451)
Dividendos e JCP deliberados	-	3.949	3.949	25	4.097	4.122
Dividendos e JCP prescritos	(2)	(1)	(3)	(2)	(1)	(3)
Pagamentos	-	(4.390)	(4.390)	-	(4.561)	(4.561)
Saldo em 31/12/2023	2	1.071	1.073	28	1.190	1.218
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	3.104	1.989	5.093	3.120	1.989	5.109
Dividendos e JCP deliberados	-	3.103	3.103	-	3.129	3.129
Provisão de JCP	-	570	570	-	570	570
Dividendos e JCP prescritos	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)
Pagamentos	(3.102)	(4.937)	(8.039)	(3.141)	(5.055)	(8.196)
Saldo em 31/12/2024	4	1.794	1.798	7	1.821	1.828

21. RECEITA LÍQUIDA

Política Contábil

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades e estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos e não possuem componente de financiamento significativo.

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

21.1. Composição

	Consolidado	
	2024	2023
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	8.828	8.002
Mercado externo	1.590	1.414
	10.418	9.416
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.899)	(1.698)
Devoluções e abatimentos	(284)	(335)
	(2.183)	(2.033)
Total	8.235	7.383

22. RESULTADO POR NATUREZA

	Nota	Controladora		Consolidado							
		Despesas gerais e administrativas		Custos dos produtos e serviços		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Total	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Varição nos estoques de produtos acabados e em elaboração		-	-	3.774	1.916	-	-	-	-	3.774	1.916
Varição no valor justo dos ativos biológicos	12	-	-	520	769	-	-	-	-	520	769
Matérias primas e materiais de consumo		-	-	(6.936)	(4.939)	-	-	-	-	(6.936)	(4.939)
Remuneração e encargos com pessoal		(99)	(91)	(1.061)	(985)	(188)	(175)	(312)	(311)	(1.561)	(1.471)
Depreciação, amortização e exaustão		(10)	(11)	(1.160)	(1.054)	(4)	(4)	(43)	(72)	(1.207)	(1.130)
Serviços de terceiros		(39)	(38)	-	-	(32)	(28)	(112)	(114)	(144)	(142)
Despesas de publicidade		(8)	(8)	-	-	(187)	(150)	(9)	(10)	(196)	(160)
Despesas de transporte		-	-	(30)	(40)	(670)	(520)	-	-	(700)	(560)
Comissões		-	-	-	-	(59)	(60)	-	-	(59)	(60)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	(14)	(12)	-	-	(14)	(12)
Seguros		(14)	(21)	(18)	(16)	-	-	(16)	(22)	(34)	(38)
Outras despesas		(8)	(8)	(872)	(657)	(71)	(93)	(50)	(53)	(993)	(803)
Total		(178)	(177)	(5.783)	(5.006)	(1.225)	(1.042)	(542)	(582)	(7.550)	(6.630)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado na venda de investimentos	15.2.1	-	409	51	409
Earn-out e outros acordos - Elekeiroz	23.1	(42)	127	(42)	127
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6.1	271	346	271	346
Recuperação PIS/COFINS sobre ganho de capital		-	161	-	161
Crédito com precatórios	19.3.1	-	-	58	36
Créditos com a Eletrobrás		-	-	60	-
Perda no valor recuperável		(29)	-	(23)	(63)
Resultado da venda/baixas de imobilizado		-	-	6	34
Doações e patrocínios		-	(1)	(4)	-
Doações Instituto Itaúsa		(51)	(11)	(51)	(12)
Reversão de provisão - Aquisição de empresas		-	-	29	-
Exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS		-	-	-	116
Resultado de processos judiciais		(17)	(34)	(23)	(90)
Amortização carteira de clientes		-	-	(19)	(26)
PIS/COFINS sobre outras receitas		(3)	(16)	(20)	(18)
Outros		3	7	41	7
Total		132	988	334	1.027

23.1. Earn-out e outros acordos - Elekeiroz

No âmbito da alienação da participação societária na Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz"), a ITAÚSA firmou acordos junto aos compradores que preveem determinados direitos e obrigações, cujo reconhecimento ocorre quando da realização das condições pré-estabelecidas.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		433	400	692	624
Variação no valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	-	1.117	-	1.117
Variação cambial ativa		-	-	92	19
Juros e descontos obtidos		-	-	1	-
Atualização de depósitos judiciais		2	3	16	15
Outras atualizações monetárias	19.3.1	24	42	139	155
Atualizações - Créditos de PIS e COFINS		-	-	29	223
Outras receitas financeiras		-	1	11	35
Total Receitas financeiras		459	1.563	980	2.188
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(651)	(888)	(1.364)	(1.558)
Variação no valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	(129)	-	(129)	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	24.1	(449)	(440)	(475)	(472)
Juros de passivo de arrendamento		-	-	(9)	(11)
Variação cambial passiva		-	-	(136)	(159)
Atualização de provisões com processos		(86)	(97)	(88)	(104)
Outras atualizações monetárias		(3)	(7)	(40)	(37)
Operações com derivativos		-	-	(51)	(93)
Outras despesas financeiras		(2)	(15)	(51)	(89)
Total Despesas financeiras		(1.320)	(1.447)	(2.343)	(2.523)
Total Resultado financeiro		(861)	116	(1.363)	(335)

24.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP.

25. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	9.699	8.838
Ordinárias	5.079	4.628
	14.778	13.466
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	7.116.172.270	7.043.992.613
Ordinárias	3.726.767.355	3.688.128.392
	10.842.939.625	10.732.121.005
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,36291	1,25474
Ordinárias	1,36291	1,25474

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Política Contábil

- **Planos de benefício definido**

O valor presente é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado.

As obrigações são reconhecidas se o valor presente da obrigação for maior que o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

- **Plano de contribuição definida**

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

- **Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP**

O plano de outorga de ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga sendo a despesa reconhecida no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

26.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, sendo regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido – BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

26.1.1. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2024 com 5.801 participantes (5.939 em 31 de dezembro de 2023).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2024 e 2023.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações	(155)	(137)	(2.167)	(2.009)
Valor justo dos ativos	171	153	3.497	3.261
Restrição no reconhecimento do ativo	-	-	(1.224)	(1.124)
Ativo reconhecido (Não circulante)	16	16	106	128

A variação do saldo a receber é registrada no resultado em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas".

26.1.2. Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, sendo vedado o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2025.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

Nota	Controladora							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial	(14)	25	(11)	-	(15)	24	(9)	-
Juros	(2)	3	(1)	-	(1)	2	(1)	-
Retorno sobre os ativos do plano	-	(1)	-	(1)	-	2	-	2
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(1)	-	-	(1)	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	1	-	-	1	-	-	-	-
Mudança no superávit irrecuperável	-	-	1	1	-	-	(1)	(1)
Contribuições pagas pelas patrocinadoras	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Benefícios pagos	2	(2)	-	-	2	(2)	-	-
Saldo final	(14)	25	(11)	-	(14)	25	(11)	-

	Consolidado							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial	(134)	214	(78)	2	(143)	214	(65)	6
Juros	(12)	19	(7)	-	(13)	20	(6)	1
Retorno sobre os ativos do plano	-	(13)	-	(13)	-	3	-	3
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(4)	-	-	(4)	8	-	-	8
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	10	-	-	10	(3)	-	-	(3)
Mudança no superávit irrecuperável	-	-	6	6	-	-	(7)	(7)
Contribuições pagas pelas patrocinadoras	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Benefícios pagos	16	(17)	-	(1)	17	(17)	-	-
Saldo final	(124)	203	(79)	-	(134)	214	(78)	2

Circulante 11 - 2

(b) Classes de ativos

Classe de ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	%	%	%	%
Renda fixa	100	100	100	100
Total	100	100	100	100

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	10,58%	9,29%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,50%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto				
+1,0%	14	15	117	126
-1,0%	16	17	131	144

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
2025	2	16
2026	2	16
2027	2	16
2028	2	16
2029	2	15
2030 - 2034	8	70
Total	18	149

26.2. Planos de assistência médica

A controlada Dexco oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego:** A Dexco oferece planos que foram contributários, atualmente, com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2024, 9 operadoras de saúde totalizavam 26.680 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98. Em 31 de dezembro de 2023 eram 26.950 vidas.
- **Plano de assistência médica a funcionários afastados:** A Dexco oferece plano de benefício de plano de saúde para empregados afastados.

A controlada Dexco contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	37	36
Custo dos juros	3	4
Retorno/Perda sobre os ativos do plano	(4)	1
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(4)	(4)
Saldo final	32	37
Reconhecidos no Resultado	(1)	5
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	(4)	(4)

26.3. Remuneração baseada em ações

26.3.1. Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP

26.3.1.1. ITAÚSA

Em 28 de abril de 2023 foi aprovada, em Assembleia Geral, a criação de Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano ILP”) que tem como objetivos: (i) estimular a expansão e o êxito nos negócios da ITAÚSA; (ii) ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos participantes; (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos participantes na Companhia; e (iv) atrair novos talentos.

Anualmente, para que os participantes elegíveis confirmem sua participação, está condicionada à utilização de um percentual definido do seu Incentivo de Curto Prazo (“ICP”) para aquisição de ações da ITAÚSA (“Ações Próprias”), as quais possuem um período de *lock-up* de 2 anos para serem transacionadas.

A quantidade de Ações Restritas Virtuais é definida tendo como base o volume financeiro investido por cada participante para aquisição das Ações Próprias, dividido pela média das cotações de fechamento da ação preferencial da ITAÚSA (ITSA4), dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga, multiplicado pelo fator multiplicador que é variável de acordo com o cargo do participante (entre 350% e 550%).

As Ações Restritas Virtuais ficarão sujeitas a um período de carência progressivo de três anos (“Período de Carência”), a contar da data da outorga, sendo convertidas em “Ações *Matching*”, conforme cotação de fechamento do pregão do dia da transferência, tendo como método de liquidação a entrega de instrumentos patrimoniais (ações preferenciais da ITAÚSA – “ITSA4”).

Uma vez cumpridas as condições para recebimento das Ações *Matching*, os participantes também farão jus a uma quantidade de ações correspondente ao valor dos dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pagos aos acionistas durante o Período de Carência, sendo estas denominadas “Ações Proventos”.

Segue abaixo os principais montantes envolvidos:

Ano da outorga	Qtde. de Ações Restritas Virtuais ⁽¹⁾	Qtde. de Ações Proventos ⁽²⁾	Valor justo (R\$ por ação) ⁽³⁾	Período de carência (Aniversários)		
				1º	2º	3º
2023	645.828	111.710	8,99	--	06/2023 a 05/2025	06/2023 a 05/2026
2024	1.133.880	151.219	10,34	04/2024 a 04/2025	04/2024 a 04/2026	04/2024 a 04/2027

⁽¹⁾ Inclui as ações bonificadas.

⁽²⁾ Valores estimados com base na projeção de deliberação de proventos no período do programa.

⁽³⁾ O valor justo por Ação Restrita Virtual foi definido com base no Preço Médio Ponderado por Volume (VWAP) da ação ITSA4, nos 30 pregões anteriores à data da outorga.

26.3.1.2. Controlada Dexco

Em 30 de abril de 2020 a controlada Dexco e suas controladas aprovaram ILP que tem por finalidade: (i) estimular o compromisso dos executivos no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da companhia; (ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da companhia; e (iii) proporcionar, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. O ILP está subdividido da seguinte forma:

- **Performance shares:** Serão transferidas ações de emissão da controlada Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de *performance*, com base no planejamento estratégico da controlada Dexco, para o período de 5 anos. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).

- **Matching:** A controlada Dexco convidará o beneficiário a investir um percentual do seu Incentivo de Curto Prazo – ICP comprando ações da companhia, devendo o beneficiário permanecer com as ações durante o período abrangido pelo programa. Ao completar 4 anos, a controlada Dexco procederá a transferência de adicional correspondente a 50% das ações adquiridas pelo beneficiário e, ao completar 5 anos, a controlada Dexco concluirá a integralidade do aporte dos 50% restantes, completando 100% do *matching*. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Ações restritas:** Serão transferidas ações da controlada Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que, no período de um ano, os mesmos tenham atingido desempenho diferenciado e garantido alto impacto para o negócio da companhia. Serão elegíveis ao programa os colaboradores admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As ações serão transferidas após o prazo de 3 anos da sua concessão.

26.3.1.3. Valores reconhecidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com pessoal - Encargos (Circulante)	1	1	1	1
Obrigações com pessoal - Encargos (Não circulante)	1	-	9	5
Remuneração e encargos com pessoal (Resultado)	11	4	25	15

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do ILP na ITAÚSA na rubrica "Reservas de capital" no Patrimônio Líquido é de R\$9 (R\$3 em 31 de dezembro de 2023).

26.3.2. Plano para outorga de opções de ações – Controlada Dexco

Conforme previsão estatutária, a controlada Dexco possuía, até o exercício de 2019, plano para outorga de opções de ações que tinha por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas de seu Capital social.

As opções conferiam aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Dexco.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano eram propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação ("Comitê"), designado pelo Conselho de Administração da controlada Dexco. Periodicamente, esse comitê submetia à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.

Só houve outorga de opções com relação aos exercícios em que houve apuração de lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções outorgadas em cada exercício não ultrapassou o limite de 0,5% da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuíam na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Dexco foi fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerou a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2018	2019
Principais características		
Total de opções de ações outorgadas	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,8 anos	3,7 anos
Principais premissas para cálculo do valor justo		
Volatilidade do preço da ação	38,09%	38,49%
<i>Dividend Yield</i>	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (Cupom IGP-M)	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	94,90%	94,90%

A controlada Dexco efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

Exercício da outorga	Prazo para Vencimento	Saldo de ações a exercer	Valor Total	Competência		
				Vencidas	2018 e 2019	2020 a 2022
Vencidas em anos anteriores				100	-	-
2018	31/12/2026	714.970	5	-	2	3
2019	31/12/2027	1.919.741	10	-	2	8
Total		2.634.711	15	100	4	11
Efetividade de exercício				96,60%	94,90%	94,90%
Valor apurado no resultado				97	4	11

Em 31 de dezembro de 2024 a controlada Dexco possuía 12.201.649 ações em tesouraria (12.424.043 em 31 de dezembro de 2023), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às utilizadas pela ITAÚSA, em todos os aspectos materiais. Os segmentos possuem carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Dexco:** Apresenta 4 segmentos de negócio: (i) Deca – fabrica e comercializa louças e metais sanitários, negociados sob as marcas Deca, Hydra, Belize e Elizabeth; (ii) Revestimentos - produz e comercializa revestimentos, utilizando as marcas Ceusa, Portinari e Castelletto; (iii) Madeira – fabrica e comercializa painéis de madeira de média e alta densidade, mais conhecidos como MDP, MDF e HDF, utilizando as marcas Duratex e Durafloor; e (iv) Celulose solúvel – fabrica e comercializa celulose solúvel em parceria com a empresa austríaca Lenzing.
- **Outros:** Referem-se às informações da Itaotec e ITH Zux Cayman.

	31/12/2024					31/12/2023				
	DEXCO	ITAÚSA	Outros	Eliminação / Reclassificação	Consolidado	DEXCO	ITAÚSA	Outros	Eliminação / Reclassificação	Consolidado
Balanco patrimonial										
Total do Ativo	18.144	99.125	283	(2.927)	114.625	17.971	89.898	140	(2.661)	105.348
Total do Passivo	10.949	8.682	38	(41)	19.628	11.449	6.946	42	(139)	18.298
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.977	90.443	244	(7.221)	90.443	6.404	82.952	97	(6.501)	82.952
Demonstração de resultado										
Receita líquida	8.235	-	-	-	8.235	7.383	-	-	-	7.383
Mercado interno	6.828	-	-	-	6.828	6.122	-	-	-	6.122
Mercado externo	1.407	-	-	-	1.407	1.261	-	-	-	1.261
Resultado de participações societárias	(73)	15.641	-	(199)	15.369	280	12.444	-	(394)	12.330
Resultado financeiro	(592)	(861)	90	-	(1.363)	(518)	116	67	-	(335)
Depreciações e amortizações	(1.221)	(10)	-	-	(1.231)	(1.165)	(11)	-	-	(1.176)
Tributos sobre o lucro	(170)	44	(12)	-	(138)	60	95	48	-	203
Lucro líquido	174	14.778	134	(199)	14.887	811	13.466	95	(394)	13.978

Embora o Itaú Unibanco, a CCR, a Alpargatas, a Aegea, a Copa Energia e a NTS não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento de negócio por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades e o resumo de suas informações financeiras está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição financeira que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **CCR:** opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina, atuando nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.
- **Alpargatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.
- **Aegea:** líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil.
- **Copa Energia:** consolida as marcas Copagaz e Liquigás que respondem juntas por cerca de 25% da distribuição de GLP no Brasil e com operações em 24 estados e no Distrito Federal.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais respondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.



	31/12/2024						
	2.854.475	59.097	6.840	43.797	5.908	21.814	
Balanco Patrimonial							
Total do Ativo	2.854.475	59.097	6.840	43.797	5.908	21.814	
Total do Passivo	2.633.191	45.095	2.804	32.927	3.024	25.652	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	211.090	13.609	4.036	6.050	2.884	(3.838)	
Demonstração de Resultado							
Receita líquida ⁽¹⁾	325.179	21.784	4.108	13.899	10.910	7.256	
Mercado interno	268.151	20.932	3.154	13.899	10.910	7.256	
Mercado externo	57.028	852	954	-	-	-	
Resultado de participações societárias	1.047	247	21	96	4	-	
Resultado financeiro ⁽²⁾	-	(3.092)	12	(2.274)	(196)	(1.276)	
Depreciações e amortizações	(7.177)	(1.716)	(250)	(926)	(174)	(424)	
Tributos sobre o lucro	(5.428)	(1.025)	44	(1.194)	(290)	(1.583)	
Lucro líquido atribuível aos controladores	41.085	1.249	108	483	886	3.279	



Balanco Patrimonial	31/12/2023					
Total do Ativo	2.543.100	54.643	6.328	34.169	5.420	11.347
Total do Passivo	2.344.050	41.565	2.600	23.530	3.122	15.250
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	190.177	12.462	3.727	5.305	2.298	(3.903)
Demonstração de Resultado	2023					
Receita líquida ⁽¹⁾	308.306	18.933	3.734	8.563	10.275	7.353
Mercado interno	269.294	18.028	2.761	8.563	10.275	7.353
Mercado externo	39.012	905	973	-	-	-
Resultado de participações societárias	920	179	(422)	257	4	-
Resultado financeiro ⁽²⁾	-	-	(96)	(1.745)	(264)	(1.503)
Depreciações e amortizações	(6.529)	(1.573)	(211)	(686)	(165)	(443)
Tributos sobre o lucro	(5.823)	(1.157)	217	(724)	(170)	(1.603)
Lucro líquido atribuível aos controladores	33.105	1.705	(1.867)	582	523	3.252

⁽¹⁾ Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de contratos de seguros e previdência privada.

⁽²⁾ Devido o Itaú Unibanco pertencer ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida"

28. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa. Em 9 de agosto de 2021 foi criado o Comitê de Partes Relacionadas com o objetivo de avaliar e deliberar previamente sobre a viabilidade das transações com partes relacionadas, conforme critérios indicados na referida política.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	2	3
Clientes						
Mysa	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	37	75
Leo Madeiras	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	9	53
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	1	-
Ativo Biológico						
LD Celulose		Coligada indireta	-	-	17	23
Total						
			-	-	56	101

Passivo						
Empréstimos						
Fundo NTS ⁽¹⁾	Notas comerciais	Outros	(767)	-	(767)	-
Arrendamentos						
Ligna Florestal	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	(52)	(52)
Debêntures						
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Debêntures	Controlada em conjunto	(518)	(1.265)	(518)	(1.265)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	1	1	1	1
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	1	7	1	7
Outros passivos						
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	-	-	(9)	(14)
Itaú Corretora	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	-	(1)	-	(1)
Instituto Itaúsa	Doações	Outras partes relacionadas	(11)	-	(11)	-
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(4)	(32)
Total						
			(1.296)	(1.266)	(1.361)	(1.364)

	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
Resultado						
Receita líquida						
Leo Madeiras	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	382	277
Mysa	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	269	203
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	102	65
Custo dos produtos e serviços						
Ligna Florestal	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	(84)	(57)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(8)	(6)
Despesas gerais e administrativas						
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(6)	(9)	(6)	(10)
Copa Energia	Fornecimento de gás	Coligada	-	-	(2)	(3)
Outras receitas e despesas						
Dexco	Receita de aluguel	Controlada	(45)	(3)	(49)	(8)
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	4	5	-	-
Instituto Itaúsa	Doações	Outras partes relacionadas	3	3	3	3
Fundação Itaú	Doações	Controlada em conjunto	(51)	(11)	(51)	(11)
Resultado financeiro						
XP	Aplicações financeiras	Coligada indireta	(1)	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Despesas de Juros - Debêntures	Controlada em conjunto	(260)	(179)	(260)	(177)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(177)	(176)	(177)	(176)
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	-	(1)	-	(1)
Fundo NTS ⁽¹⁾	Despesas de Juros - Empréstimos	Outros	(5)	(2)	(5)	(2)
Total						
			(311)	(191)	(19)	22

⁽¹⁾ Em 21 de fevereiro de 2024 a ITAÚSA celebrou o Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em três séries (Nota 18.2) junto a NTS Campos Elíseos Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Investimento no Exterior ("Fundo NTS"), cuja única cotista do fundo é a NTS.

⁽²⁾ Refere-se ao banco comercial.

28.1. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2024	31/12/2023
Dexco ⁽¹⁾	Controlada	Aval	Empréstimo	421	480
Itautec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	57	55
Águas do Rio Investimentos ⁽²⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Empréstimo	67	102
Copa Energia ⁽³⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	678	791
Total				1.223	1.428

⁽¹⁾ Em março de 2021, a controlada Dexco, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, assinou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$697 (saldo de R\$628 em 31 de dezembro de 2024), sendo 67% deste valor garantido pela ITAÚSA.

⁽²⁾ Em julho de 2023 a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das suas ações da Águas do Rio Investimentos, como garantia real à financiadores de longo prazo. A redução apresentada é decorrente da alienação de parte das ações na coligada Águas do Rio Investimentos, conforme nota 15.2.6.

⁽³⁾ Em janeiro de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações existentes ou futuras, representativas do capital social da Copa Energia, de titularidade da ITAÚSA, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre a ITAÚSA e o outro acionista da Copa Energia, na qualidade de alienantes fiduciários, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela Copa Energia no âmbito da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R\$1,95 bilhão.

28.2. Remuneração da Administração

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Remuneração		34	41	66	69
Encargos sociais		5	5	8	8
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾		2	2	2	2
Plano de remuneração baseado em ações	26.3	6	2	20	13
Total		47	50	96	92

⁽¹⁾ Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida

29. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de Caixa ou Equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades de Investimentos				
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	(1.905)	(1.908)	(1.893)	(1.818)
Gastos com encerramento de unidade industrial	-	-	-	22
Provisão para perda de ativos	-	-	-	29
Alienação de imóveis	-	-	-	(10)
Aumento de capital em investidas com créditos de dividendos/JCP	15	-	-	-
Total	(1.890)	(1.908)	(1.893)	(1.777)
Atividades de Financiamento				
Dividendos/JCP deliberados não pagos	1.781	1.064	1.808	1.201
Aumento de capital com créditos de dividendos/JCP	-	(451)	-	(451)
Instrumentos derivativos	-	-	247	157
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	-	-	85	260
Entrega de ações em tesouraria - Plano ILP	3	-	3	-
Baixa de contratos de arrendamento	-	-	(5)	(66)
Total	1.784	613	2.138	1.101

30. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Calamidade no estado do Rio Grande do Sul

Entre os meses de abril e maio de 2024, em decorrência de volumes extremos de precipitação pluviométrica, foi decretado o estado de calamidade no estado do Rio Grande do Sul.

Desde o início das chuvas a ITAÚSA e suas investidas vêm acompanhando os impactos das enchentes em suas operações, além das ações governamentais emergenciais para enfrentamento desse desastre.

A ITAÚSA, por meio do Instituto Itaúsa, anunciou a doação de R\$6 para 3 frentes: (i) Apoio emergencial – para água, medicamentos, alimentos etc.; (ii) Apoio ao legado – para a reconstrução de escolas, postos de saúde etc.; e (iii) Apoio aos municípios – com planos de emergência climática e ações de recuperação econômica.

Destacamos abaixo os principais reflexos apresentados pelas nossas investidas:

- Itaú Unibanco:** O Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil emitiram normativos a serem observados relacionados às operações de crédito, compulsório e consórcio. Foram identificados, com base nas melhores estimativas e julgamentos críticos, os seguintes impactos: (i) em relação à perda esperada para provisionamento das operações, que é atualizada periodicamente em função das variáveis macroeconômicas e circunstanciais, foi constituída provisão para perda considerada suficiente para fazer frente a exposição ao risco de crédito no Rio Grande do Sul, não sendo identificados impactos significativos nesta carteira; e (ii) aumento imaterial nas despesas de sinistros referentes aos seguros de danos dos ramos patrimonial e habitacional. Adicionalmente, o Itaú Unibanco realizou doação no valor de R\$16, com objetivo de auxiliar ações emergenciais na região.
- Dexco:** Suspendeu temporariamente as atividades de suas operações de painéis e florestal da unidade de Taquari entre os dias 4 e 8 de maio de 2024. Nenhum ativo industrial ou florestal da Dexco foi afetado pelas chuvas, contudo, o abastecimento de insumos e o transporte de produtos foram impactados pela situação das estradas. A unidade em questão representa cerca de 20% da capacidade total de produção de painéis da Dexco no Brasil, entretanto, considerando o curto espaço de tempo de suspensão das atividades, não ocorreram impactos relevantes no resultado. A Dexco segue contribuindo com a comunidade de Taquari, em especial com seus colaboradores.

Cabe destacar que a ITAÚSA e suas investidas continuarão acompanhando e avaliando os impactos em seus resultados, bem como os efeitos nas estimativas e julgamentos críticos que envolvem suas Demonstrações Contábeis.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Deliberação e pagamento de dividendos e JCP – Itaú Unibanco

Em 5 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do Itaú Unibanco deliberou a distribuição de proventos, tendo como data-base a posição acionária final do dia 17 de fevereiro de 2025, conforme abaixo:

- dividendos de R\$1,25093 por ação; e
- JCP bruto de R\$0,33344 por ação (líquido de R\$0,283424).

Os proventos deliberados acima foram pagos em 7 de março de 2025 juntamente com os proventos já deliberados conforme abaixo:

- JCP bruto de R\$0,27298 (líquido de R\$0,232033) por ação, deliberados em 29 de agosto de 2024; e
- JCP bruto de R\$0,310560 (líquido de R\$0,263976) por ação, deliberados em 28 de novembro de 2024.

Desta forma a ITAÚSA receberá o montante total de dividendos e JCP líquido de R\$2,030363 por ação.

31.2. Aumento de Capital social com bonificação em ações – Itaú Unibanco

Em 5 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do Itaú Unibanco aprovou a proposta: (i) do aumento do Capital social no valor de R\$33.334, passando de R\$90.729 para R\$124.063, mediante a capitalização de Reservas de lucros; (ii) de que o aumento será efetivado com a emissão de 980.413.535 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 495.829.036 ordinárias e 484.584.499 preferenciais, que serão atribuídas de forma gratuita aos detentores de ações do Itaú Unibanco, a título de bonificação, na proporção de 1 nova ação, da mesma espécie, para cada 10 ações possuídas, sendo que as ações mantidas em tesouraria também serão bonificadas. O custo atribuído às ações bonificadas será de R\$34,00 por ação e terão direito à bonificação os acionistas titulares de ações na posição acionária final do dia 17 de março de 2025.

31.3. Programa de recompra de ações próprias – Itaú Unibanco

Em 5 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração do Itaú Unibanco deliberou sobre o Programa de recompra de ações de emissão própria: (i) encerrar a partir desta data, por antecipação, o atual programa que venceria em 4 de agosto de 2025; e (ii) aprovar o novo programa, que passará a vigorar a partir desta data até 5 de fevereiro de 2026, autorizando a aquisição de até 200.000.000 de ações preferenciais, sem redução do Capital social.

O novo programa de recompra tem como objetivos: (i) cancelar ações de emissão do Itaú Unibanco, sendo destinado o montante de R\$3 bilhões do resultado de 2024 para essa finalidade; e (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores do Itaú Unibanco e de suas controladas no âmbito dos seus modelos de remuneração, dos seus planos de incentivos de longo prazo e de seus projetos institucionais.

31.4. Deliberação e pagamento de dividendos e JCP (Exercício de 2024)

Em 10 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou a distribuição de proventos, tendo como data-base a posição acionária final do dia 17 de fevereiro de 2025, conforme abaixo:

- dividendos de R\$0,50039 por ação, sendo R\$0,40815 pagos em 7 de março de 2025 e R\$0,09224 a serem pagos em 22 de abril de 2025 podendo ser utilizados para integralizar as ações que eventualmente vierem a ser subscritas pelos acionistas na chamada de capital (Nota 31.6); e
- JCP bruto de R\$0,1011 por ação (líquido de R\$0,085935), pagos em 7 de março de 2025.

Também foram pagos em 7 de março de 2025 os proventos já deliberados conforme abaixo:

- JCP bruto de R\$0,048400 (líquido de R\$0,041140) por ação, deliberados em 16 de setembro de 2024; e
- JCP bruto de R\$0,0581000 (líquido de R\$0,049385) por ação, deliberados em 6 de dezembro de 2024.

31.5. Alteração do cronograma de pagamento dos proventos trimestrais fixos

Em 10 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou a alteração do cronograma de pagamento dos proventos trimestrais fixos, de modo que os acionistas passem a receber os proventos no primeiro dia útil após o término do respectivo trimestre. Como consequência, em 1º de abril de 2025 a ITAÚSA pagará, simultaneamente, os proventos do 4º trimestre de 2024 e do 1º trimestre de 2025, cada um no valor bruto de R\$0,0235295 por ação (líquido de R\$ 0,02 por ação), com base na posição acionária final de 28 de fevereiro de 2025.

A Política de Remuneração aos Acionistas será alterada para refletir esse novo cronograma de pagamento.

31.6. Chamada para aumento de Capital social

Em 10 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou elevar o capital social da Companhia de R\$80.189 para R\$81.189, mediante emissão de 149.253.731 novas ações escriturais sem valor nominal, sendo 51.305.206 ordinárias e 97.948.525 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado: (i) preço de subscrição: R\$6,70 por ação ordinária ou preferencial, tendo como parâmetro a cotação média ponderada das ações preferenciais na B3 no período de 9 de outubro de 2024 a 6 de fevereiro de 2025, ajustada com deságio de aproximadamente 30%; (ii) direito de preferência: os acionistas poderão exercer o direito de preferência à subscrição no período de 10 de março de 2025 a 11 de abril de 2025, na proporção de 1,3766678% sobre as ações da mesma espécie que possuírem em 17 de fevereiro de 2025, sendo admitida, a critério da Companhia, a homologação parcial do aumento do capital social para, no mínimo, R\$80.489, desde que verificada a subscrição mínima de 44.776.119 ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

31.7. Aquisição da Guarani Florestal S.A. – Controlada Dexco

Em 19 de fevereiro de 2025, a controlada indireta Duratex Florestal realizou transação de compra de ações da Guarani Florestal S.A., conforme os termos de contrato de opção de compra previamente estabelecido. O montante pago na aquisição foi de R\$87 e a transação visa suprir a necessidade da companhia na produção de painéis.

31.8. Deliberação de dividendos – Controlada Dexco

Em 12 de março de 2025, o Conselho de Administração da Dexco deliberou a distribuição de dividendos no valor de R\$0,007475 por ação, tendo como data-base a posição acionária final do dia 17 de março de 2025, a serem pagos até 31 de dezembro de 2025.

*

*

*



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itaúsa S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Itaúsa S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Itaúsa S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco Participações S.A.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui investimentos no Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") que representam parte substancial de seus ativos individuais e consolidados, sendo registrados na Rubrica "Investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de Tecnologia da Informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas: (i) Provisão para perda esperada de créditos; (ii) Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos; e (iii) Provisões e passivos contingentes.

Em função do exposto acima, a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de Tecnologia da Informação, consideramos como áreas de foco de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial da IUH e IUPAR, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas da IUH e IUPAR, conforme o caso, incluíram comunicação com outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente, em relação ao ambiente de tecnologia da informação e às estimativas contábeis críticas das Investidas, IUH e IUPAR, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas, quanto ao ambiente de tecnologia da informação, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH e IUPAR;
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que os testes sobre os controles permitem estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles informatizados, bem como as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Investidas"), são contabilizados por equivalência.

As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, conseqüentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial das investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas investidas;
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1)- Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração
Itaúsa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

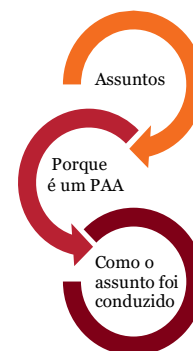
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") - (Nota 15)

Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica "Investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para perda esperada de operações de créditos.
- Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos.
- Provisões e passivos contingentes.

Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Em relação ao ambiente de tecnologia da informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos, gestão de mudanças sistêmicas e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

- Em relação às estimativas contábeis críticas:

Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 - Financial Instruments e IFRS 7 - Financial Instruments Disclosures.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações e o cenário econômico. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração e divulgadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas (Nota 15)

Os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Investidas"), somados representam aproximadamente 12% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e são contabilizados por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, conseqüentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.

Em relação à equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com as equipes de auditoria e/ou outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos e discutimos os resultados alcançados. Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação dos dados, premissas e metodologia usadas pela Administração das referidas investidas.
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Após a realização desses procedimentos, consideramos que os dados, as premissas e as metodologias divulgadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") é órgão de caráter de assessoramento, instituído em 15 de agosto de 2022, que passou a ser estatutário na Assembleia Geral da Companhia de 28 de abril de 2023.

O Comitê possui funções técnicas e com reporte direto ao Conselho, sendo que suas recomendações não possuem caráter vinculante.

Desde 15 de maio de 2023, o Comitê é composto por 3 membros independentes, sendo coordenado por membro independente do Conselho de Administração, que exercem as atribuições e responsabilidades estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Conselho de Administração da Itaúsa por meio do Regimento Interno do Comitê.

Compete ao Comitê zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

A BDO RCS Auditores Independentes S/S ("Auditoria Independente para fins regulatórios") e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("Auditoria Independente para fins de governança"), em conjunto "Auditores Independentes", são as empresas responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias e completas, individuais e consolidadas, da Itaúsa, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta as suas opiniões a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC, em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação *International Financial Reporting Standards* – IFRS como "normas contábeis IFRS"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2024:

No decorrer do exercício de 2024, o Comitê reuniu-se em 7 ocasiões. Dentre as atividades realizadas, cabe destacar:

- a) avaliação do plano anual de Compliance e de Riscos Corporativos;

- b) avaliação e acompanhamento do plano anual da Auditoria Interna e de seus relatórios;
- c) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho dos Auditores Independentes e sua execução tempestiva;
- d) revisão das Políticas Anticorrupção, Doações e Patrocínios, Contratação de Auditor Independente e Programa de Integridade;
- e) avaliação da matriz de riscos corporativos e monitoramento dos planos de ação dos riscos acima do apetite a riscos;
- f) avaliação da matriz de riscos de integridade;
- g) monitoramento dos indicadores do Programa de Integridade e do Canal de Denúncias;
- h) monitoramento das matrizes de controles internos: Recursos Humanos, Compras e Contratações e Jurídico Contencioso;
- i) acompanhamento do Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI);
- j) discussão e apreciação das melhorias propostas pela administração nas Demonstrações Contábeis de 31.12.2024, objetivando aprimorar a transparência e a objetividade do disclosure, em linha com as melhores práticas de mercado e as respectivas normas contábeis;
- k) monitoramento dos indicadores de alavancagem e da gestão do risco de liquidez da Companhia;
- l) discussão e análise das informações trimestrais (ITRs) de 2024 e das Demonstrações Contábeis de 31.12.2023 por meio de reuniões com os administradores e Auditores Independentes;
- m) aprovação e, quando aplicável, recomendação ao Conselho de Administração, para a contratação de outros serviços que não os de auditoria das Demonstrações Contábeis da Itaúsa a serem prestados pelos Auditores Independentes; e
- n) discussão, análise e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria do exercício de 2023 que consignou a recomendação ao Conselho de Administração de aprovação das Demonstrações Contábeis Completas Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Conclusão

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, reuniram-se em 14 de março de 2025, para discutir e analisar a qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis Completas, Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração da Companhia e dos relatórios dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e entendem que foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS, recomendando-os à aprovação pelo Conselho de Administração da Itaúsa.

São Paulo, 17 de março de 2025.

Raul Calfat – Coordenador; Isabel Cristina Lopes – membro efetivo especialista e Marco Antonio Antunes – membro efetivo.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. ("Companhia"), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis Completas, individuais e consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados no decorrer do exercício em reuniões com a administração da Companhia e auditores externos e, considerando, ainda, os relatórios dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., para fins regulatórios, e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., para fins de governança, emitidos sem ressalvas nesta data, bem como o relatório do Comitê de Auditoria, os membros efetivos do Conselho Fiscal opinam que referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia. São Paulo (SP), 17 de março de 2025. (aa) Guilherme Tadeu Pereira Junior – Presidente; Elaine Maria de Souza Funo, Gustavo Amaral de Lucena, Marco Tulio Leite Rodrigues e Maurício Nogueira – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: em 17 de março de 2025, às 13h00, realizada na sede social da **ITAÚSA S.A.**, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a presença dos Diretores Gerentes convidados a participar da reunião.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório de administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a **Diretoria deliberou**, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI, do § 1º, do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, declarar que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos relatórios de revisão sem ressalvas emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. (para fins regulatórios) e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (para fins de governança); e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata sob a forma de sumário, que foi lida, aprovada e assinada de forma eletrônica pelos membros do Comitê Executivo. São Paulo (SP), 17 de março de 2025. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes Executivos.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores